

ISSN 1516-9162

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE
Nº 23 – Dezembro – 2002

CLÍNICA DA ADOLESCÊNCIA

ISSN 1516-9162

**REVISTA DA ASSOCIAÇÃO
PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE**
EXPEDIENTE
Publicação Interna
Ano X - Número 23 - dezembro de 2002

Título deste número:
CLÍNICA DA ADOLESCÊNCIA

Editor:

Marieta Rodrigues

Comissão Editorial:

Analice Palombini, Edson Luiz André de Sousa, Lúcia Alves Mees, Marianne Stolzmann,
Marieta Rodrigues, Otávio Augusto W. Nunes, Valéria Machado Rilho

Colaboradores deste número:

Maria Lúcia Müller Stein, Maria Cristina Poli Felippi,
Maria Rosane Pereira Pinto e Marta Pedó

Revisão de português:

Breno Serafini

Capa:

Cristiane Löff

Linha Editorial:

A Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre é uma publicação semestral da APPOA que tem por objetivo a inserção, circulação e debate de produções na área da psicanálise. Contém estudos teóricos, contribuições clínicas, revisões críticas, crônicas e entrevistas reunidas em edições temáticas e agrupadas em quatro seções distintas: textos, história, entrevista e variações.

**ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA
DE PORTO ALEGRE**

Rua Faria Santos, 258 Bairro: Petrópolis 90670-150 – Porto Alegre / RS
Fone: (51) 3333.2140 – Fax: (51) 3333.7922
E-mail: appoa@appoa.com.br
Home-page: www.appoa.com.br

R454

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE / Associação
Psicanalítica de Porto Alegre. - n° 23, 2002. - Porto Alegre: APPOA, 1995, ----.
Absorveu: Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Semestral

ISSN 1516-9162

1. Psicanálise - Periódicos. | Associação Psicanalítica de Porto Alegre

CDU: 159.964.2(05)
616.89.072.87(05)
CDU: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Ivone Terezinha Eugênio
CRB 10/1108

CLÍNICA DA ADOLESCÊNCIA

SUMÁRIO

■ EDITORIAL.....07	
■ TEXTOS	
Apagando marcas: registro e endereço adolescente 09	
Turning off marks: registration and adolescent address	
Ana Costa	
Édipo, latência e puberdade: a construção da adolescência.....18	
Edipus, latence and puberty	
Diana Corso	
“Patricinha” ou “largada”: as identificações na adolescência 31	
“Preppy girl” or “sloppy”: identifications in adolescence	
Carmen Backes	
“Tá ligado?!” Observações sobre as ligações adolescentes 41	
Are you on?! Observations upon the adolescent links	
Lúcia Alves Mees	
De volta para casa 48	
Back home	
Maria Cristina Poli Felippi	
Aids e fantasma de imortalidade 55	
Aids and immortality phantasm	
François Pommier	
Passagens obstruídas: quartos privativos, mínimas janelas63	
Obstructed passages: private rooms, minimal windows	
Analice de Lima Palombini	
Momentos psicóticos na adolescência 69	
Psychotic moments in adolescence	
Didier Lauru	
Fundações subjetivas dos lugares na adolescência 76	
Subjective foundations of the adolescence places	
Olivier Douville	
Grande para andar só 90	
Big to walk alone	
Siloé Rey	
Adolescência e abrigagem 109	
Adolescence and shelter	
Ângela Lângaro Becker	
■ RECORDAR, REPETIR, ELABORAR	
A noção do tempo em psicopatologia109	
The notion of time in psychopathology	
E. Minkowski	
■ ENTREVISTA	
Os nós adolescentes 127	
The adolescents knots	
Eric Bidaud, Jean Jacques Rassial e Olivier Douville	
■ VARIAÇÕES	
Lunares lugares de Antônio .. 138	
Antonio’s moony spaces	
Márcio Mariath Belloc	

O que é falar de clínica em psicanálise? A antiga e psicológica dicotomia entre teoria e prática não responde à indagação, dando lugar – em um primeiro deslizamento – a uma outra: àquela entre o que seria uma clínica psicanalítica propriamente dita, relativa ao sintoma do sujeito, e uma psicanálise em extensão, relativa ao sintoma social. Esta, não raras vezes, tem sido vista como suspeita de uma apressada generalização ou mera aplicação de conceitos oriundos da clínica individual. Nova roupagem para uma velha questão? O que importa é que a neurose nos condena todos a uma eterna divisão, não a da dicotomia, mas a que nos faz faltantes, já que falantes.

Os psicanalistas são, cada vez mais, chamados a interpretar o que nos surge como mal-estar de nossa cultura. A antiga polêmica entre uma natureza humana intrinsecamente má e um ser humano reflexo de um meio perverso continua, da mesma maneira, tentando dar forma ao que é dividido. Isso, mesmo após Freud ter explicitamente dito que o que funda uma coletividade é o mesmo que funda uma identidade subjetiva. A relação ao pai, ou o sintoma, é tanto o que enlaça quanto o que separa o eu e o outro. Assim, de quem é o sintoma? Do indivíduo ou do coletivo?

Aqueles que se dedicam à clínica com adolescentes, seja em consultório privado ou em instituição, são particularmente sensíveis a tais questões. Seja porque a especificidade da adolescência consiste em ser ela uma transição entre o laço familiar e o laço social, seja porque é ela própria considerada um sintoma de nossa modernidade, dentre outras razões. Pois, se compartilhamos uma idealização do *way of life* adolescente, também é na adolescência que surgem produções sintomáticas, parecendo pôr em risco a renovação do laço social, tais como a reclusão, o mutismo, a violência, a formação de gangues, etc.

■ EDITORIAL

Assim, o tema que reúne os textos desta Revista é tributário de nossa aposta na capacidade, que a adolescência porta, de interrogar os limites – os ideais e os restos – que organizam a cultura moderna. Ultrapassando as fronteiras do que conhecemos tradicionalmente como uma clínica do sujeito adolescente, a *Clínica da adolescência*, a nosso ver, melhor traduz o *pathos* decorrente da impossibilidade que nos constitui a cada um, qual seja, a da reunião ou a da separação total entre o eu e o outro.

TEXTOS

APAGANDO MARCAS: REGISTRO E ENDEREÇO ADOLESCENTE*

Ana Costa**

RESUMO

Este texto trata das expressões que a adolescência prepara como saída possível ao que não é completamente representado pela referência sexuada. Essas expressões reeditam o “mutismo” da língua, que vão compor uma espécie de força à exclusão característica da adolescência. Aqui são abordados os exemplos do tabu da virgindade, da tatuagem e da escrita de diários para melhor apresentar essas questões.

PALAVRAS-CHAVE: *adolescência; mutismo da puberdade; suplência ao sintoma*

TURNING OFF MARKS: REGISTRATION AND ADOLESCENT ADDRESS ABSTRACT

*This text treats the expressions that the adolescence prepares as a possible exit to what is not completely represented by the sexed*** reference. Such expressions reedit the “mutism” of the language, that will compose a kind of force to the characteristic exclusion of the adolescence. Here the examples of the taboo of the virginity, of the tattoo and of the writing of diaries are approached for best to present these subjects.*

KEYWORDS: *adolescence; mutism of the puberty; supplement to the symptom*

* Parte integrante da pesquisa desenvolvida pela autora na *Université de Paris 13*, sob a orientação de J.J. Rassial e com o financiamento da CAPES (Brasil).

** Psicanalista, membro da APPOA, autora dos livros: *A ficção do si mesmo – interpretação e ato em psicanálise* (Companhia de Freud, 1998) e *Corpo e escrita – relações entre memória e transmissão da experiência* (Relume-Dumará, 2001). E-mail: aclv@plugin.com.br

*** Translator’s note: sexually defined, in the original *sexuada*.

Minha proposta é fazer um certo trânsito em questões que a adolescência prepara como saída suplementar à escolha do sintoma. Em psicanálise, designamos sintoma a forma como o sujeito costuma se registrar nos seus laços, a partir de seus impossíveis, inscrevendo seus limites (angústias, inibições) e possibilidades. O que vou tratar diz respeito àquilo que não é completamente representado pela referência sexual. Essas construções, apesar de constituírem uma privacidade – o que seria mais íntimo – têm um laço bastante grande com o Outro social. É na adolescência que se constitui esse trânsito direto, que desenvolverei a seguir.

Existem figuras particularmente sensíveis a *se fazer de outro* para cada um de nós. E o que seria esse *se fazer de outro*? Aproveitando uma expressão de Calligaris, seria uma espécie de *se fazer de cabide* de nosso objeto fantasmático: esse que é, ao mesmo tempo, o nosso mais íntimo, mas também é aquele que mais desconhecemos. Dentre essas figuras sociais, que são sensíveis a *se prestarem de cabide* de nossas representações, muito já estiveram as mulheres, estão sempre as crianças, os loucos e também os adolescentes.

Esse que se faz de outro – ou seja, ali onde projetamos e fazemos partícipes de algo desconhecido – é comumente situado como alienado, a quem não é imputada responsabilidade social. É aquele que socialmente não faz classe e que, por essa razão mesma, é sempre falado por outro, estrangeiro à sua situação.

É certo que sempre encontramos certa distância entre aquele que fazemos de “outro”, com o qual entretemos nossa fala, e aquele – esse sujeito ali – que encarna essa figuração que fazemos. No entanto, estou tratando de sublinhar determinados momentos da vida, ou mesmo determinadas formas de organização, em que essa distância praticamente não acontece. E por que não acontece? Pois bem, porque aquele que encarna essas figuras tem uma particular sensibilidade com esse “outro” tão coletivizado, digamos assim, na medida em que sua posição de enunciação – sua relação a um referente – não o situa como um entre outros. Ele não se conta entre outros, entre semelhantes, porque ele *é* outro; no entanto, pode, eventualmente, contar-se como grupo. De alguma maneira, aquele que encarna, com tanta sensibilidade, a figura desse outro tão “social”, não toma a palavra a partir de um significante que pode situá-lo em nome próprio. Isso quer simplesmente dizer que há algo de um mutismo, no seu lugar, em relação ao qual ele ainda não tem condições de se expressar. Como é possível depreender, são posições particularmente sensíveis a uma instrumentalização, a serem objetos de uso, de um encobrimento daquilo que nos causa fascínio ou horror. Digo isso a todos nós, bem intencionados em ajudá-los.

Vou me propor a desenvolver um pouco o que significa esse mutismo: de como ele surge e como se expressa em diferentes momentos. Um autor vai me ajudar nisso, o filósofo Giorgio Agamben, autor de *Enfance et histoire*, além, evidentemente, dos desenvolvimentos da psicanálise freudiana e lacaniana. Agamben se pergunta se haveria uma experiência muda, como uma infância da experiência.

“Há experiências que não nos pertencem, que não são ‘nossas’, mas que, por essa razão mesma – porque escapam à experiência – constituem o limite último que pode ligar nossa experiência na tensão para a morte”¹ (Agamben, 1989, p.51).

Nessas experiências que não são “nossas”, Agamben retoma a proposta freudiana – bastante aprofundada por Lacan – da referência à posição do inconsciente como um *isso*, que situa a voz na terceira pessoa como um indeterminado, situando essas experiências numa terceira instância. Assim, elas não se constituem como experiências subjetivas, mas, paradoxalmente, são experiências do *eu*, na medida em que ali se constitui um *eu* narrador.

As experiências que Agamben relata são de desfalecimento, o que de alguma maneira coloca em causa um risco de vida. A grande virada na teoria freudiana foi também a partir de uma espécie de *desfalecimento* do sujeito, que a repetição de traumas de guerra – entre outros – trazia. Ali vai situar-se o encontro do mutismo da língua, com a necessidade de dar expressão a um *eu* narrador que possa diferenciar-se do *isso* desse mutismo. É nesse sentido que temos tanta necessidade de relatos de experiências extremas, como se a possibilidade de situar um *eu* naquilo que é impossível de representar fosse suficiente para domínio e expressão da situação.

O que estamos denominando de “mutismo” não se confunde exclusivamente com não conseguir falar sobre a situação. Diz respeito, mais especificamente, com o lugar de enunciação, com a condição na qual o sujeito se representa em sua fala. Não só nesses extremos da guerra vemos o sujeito na queda nessa espécie de mutismo; na clínica cotidiana também testemunhamos essa questão. Ela aparece, com maior clareza, em processos de luto. Acompanhamos como o sujeito passa de uma posição de enunciação, de exterioridade à experiência narrada, até sua inclusão na queda do objeto, que acompanha toda perda. O que provoca esse efeito de exterioridade é o sítio do sujeito como se fosse o lugar de um terceiro que olha a cena.

O que me interessa retomar das colocações de Agamben é esse sítio da terceira pessoa num *isso*, situando a experiência de um lugar indeterminado, que além de se apresentar nessas situações de trauma, é particularmente característica da infância. O autor vai propor que a constituição do sujeito dentro e pela linguagem será a expulsão dessa experiência muda que a linguagem porta. Ou seja, a condição na qual o *eu* se expressa no lugar desse terceiro – desse *isso* – acompanha o sujeito pela vida afora, tomando matizes particulares em diferentes situações. É assim que Agamben vai propor que uma teoria da experiência será também uma teoria da infância. Como a infância “muda” coexiste com a linguagem, a condição da experiência se confunde com tomar a palavra.

¹ As traduções para o português das citações dessa obra são de nossa inteira responsabilidade.

Temos, então, que essa relação ao terceiro pode estar referida a uma posição de exclusão do sujeito daquilo que busca representar. O surgimento primário da referência ao terceiro já está colocado muito cedo, na função transitiva da fala materna. Ao nomear seu filho como “o nenê”, por exemplo, vemos surgir ali esse terceiro em relação ao qual a criança pode vir a se representar. É isso que significa transitivo: alguém que é representado por relação a outra coisa. Essa função transitiva é substituída mais tarde pelos eventos transicionais, quando a criança se apropria do jogo transitivo materno, deslocando-o para um objeto transicional. Na eleição de um objeto transicional, a criança faz de ativo onde sofreu passivo, passando a fixar num objeto o lugar do terceiro indeterminado, conjugando num mesmo elemento o *ele* – terceira pessoa – e o *isso*, objeto indeterminado. Digamos que nesse *ele/isso* se dá uma transposição – uma passagem – do enigma que transforma a coisa em verbo, o inanimado em animado.

Esse preâmbulo vai me ajudar a situar essa particularidade, que ressurge na adolescência, como uma força à exclusão. A força à exclusão não se situa somente no lugar do marginal, ela vai também para seu extremo oposto, para aquilo que é mais idealizado. Esses dois extremos constituem as duas muralhas do impossível², resultantes da determinação do sujeito pela linguagem e pela constituição na cultura. Essas duas muralhas situam, por um lado, a impossibilidade do sujeito se reduzir à coisa/carne – coisa/instinto – que ele perde ao ser desde sempre um objeto de representação; por outro lado, a impossibilidade de se constituir totalmente em puro verbo, sem corpo. Portanto, a força à exclusão leva o adolescente a representar-se nos dois extremos que são pré-condições da cultura. Como esses dois extremos são impossíveis de realizar, é somente por meio de artifícios que alguém se representa como resto, ou mesmo como ideal. A força à exclusão leva o adolescente a precisar realizar a figura de um Outro – esse Outro do discurso – completamente social: esse verbo/resto anônimo, sempre à busca de um representante e que com facilidade constitui grupo, massa. Esta última condição aparece facilitada porque, na impossibilidade de responder em nome próprio, a partir de um traço simbólico que possa *bancar* seu nome, o sujeito encontra lugar numa alienação radical a um grupo. Portanto, a força à exclusão leva alguém a se representar no lugar que antes denominamos de *ele/isso*: o terceiro. É no terceiro que se sustenta um sujeito/objeto indeterminado.

Qual a razão, então, dessa força à exclusão? Poderia dizer-se: saída da infância. Mas, fundamentalmente, situa-se em tudo o que significa a puberdade e suas possibilidades de resolução. A puberdade é muda por excelência, na medida em que as modificações corporais acontecidas nesse tempo ainda não têm registro discursivo. Ali se situa um *gap*, na passagem do assexuado a uma posição sexuada. Esse *gap* é transpos-

² Fazemos menção, aqui, a uma colocação de Lacan no seminário de 1964 (*Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*), ao definir o real como duas muralhas do impossível.

to pelos artifícios construídos pela passagem adolescente. Freud situou ali a latência, que é interessante pensar como uma espécie de espera, de ausência. O *gap*, ou fenda, instituída na puberdade, e que precisa ser transposto, diz respeito, então, a duas referências do sexual: de um lado aquele construído na sexualidade infantil, na estreita relação ao corpo materno; de outro, a perda dessa referência, na instituição de um exercício do sexo a partir de uma identidade sexual.

Esse *gap*, ou fenda, da puberdade é vivido como uma reedição de um trauma originário, como se fosse reentrado na linguagem, na possibilidade de se representar frente a outro. As condições de risco de tal processo são vividas nas angústias e estranhamentos. O corpo passa a ocupar o lugar desse estranho, desse ele/isso. Temos testemunho disso pela manifestação de ausência do púbere. Nessa ausência de seu meio, ele vai registrando a fantasia, que é a condição de possibilidade da construção de uma representação. Sabemos, desde Freud, a função que ocupa o sonhar, como saída de um acontecimento traumático. O sonho diurno do púbere e adolescente constrói as precondições do exercício significativo, de algo que possa representá-lo simbolicamente. Corriqueiramente, o que constrói o enlace entre um dentro e um fora, entre um sonhar e um endereço exterior, é o enamoramento. A paixão adolescente enlaça ficção e realidade numa mesma face.

Gostaria de situar as formas de transposição dessa fenda. Vou lembrar aqui um trabalho que fiz sobre o registro da virgindade feminina como um tabu social. Já não costumamos falar sobre isso porque essa interdição perdeu vigência a partir da liberação do exercício sexual. Mas quem viveu a adolescência nos anos 60/70 colocou em ato uma transposição irreversível desse tabu. Não me refiro aos tabus e mitos individuais em relação à virgindade, mas sim à função social que tinha esse tabu. Hoje esse tabu perdeu vigência enquanto função social. Essa perda de vigência coloca em causa uma modificação radical na representação social do corpo feminino.

O que o tabu da virgindade coloca em causa diz respeito a uma das figuras que se relaciona ao corpo materno como um corpo interditado. Isso significa que, quando entra em causa o exercício do sexo, retorna um registro do incesto, que na infância tinha outra forma de expressão. É importante sublinhar que o incesto – para ambos os sexos – diz respeito ao corpo materno. Ou seja, a possibilidade de encontro de um lugar de representação no mundo depende dessa simples condição: da separação/diferenciação em relação ao corpo materno.

Assim, o tabu da virgindade, como construção social, tentava dar conta de um vazio de representação na passagem da jovem a uma condição sexuada. Construções semelhantes, que cumprem o mesmo tipo de função, podem ser encontradas ao longo da história da humanidade, tanto em sociedades que praticavam o sacrifício de virgens aos deuses quanto naquelas que tinham a virgindade como tabu (Freud detém-se na análise dessas representações num texto de 1919) ou mesmo no clássico tema cristão da sobreposição virgem/mãe. Neste último – do qual nossas representações ocidentais

são resultantes – como é possível perceber, a maternidade não é propriamente “sexuada”. Aparece aqui uma construção que encobre a posição sexuada do lado da mulher/mãe.

Essas considerações levam-nos a pensar que a virgindade, como tabu social, está estreitamente ligada às representações do mito ou mesmo da religião. A perda de vigência desses referentes como ordenadores sociais parece ter deslocado essa questão para uma das representações da ciência, que é responsável pela nossa atual forma de entender e representar o mundo. A ciência coloca em causa um acesso ao conhecimento que se confunde com uma ilusão de domínio do real. No entanto, isso não foi suficiente para apreender toda a experiência do sujeito, ficando sempre algo do lado de uma exclusão. O que teria, então, se colocado como excluído a partir da determinação do discurso da ciência? Por tudo o que tem testemunhado a clínica psicanalítica, podemos dizer que a virgindade como um tabu social – representante de uma interdição do corpo feminino como um corpo incestuoso – foi substituída por uma liberação de um exercício, na condição de uma exclusão do desejo sexual. Nesse sentido, o sexual torna-se mais “higiénico”, instituindo tabu no contato entre indivíduos (é a grande incidência da neurose obsessiva). Assim, apesar da liberação do exercício sexual, o sujeito se mantém distante do desejo.

Ao perdermos a função social do tabu da virgindade, teremos de pensar se há algo que passa a ocupar esse lugar. Não podemos desprezar a condição de um invariante, que independe dos movimentos de representação cultural, pelo menos naqueles até agora constituídos. Esse invariante diz respeito à experiência da menina, de ter de suportar em seu corpo essa passagem mãe/desejo sexual (castração). Os rituais sociais normalmente vêm no lugar dos vazios de representação. Com a perda do tabu social da virgindade, cabe a cada uma sua saída singular. É também nesse sítio que mencionamos o sonho diurno da púbere. O sonho diurno vem no lugar do vazio – de um mutismo constitucional – na passagem do corpo feminino de um lugar assexuado para sua sexuação. No entanto, não basta somente sonhar: é preciso a ligação entre fantasia e troca de endereço. Ou seja, a possibilidade, que mencionamos antes, do enlace entre o sonho e o apaixonamento.

Outra forma de expressão, disso que não é completamente representado pela posição sexuada, é colocada em causa na tatuagem. Não é simples abordar a função que ocupa a tatuagem e não podemos resumi-la ao contexto atual. Essas marcas, que parecem compor uma questão estética secundária, ocupam um lugar importante no rol dos suportes corporais. Seu uso é bastante antigo, e se pode ligar seu surgimento à necessidade de produção de traços no real: seja nos ossos da caça (extensamente abordado por produções lacanianas a respeito do traço unário), seja para marcar uma pertença ao próprio corpo. Tatuagem não é somente pintar-se, é também escarificar: introduzir pigmentos na derme compondo uma marca definitiva. Essa marca tem uma dupla função: tanto de coletivizar quanto de singularizar.

A escarificação é uma forma de fazer bordas corporais³. Esse recorte tem a ver com a erotização e com o funcionamento pulsional, que dá suporte à erotização. As bordas são o que constitui a nossa relação com o ambiente, com o outro e com a realidade. Apesar de já nascermos com elas e com a capacidade de que funcionem, suas atividades não se dão de forma natural. Por não funcionarem de forma natural, elas precisam ser recortadas. Essa necessidade não diz respeito a um mau funcionamento, senão que responde à nossa condição de desnaturação, de determinações heterogêneas – simbólicas/imaginárias/reais. Como não funcionamos de forma natural, precisamos, constantemente, reconstituir os suportes corporais. Isso acontece privilegiadamente quando mudamos de lugar: na passagem adolescente, por exemplo, ou outro tipo de mudança na vida quando perdemos os referentes que amparam nosso corpo. Essa reconstituição das bordas corporais é o que dá suporte à circulação do nosso corpo, para nos sentirmos representados, amparados e tendo algum lugar.

A função que a tatuagem ocupa é sobredeterminada. Pela “encarnação” da libido, ela dá corpo a algo inapreensível, como pode ser o traço primeiro que funda a desnaturação do sujeito, conferindo, ao mesmo tempo, erotismo a seu funcionamento corporal. Assim, a tatuagem pode colocar em cena – ser um representante – aquilo que tem valor totêmico: o que faz com que o corpo e sua representação seja, ao mesmo tempo, coletivizável e singular. Enquanto veículo de circulação social, ela lida com elementos de grande relevância. Eles dizem respeito à necessidade de algo que atualize – colocando em ato – a *impressão* primária das marcas corporais. Essa *impressão* compõe a reunião de heterogêneos, como podem ser o registro corporal de um símbolo (o sem sentido e abstrato traço unário: primeira impressão simbólica); bem como a *impressão* enquanto experiência corporal de prazer/desprazer, que é necessária à incorporação de uma representação. Assim, o tatuar-se, na passagem adolescente, vai situar uma forma de repetição dessa impressão primária. Reúne, num mesmo movimento, as condições para o suporte de nossos referentes. Compõe-se de elementos híbridos, tais como: recorte e cicatriz de um órgão/libido; orifício/objeto do olhar; letra/desenho/traço corporal.

Essas condições podem ser pensadas como um balizamento, para o estabelecimento de um território, naquilo que pode vir a ser um lugar representacional. Em relação a esse lugar, acompanhamos a transição da passagem de um suporte corporal, a um lugar de enunciação como *eu*. O curioso é a constatação do surgimento aí da expressão de um sujeito indeterminado, que aparece na maneira como se costuma enunciar o ato de tatuar. Essa indeterminação é resultante de que o sujeito busca ativamente uma posição passiva, condição própria de um circuito da pulsão. No Brasil,

³ Por bordas corporais estamos fazendo referência ao exercício da pulsão que constitui a erogeinização dos orifícios do corpo: os orifícios do olhar, da boca, do ânus...

costuma-se dizer “*eu me tatuei*”, apesar de haver a entrega do corpo a um tatuador. Na França, já há um enunciado composto, no *se faire faire* (“se fazer fazer”). Observamos aí uma composição tatuador/tatuado, na qual se perde a delimitação de fronteiras entre um e outro. No suporte do tatuador, o sujeito se ausenta de seu corpo e pode gozar como terceiro no acontecimento. Essa é a condição, descoberta por Freud, do erotismo da posição que acontece no masoquismo primário. Já analisamos anteriormente a relação a essa posição como a conjunção do ele/isso no lugar de terceiro na cena.

Essa condição de erotismo, que se coloca em ato na tatuagem, diz respeito a algo bem mais abrangente. Essa marca, que se imprime pela posição de um masoquismo primário, retorna na relação a muitos outros elementos. Assim, a dor e humilhação podem vir a se tornarem condições eróticas em si mesmas. Isso que é a pré-condição de nossos recortes corporais pode vir a se tornar condição única e determinante da forma de suporte corporal. Assim, padecimento e mutilação podem tornar-se fins em si mesmos. O que permite um suporte – um limite a essa busca determinante do masoquismo – é sua inserção num pacto amoroso.

A escarificação, como formação de tatuagem, implica uma posição peculiar em relação ao olhar. Para que alguém marque seu corpo dessa maneira, tem uma relação particular à representação do próprio corpo. O que retorna, ali, situa-se como um corpo estrangeiro. De alguma forma, algo do corpo não entra na via fática, algo que diz respeito a esse seu lugar não entra na circulação de um universal fático. Assim, a tatuagem participa de uma forma primeira de marcar o corpo, para poder torná-lo objeto de circulação, objeto de representação social.

Por último, fazendo parte dessas expressões que não são completamente subsumidas pela referência sexuada, encontra-se o diário adolescente. Nele, vemos retornar esse terceiro indeterminado, que denominamos como o lugar do *ele/isso*. Ele é evocado no “meu diário”, num terceiro que não define corpo. A partir dele, podemos pensar em duas formas de escrita e de marca corporal que a escrita coloca em causa. Por um lado, isso que é coletivo, que submete, que constitui uma espécie de universal, que implica todos e cada um, inclusive corporalmente, nessa condição de precisar circular socialmente. Essa condição submete o corpo com um valor de circulação universal. A outra face da escrita se apresenta nessa posição que está no privado e que diz respeito a esse suporte dos diários. É esse elemento que faz parte da escrita dos diários na adolescência. Diz respeito a uma impossibilidade de universalizar, de tornar o corpo completamente coletivizável.

A relação entre corpo e escrita é bastante estreita, mas seus mútuos determinantes estão longe de se terem tornado claros. Se, na alfabetização, é necessário um certo *esquecimento* do corpo, numa primeira transposição do recalque originário, seu trânsito na adolescência nos ensina algumas peculiaridades da sua apropriação. O diário adolescente, por exemplo, reedita um hibridismo entre traço, letra e resto na apresentação de um “texto” composto: desenhos e colagens acompanham o texto da escrita do

dia. Ela serve de suporte ao corpo na reedição do trauma originário que a puberdade coloca em causa, permitindo a transposição do mutismo desse momento. Como podemos perceber, a escrita é fundamentalmente escrita do corpo.

Nos três exemplos abordados, a adolescência prepara possibilidades de saída de uma espécie de reedição do recalque originário – isso que reedita o “umbigo” da língua, do que não é completamente significado pela referência fálica e que permanece mudo. É no lugar desse mutismo que se instala o que denominamos “força à exclusão”. Os três exemplos tentam dar conta, *grosso modo*, das seguintes questões: o corpo feminino, o traço unário e uma imagem corporal. Esses elementos insistem, pela vida afora, em se fazerem representar. A adolescência prepara, em certa medida, a possibilidade do estabelecimento de um lugar singular para sua abordagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Enfance et histoire*. Paris: Payot, 1989.
COSTA, Ana. A calada da noite. *Correio da APPOA*, Porto Alegre, n. 105, p. 33-37, ago. 2002.
FREUD, S. El tabu de la virginidad (1919). In: _____. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1975.

ÉDIPO, LATÊNCIA E PUBERDADE: A CONSTRUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Diana Myriam Lichtenstein Corso*

RESUMO

O texto trabalha a gênese da adolescência, como uma sucessão de operações incompletas, diferente de uma seqüência temporal de fases bem delineadas (uma psicogênese). Assim, encontramos que o período denominado de latência não é tão calmo quanto parece e que a dita “puberdade” não é tão fisiológica como se diz. Durante este último período, a criança dramatiza uma adolescência que ainda está por vir. Quando ela chega, sua marca é a estupefação de se descobrir mais desejante do que desejado (posição de objeto familiar à criança). A crise com isto gerada é consequência da paralisia e da dificuldade de se comunicar com a família que decorre deste novo arranjo.

PALAVRAS-CHAVE: *latência; pré-puberdade; puberdade; crise adolescente*

EDIPUS, LATENCE AND PUBERTY

ABSTRACT

The text works the genesis of the adolescence, as a succession of incomplete operations, different from a wordly sequence of phases well delineated (a psychogenesis). Therefore, we found that the denominated latence period is not as calm as it seems and that the so called “puberty” it is not as physiologic as it is said. During this last period, the child dramatizes an adolescence that is to come. And when it does, it’s mark is the astonishment of founding itself more wishing than wished (a familiar position of object to the child). The crisis with this generated, it is consequence of the paralysis and of the difficulty of communicating with the family that elapses from this new arrangement.

KEYWORDS: *latence; pre-puberty; puberty; adolescent crisis*

* Psicanalista, membro da APPOA. E-mail:dlcorso@portoweb.com.br

A terminologia associada ao tema da adolescência é freqüentemente colorida com tintas de catástrofe. “Luto”, “crise”, “desestruturação” e outros “des” são moeda corrente nos escritos sobre o tema. Nada como viver uma adolescência para compreender bem o significado da palavra “crise”, por isso a vida só tenderia a fazer coro à teoria. Já que, nitidamente, de um período movimentado se trata, façamos uma tentativa de compreender de que são feitas as paixões dessa época, as dos adolescentes entre si e as dos adultos, às avessas, pelos jovens.

Certa ocasião, em um debate com jovens, uma mocinha disse “eu não sei porque vocês adultos estão sempre falando de crise, eu não me sinto em crise, tou fazendo as minhas coisas, vocês, que não param de falar nisso, é que devem estar em crise...”. É verdade. Tentaremos traçar a gênese da adolescência e demonstrar que ela é mais parte de um processo contínuo, que acompanha a própria origem do sujeito, do que um acontecimento eruptivo e desesperado. Em respeito ao caráter interpretativo da interpelação pública que essa jovem fez aos profissionais presentes, tentaremos uma visão mais integrada do que apocalíptica desse período da vida.

Definimos a puberdade como a recapitulação, reedição, da complexa trama amorosa precoce psicanaliticamente conhecida como “complexo de Édipo”. Freud a descreve como a retomada da investigação sexual da infância e da sexualidade latente. A idéia é que o período anterior, dito de latência, constituiu de grande economia de sofrimentos e conflitos, propiciando o início da relação ao mundo extra-familiar e a entrada no código da lecto-escritura.

Porém, se lermos os textos e a clínica com mais atenção, observaremos que o período denominado *latência* não é dotado da calma que faz parecer e que a *puberdade* não é assim tão fisiológica, e o que se reedita, na verdade, não estava esgotado, nem tinha sido esquecido. Para seguir na metáfora editorial, diríamos que adolescência é a edição encadernada de uma série de papéis que permaneciam avulsos, que dormiam em gavetas, que circulavam como bilhetes clandestinos.

Podemos dizer, com Lacan, que o período do complexo de Édipo, este caldeirão de paixões que acomete as crianças, seria uma “espécie de puberdade psicológica, muito prematura em relação à puberdade fisiológica” (Lacan, 1978, p.50). Essa afirmação é inversa das costumeiras, que sempre enfatizam que a puberdade acorda o dragão que dormia. De acordo com ela, o monstro vinha sendo montado contínua e silenciosamente. De mais a mais, ele não dorme, só fica quietinho.... Vendo dessa forma, fica mais fácil acreditar que a criança se prepara incessantemente para o brote pubertário, antecipa-o e sabe que terá que, literalmente, dar corpo ao vaticínio do médico que anunciou o seu sexo.

Aliás na adolescência é de inversão mesmo que se trata, pois se a infância realiza o trabalho de transformar amor em identificação, podemos dizer que o trabalho da adolescência é o seu contrário. A juventude é a imposição do exercício (imaginário e ou factual) do amor, em que a consistência até então adquirida é posta à prova e

mostra suas arestas, dando ocasião para que as histórias amorosas infantis que pareciam dormir se traduzam numa fantasia, num idílio, numa obsessão.

Naturalmente, nem tudo são pendências no reino da infância, muito ficou sedimentado, pois se aprendemos a caminhar é porque um olhar deu-nos um corpo, se falamos é porque alguém impôs um código que obrigou mãe e bebê a dividirem com o mundo sua cumplicidade, se brincamos é porque já fazemos sínteses subjetivas, administramos desejos e medos. Porém parecíamos satisfeitos com o que tínhamos em casa, ou melhor, fazíamos por parecer...

É quando vamos tentar ver o que valemos fora de casa, assumir o quanto desejamos e, acima de tudo, o quanto ainda precisamos ser desejados, que desnudamos o tecido incestuoso que ainda nos envolvia e que se rompe a contragosto. Nenhuma família, desde os primórdios de sua existência, suporta essa operação que revela sua efemeridade.

Em 1905, Freud escreveu seus *Três ensaios sobre a sexualidade*. Ali organizou o que até então estava espalhado por cartas, em notas de rodapé e se insinuava nos textos que fundaram a psicanálise: sua concepção da gênese do sujeito, ou uma psicogênese, como querem alguns. O motivo pelo qual não soa bem esse último termo é porque ele foi associado a uma seqüência temporal irremissível. Prefiro ver uma sucessão de operações mais sofisticada, que se interpenetram e se repetem, do que uma simples linha de tempo poderia traçar. O terceiro desses três ensaios em particular, denominado *A Metamorfose da Puberdade*, vem para lembrar que o objeto não é o da necessidade e, sim, o do desejo, que é preciso perder o seio e a mãe para ter deles e de si uma representação.

Freud ilustrou isso em um texto muito posterior, através do já célebre exemplo do carretel jogado e puxado pelo seu netinho (exemplo do *fort-da*). O brinquedo simbolizava as ausências da mãe e seus retornos, o brincar garantia que, apesar das idas e vindas, o menino seguisse existindo. Esse carretel vem e vai ao longo de toda a história de cada um, e a oscilação entre a identificação e o amor é sua tradução teórica. É disso que se ocupa a adolescência em seu papel de rompimento e elaboração, mais claro na expressão de Winnicott: “você semeou um bebê e colheu uma bomba” (1989, p.123).

Por isso a terminologia é tão tendente à representação da catástrofe. Onde se menciona o luto, a desordem, o rompimento, a erupção, devemos ver, acima de tudo, a incompreensão com que tratamos tudo que desafia nossa estabilidade. Nas palavras do próprio Freud, o jovem realiza essa “oposição tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha geração” (Freud, 1905, p.212); é esta que toleramos tão mal.

A adolescência revela o que a criança gestou em si, pois, ao longo de toda a infância, ela se prepara, antecipa e fantasia com as tarefas que o tempo lhe trará. À guisa de ilustração, podemos apelar às clássicas histórias infantis que contamos aos

pequenos e que eles não cessam de pedir novo relato ou mais uma vez de assistir aos filmes, como Branca de Neve, Rei Leão, A Bela Adormecida, A Bela e a Fera, O Quebra Nozes: neles o personagem sempre passa algum período num local “neutro”, uma espécie de limbo, via de regra a floresta, onde gestiona sua identidade ao mesmo tempo em que vive a negar sua questão. Esse período, sucessivo a alguma expulsão do mundo familiar marcado pela hostilidade, é quando o sujeito se prepara para sua entrada no amor. Lá convive com bichos, anões, fadas e outros seres mágicos que são restos de infância com quem compartilha sonhos e ansiedades. Quando sai para amar já está na ante-sala do “viveram felizes para sempre”, praticando o que fará dele um adulto.

Com essas histórias que pais e filhos têm mantido vivas, as crianças lembram que a adolescência é uma questão desde sempre, que a infância já gesta em seu ventre essa floresta, do que se negou a ser sepulto com o Édipo, daquilo que não obedeceu à esterilidade da latência e ainda do que será vivido enquanto paixão por aqueles que oficialmente ainda não amam.

A adolescência é o resultado da operação de inversão do Édipo, quando aquilo que conseguiu decantar enquanto identificação deve dar lugar novamente ao amor. É importante aqui observar que não é daquilo que repousava que a tarefa adolescente se nutre; ela é feita de pendências, de pontas soltas, que não fazem parte de alguma trama do que o pequeno ser já angariou para sua identidade.

O amor não vem destruir conquistas, vem apenas revelar o que clama ainda por resposta. A colocação lacaniana antes referida, do Complexo de Édipo como puberdade psicológica prévia à fisiológica, autoriza a pensar a adolescência como época de gestões amorosas da intensidade daquelas, mas agora feitas fora da família. Isso significa contabilizar os restos de amor que todas as operações anteriores deixaram pendentes e com eles fazer uma colcha de retalhos. Esta é a que vai se levar para a cama quando se cresce. A vida é como uma dízima periódica, um cálculo insolúvel, cuja incompletude vai mobilizar a sucessão das tentativas, as orquestradas pelo desejo e sua tradução poética, o amor.

Cada momento de elaboração, considerando assim o período edípico, a latência e a puberdade, vai deixando ganchos para que o sujeito os use mais adiante. O momento ilustrado nas histórias infantis como do retiro na floresta (às vezes surge sob a forma de uma grande viagem) é aquele no qual o sujeito começa a tentar alguma forma de síntese, de arrumar a bagagem para sua mudança para dentro do seu sexo. É com os restos, pendências, que se dá corpo ao anunciado sexo, e a adolescência é o momento de pô-lo em prática, o momento de um ato .

Rousseau (citado por Michelle Perrot, 1996, p.83) lembra que “Nascemos, por assim dizer, duas vezes: uma para existir e outra para viver; uma para a espécie e a outra para o sexo”. O sexo é o primeiro que temos a informar ao mundo, “é uma menina”, “é um menino” é a primeira revelação de um futuro que a ecografia ou o parto fazem de nós. Esse vaticínio, ser masculino ou feminino, no entanto, não passa

de promessa que ninguém pode cumprir por nós. É necessário ter transcorrido um trecho no casulo familiar para possibilitar esse parto subjetivo, o sexual.

1. O QUE O COMPLEXO DE ÉDIPO DEIXA INSEPULTO

A psicanálise supõe uma origem comum na gênese de ambos os sexos: homens e mulheres iniciam amando a mãe e nutrindo nela sua fundação subjetiva, ambos recebem um desafio da vida ao descobrir a diferença dos sexos e, com ela, o complexo de castração. A partir daí, a consciência de que se é potencial e factualmente incompleto faz em cada um dos sexos algum tipo de marca. Na condição masculina, há um rompimento com esse idílio familiar e a internalização da autoridade parental, transformada agora em superego. Na feminina, a reivindicação de completude moverá uma separação litigiosa com a mãe e contínuas gestões amorosas que, inicialmente, serão dirigidas ao pai, podendo transcender a outros homens ou a outros desafios, ou não.

Há um interessante debate sobre a tradução do termo *untergang*, palavra usada por Freud para intitular seu texto de 1924, conhecido em português como *A Dissolução do Complexo de Édipo*. Nesse texto, descreve-se que, após o idílio inicial com a mãe, a ameaça de castração precipita a menina para dentro do complexo de Édipo, e o menino para fora. Freud situa o processo do lado do sujeito infantil masculino para efeito de descrição em termos ideais, normais, já que nele a transformação dos amores edípicos em identificações enfeixadas no superego é “mais que uma repressão e equivale, quando se desenvolve perfeitamente, a uma destruição e uma desaparecimento do complexo” (Freud, 1924, p.2750).

No ano seguinte é publicado o texto já anunciado nas entrelinhas do anterior, *Algumas conseqüências psíquicas da diferença sexual anatômica*. Aqui Freud afirma a excelência do processo edípico masculino, em que o complexo “não é simplesmente reprimido no menino, mas sim se desintegra literalmente sob o impacto das ameaças de castração. Suas catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas e, em parte, sublimadas” (Freud, 1925, p.2896). Foi provavelmente essa descrição que levou a essa tradução do título do texto enquanto uma “dissolução” do complexo. Fazer a opção por essa tradução é escolher como paradigma uma situação que opta por excluir as arestas do problema, deixando de lado nada menos que a feminilidade e a neurose, pode?

Outras opções de tradução para *untergang* são “decadência” e o já consagrado “sepultamento”, os quais têm a vantagem de admitir a existência de um resto, de algo que, nas palavras do próprio pai da psicanálise, resta do Édipo como “tendências em parte inibidas quanto a seu fim e transformadas em tendências sentimentais”.

No uso da palavra decadência, evoca-se algo que, embora tenha perdido seu antigo brilho, ainda existe, na tradução por sepultamento; ainda melhor, há a presença de um cadáver, de algum túmulo, onde o que era mortal se imortaliza. Essa segunda opção permite-nos mostrar como Freud pensava, criando modelos e desmanchando-

os para lembrar que a subjetividade não pode ser representada por um sistema fechado.

O texto de 1924 coloca o processo edípico masculino, do qual o superego é herdeiro, como o único capaz de constituir a normalidade. “Inclinaríamos-nos a supor que tropeçamos aqui com o limite, nunca precisamente determinável, entre o normal e o patológico. Se o Eu não atingiu realmente mais que uma repressão do complexo, este continuará subsistindo, inconsciente, no Id e manifestará mais tarde sua ação patógena”; já o caso feminino é tratado como “material obscuro e insuficiente”. Essa ação patógena é aquela que vai aparecer mais tarde, num texto significativamente denominado *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor*, como a “impotência psíquica” (Freud, 1912, p.1710) considerada por Freud como característica do homem civilizado, incapaz de orquestrar harmonicamente amor e desejo. Parece haver aí uma firme posição de que enquanto amantes constituímos-nos como intrinsecamente sintomáticos e, assim sendo, universalmente neuróticos.

No texto do ano seguinte, é a mulher que faz o papel central de portar a “cicatriz da ferida narcísica” na qual a diferença anatômica a deixou. Falo não é pênis, porém ser aquela que faz o papel da falta na comparação anatômica infantil deixaria a seqüela de um “sentimento de inferioridade”. A má situação em que Freud se coloca frente às mulheres logo se relativiza, lembrando que “a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em virtude de sua disposição bissexual e da herança em mosaico, combinam em si características tanto femininas quanto masculinas, de modo que masculinidade e feminilidade puras não passam de ser construções teóricas de conteúdo incerto”.

Lembrando da universalidade da neurose e da abrangência das questões que a sexualização feminina coloca, ficamos frente a cicatrizes que são aquelas que a adolescência expõe. Mais do que desenterrar cadáveres, o jovem revela o insepulto da sexualidade infantil e, acima de tudo, de seus vínculos.

2. O LATENTE QUE LATEJA

Qualquer um que conviveu com uma criança no período edípico acredita em que a latência existe. Pouco antes, se tinha um sujeitinho litigioso, desbocado, que muito trabalho dava aos seus cuidadores. Quando menino, testava o limite até o fim da paciência, tendo como recompensa a constatação do poder paterno (ou sucedâneo), dava caricaturais demonstrações de potência e possuía suas fêmeas (mãe e substitutas) com a sutileza de um leão no cio. Quando menina, dona de uma agressividade mais sutil, dava jeito de dizer diariamente como a mãe ganharia o concurso de mulher mais feia da Transilvânia, além de gerar todo tipo de confusão possível em torno dos hábitos de alimentação, higiene e vestimenta, não sendo raro encontrar um exemplar destas vestida de odalisca, ou qualquer outra fantasia absurda, na rua e no frio, devido à derrota da família em lhe pôr outra roupa. Após a tempestade, a paisagem é de uma calma inacreditável. As famílias só podem amar a latência.

■ TEXTOS

Freud definia este que chamou de “período infantil de latência ou adiamento” como aquele no qual a criança se conforma ao “ideal educativo do qual o desenvolvimento de cada um sempre se afasta, amiúde em grau considerável” (Freud, 1905, 167).

Em termos psicanalíticos, ao final do período edípico,

“as cargas de objeto ficam abandonadas e substituídas por identificações. (...) A autoridade do pai, ou dos pais introjetada no Eu, constitui nele o nódulo do Supereu, que toma do pai seu rigor, perpetua sua proibição do incesto e garante o eu contra o retorno das cargas de objeto libidinais. (...) As tendências libidinais correspondentes ao complexo de Édipo ficam em parte dessexualizadas e sublimadas, coisa que ocorre em toda transformação em identificação, e em parte inibidas enquanto sua finalidade e transformadas em tendências sentimentais” (Freud, 1924, p.2750).

As duas afirmações precedentes, definições freudianas da latência, conservam sempre uma ressalva, tanto da inadequação de todo filho ao ideal educativo, quanto da existência de um resto dos amores edípicos que escapa à sublimação. De qualquer maneira, não há dúvida de que este é o momento em que um filho mais se aproxima do sonho pedagógico dos adultos, mais do que quando é bebê, bibelô da mamãe, pois naquele, então, ele não sabe o que faz, o latente tem plena consciência de estar sendo bom menino. Faz parte desse papel o de nunca dizer inconveniências nem fazer perguntas sobre o que os adultos não querem falar, abre-se um período de observação e escuta, no mesmo momento em que se adequou, ele começa seu afastamento, pois deixa a cena central do drama familiar. Não são mais suas crises de agressividade, indisciplina ou carinho que fazem o burburinho no ambiente, terá agora tempo para jogar, construir coisas, fazer consertos ou tarefas domésticas com os pais, viajar com eles e escutar o que os diversos familiares têm para lhe contar. É uma época de coleta subjetiva e reflexão, nunca estará tão permeável às ficções familiares. Não nos peçam para crer que o infante é completamente inocente nessas observações, ele tudo constata, apenas silencia.

Torna-se interessante observar que o latente ainda brinca, e muito, de forma que pode processar o que apreende da subjetividade familiar com o recurso da distância do brincar. Analistas de crianças estão acostumados a que quando começam a falar com a mesma, sobre algo que sua brincadeira em sessão revela, a criança se impacienta e solicita que se volte a brincar, chega de conversa, atenha-se ao registro em que eu enuncio. Se quiser me dizer algo, diga brincando!

É necessário que a criança tenha esse espaço de ilusão, como diria Winnicott, que é externo a ela e ao outro, intermediário entre os seres, do brincar para poder

elaborar seus impasses. Não é pouco o que ocupa o pequeno cérebro de um infante: a condição de ser gerado em nome de um desejo submete-o à tirania do ideal que dá forma a essa expectativa, ideal ao qual logo percebe que se adequou com dificuldade. Os pais não perdem oportunidade de fazê-lo observar que está se distanciando do que deveria ser e é bom que assim o façam, pois isso lhe coloca questões que a obrigam a crescer. Por outro lado, sente literalmente na pele o quanto ainda está preocupado à sua mãe, pendente de seu toque, cioso de seu cheiro; ainda restos da sua placenta psíquica, da condição de objeto se aderem a seu corpo. Por isso, porque o corpo e o pensamento não são de todo lugares seguros, precisa brincar fora de si. O Eu ainda não é um lugar seguro, o Outro ainda habita lá dentro.

Esse envolvimento com os pais (ou substitutos) é literalmente constitutivo, quer dizer que eles constituirão parte do que a criança entenderá como Eu. Nas palavras de Freud, “a identificação esforça-se por moldar o próprio Ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo” (Freud, 1989, p.134). Portanto, o peso de carregar tanta bagagem precisa ser aliviado por uma tentativa de separação que surge em vários momentos da vida, quando o sujeito faz esforços para separar em si o que é de um e o que é do outro. Nas palavras de Octave Mannoni, isso seria o processo de “desidentificação”, e ele assim define: “sendo inconsciente a identificação, é impossível torná-la consciente de outro modo que não seja desidentificando-se, (...) é por esse jogo de identificação e desidentificação que se constitui e se desenvolve a personalidade” (1994, p.175).

Quando a criança deixa de ser tão performática e passa a viver sua latência, deixa o cenário e vai para a platéia, começa a estabelecer essa expulsão dos restos infantis. Tem muito conteúdo com o qual alimentar seu brincar, muito para compreender. Só que agora não precisa nem quer mais o olhar dos adultos como companhia ou testemunho de sua atividade lúdica, brinca só ou com seus pares, fecha a porta, vai para o cantinho, baixa a voz, é um momento de intimidade.

A oportunidade de frequentar o mundo externo ao lar também permite uma renovada consciência do seu entorno e das particularidades de sua família. A professora é amada como mãe, mas também por não ser esta; as famílias dos amigos darão oportunidade às primeiras experiências de “estrangeiridade”, comer sabores diferentes, escutar outras conversas, outras regras de convivência. A latência é época das primeiras viagens, geograficamente muito curtas, podem não passar do quarteirão, mas de grande intensidade antropológica. Para onde vai tudo isso que se absorve nesse então?

Helene Deutsch (1952) dedica o primeiro volume de sua *Psicologia da mulher* ao período que vai até a adolescência. O fato de ela se ocupar da personalidade da menina, dá-nos oportunidade de visualizar os conflitos em sua forma mais explícita. Como víamos antes, nas palavras de Freud, o “Complexo de Castração atua sempre no sentido ditado por seu próprio conteúdo: inibe e restringe a masculinidade, estimula a

feminilidade” (Freud, 1925, p.2901), por isso o menino faz uma retirada estratégica do Édipo, em nome da conservação de seus dotes viris quando “cai a ficha” da diferença dos sexos. A menina fica na cena, dando-nos oportunidade de conhecer melhor sobre o que não tem como sair, o que não se sepulta, o que lateja na latência. Isso vale para o infante masculino também, mas seguidamente é mais escamoteado, mais sutil, tem mais um caráter de resto.

A autora divide o período anterior à menarca, fisiologicamente pubertário, em duas etapas, que denomina “pré-puberdade” e “primeira puberdade”. A primeira delas, é a “última fase do período de latência” quando “mesmo que possam se descobrir certos precursores dos futuros impulsos sexuais, sua característica é a de estar desligada em seu grau máximo da sexualidade infantil. É uma fase em que os instintos sexuais estão em seu grau mais fraco”.

Aqui, onde tudo levaria a supor a calma da latência é que a autora constata as nuvens que prenunciam a tempestade: qualificado de “pré-revolucionário”, o psiquismo dessa fase “é um governante sábio que forja suas armas antes que o agressor apareça”; o método é de uma extrema atividade, um “processo intensivo de adaptação à realidade e domínio do meio, tornado possível pelo desenvolvimento do Ego” em que a “arma principal é o esforço de se adaptar ao meio”. Essa extrema adequação é, na realidade, aparente, revela a modalidade de relação com a própria subjetividade desse momento, e aí se encontra a maior riqueza desse texto. Assim como o brincar é a modalidade infantil de dar vazão ao mais indigesto da subjetividade e a atividade fantasiosa é o recurso pubertário para isso, a latente, que não dispõe de nenhum dos dois recursos, lança mão à atividade do “desempenhar”.

Essa forma de relação com o mundo, a mais teatral que jamais se terá, é uma espécie de impulso a atuar até convencer-se de que se é idêntico ao ideal que se conformou. Esse último normalmente está associado ao crescimento, trata-se, então, de fazer por parecer mais velha do que se suporta ser. O preço desta performance é alto, pois a capacidade de elaboração se restringe, regredindo a menina para níveis de relação com o mundo mais pobre do que costumava. A projeção e a introjeção são expedientes correntes, algo como “se minha performance for convincente, sinto ser o que desejo, se não acredito no que faço ver, sentirás o sabor da minha ira, mas se estiver convencida de que vês o que desejo, fugirei em pânico”. A autora cita o exemplo duma menina que comparece a um baile de adultos fantasiando ser a grande diva e, quando um olhar masculino a surpreende na escadaria do recinto, ela foge espavorida, pequenina frente ao tamanho de seu desejo e o caráter dramático que ele assumiu.

Conviver com essas mocinhas pode também ser bem complicado, pois participam das conversas dos adultos com petulância, resistem à disciplina corporal que as recorda sua condição infantil e tentam ganhar no grito uma posição que estão longe de suportar ocupar, como no baile. A capacidade de elaboração perde em muito com a compulsão a atuar, a tendência é a “considerar as coisas mais realisticamente”, “frases

e símbolos estão dotados de um valor de completa realidade”(Deutsch, 1952, p.17-23).

Como Freud bem lembrou em seus textos sobre técnica, aquilo que não se expressa no sujeito sob forma associativa, que se faz ver em vez de ser dito, é conteúdo não passível de elaboração. Em transferência, o conteúdo que é atuado sem ser mencionado (exemplificado pelo movimento de abrir e fechar uma bolsinha ou esconder uma carta, no caso Dora) só se torna acessível ao paciente depois de revelado pelo analista. Dessa forma, voltando a comparação para as jovens artistas dessa fase, para elas só é possível saber de si pelos efeitos que provocam nos outros.

Assim, a grande aquisição latente, que é a adaptabilidade ao meio, desvia-se para uma espécie de pantomima da sexuação, o que, se não é característica dominante de todos os latentes de ambos os sexos, certamente em algum grau se faz presente na fase final da latência, o que leva muitos pais a ficar chamando de adolescentes seus filhos ainda crianças.

Mais do que nunca, é de pura imagem que se trata, a aposta da criança é em construir uma fantasia, vesti-la, e observar nos outros o efeito desta imagem. É muito importante destacar o caráter falso desse “parecer adolescente”, no qual não são supostos encontros amorosos de nenhum tipo, assim como exposições corporais excessivas. Jogar uma criança assim estruturada na precocidade de uma experiência sexual pode ser bem assustador para ela, pois é muitíssimo além do que ela pode suportar. Convém lembrar que ela está desprotegida, com sua capacidade de assimilar os desafios limitada, pois a “atuação”, como nos recordou Freud inúmeras vezes, vai na contramão da elaboração. Ao atuar, faz-se algo para produzir um efeito no outro (grito para que me mandes calar, por exemplo), mas há uma permeabilidade resultante da vulnerabilidade, de que não se está sendo dono das próprias fronteiras.

Outra forma de constatar a fragilidade psíquica do período pré-puberal são as explosões emocionais que acometem. Crises de choro ou de agressividade irrompem sempre que a situação é difícil de decodificar; via de regra, essas acompanham momentos de lucidez, nos quais percebe quão longe está do ideal e sente-se pequeno para percorrer o trajeto nessa direção. Tanto as lágrimas quanto os gritos ou socos são expressão da impotência e da convocação dos pais ou substitutos para que acolham num registro mais regressivo (punição ou consolo) aquele que está covarde demais para avançar.

Nas meninas, em particular, os pais têm muito precocemente a experiência das primeiras paixões. A menina escolhe uma amiga em particular, com quem tem todos os cuidados, os ciúmes, as alegrias e os sofrimentos dignos de um primeiro amor. Helene Deutsch vê essa amada como uma sucessora automática do amor dirigido à mãe, ao mesmo tempo em que diz que o amor a ela devotado é a si própria, pois esta seria uma “extensão do próprio eu da moça”. Parece uma bela forma de mostrar os dramas do necessário rompimento com a mãe como se externos à família eles fossem. Rios de lágrimas são vertidos porque “ela” não quis sentar junto no ônibus da excur-

são, ou porque escolheu outra dupla para fazer um trabalho escolar. Com isso, a juvenzinha está a lembrar que o sofrimento amoroso é diretamente proporcional ao montante de restos infantis que ele abarca. O aparente ridículo desses primeiros desastres amorosos prepara a família e a criança para os que virão, de cuja seriedade ninguém duvida. Essas últimas manifestações de caráter francamente emotivo e apaixonado, que visivelmente desequilibram a eficiência latente, são as que Helene Deutsch arrola no período compreendido como “primeira puberdade”.

3. DESEJAR, SER DESEJADO, FAZER-SE DESEJAR

Uma jovem chamada Emma tinha apenas oito anos quando entrou em uma confeitaria. Ao invés dos costumeiros doces, encontrou um comerciante desrespeitoso, que profanou sua inocência, tocando-lhe as partes íntimas por cima das roupas com um sorriso nos lábios. Pouco tempo depois, a menina retornou ao mesmo local, mas o episódio não se repetiu. É uma adolescente com dificuldades de entrar em lojas desacompanhada e com outros sintomas neuróticos, quando relata a Freud o que considera o momento originário de seu sofrimento: ela estava com 12 anos, uma púber, portanto, quando entrou em uma loja e viu dois vendedores, um dos quais pareceu-lhe atraente. Eles estavam rindo entre si e ela fica tomada de um afeto de susto, como se estes achessem graça das roupas dela.

Esse caso é muito antigo na obra de Freud, o século XIX ainda não havia terminado quando publica o *Projeto para uma Psicologia Científica*, portanto faça-se idéia do quanto uma moça era convocada a ser pudica, ao mesmo tempo em que os abusos eram comuns, estando a mulher em posição tão desvalorizada. A jovem, tendo esta lembrança despertada pela conexão dos risos dos homens e o elemento da roupa, sofre naquele momento pelo que viveu quando pequena e que, naquela ocasião, pareceu não deixar grandes impressões. O que separa um episódio do outro e introduz a mudança de registro, diz Freud, é a puberdade.

Na leitura freudiana “As mudanças trazidas pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado (‘ação retardada’ do trauma)”, assim como “cada indivíduo adolescente porta traços de memória que só podem ser compreendidos com a manifestação de suas próprias sensações sexuais” (Freud, 1950, p.474). Convém, no entanto, fazer uma leitura atenciosa no episódio para não sair culpando os hormônios por tudo. O amadurecimento de Emma, que lhe permitiu operar conscientemente com aquilo que ela tratava com tanta discrição, o sexo, torna-lhe insuportável pensar não precisamente no episódio em que ela foi abusada, mas, sim, no fato de que ela voltou lá! Emma sofre ao pensar que mesmo tão pequena, pilhou-se em algo que, *a posteriori*, pode ser interpretado como desejo.

A diferença entre um episódio e outro, entre o antes e o depois da puberdade, é que a partir desta é mais difícil ignorar o próprio desejo, e ele acaba embutido retroativamente nas lembranças.

Um pequeno trecho clínico. Uma mulher lembra do dia em que descobriu que tinha seios: era carnaval e vestiu uma fantasia de havaiana, que consistia num sarongue e colares de flores, que costumava usar com a parte de baixo do biquíni; devia ter por volta de uns 11 anos. Quando sai à rua, sente-se, pela primeira vez, nua, exposta. Corre para casa, com seu carnaval abalado e a certeza de que seu busto agora é íntimo. A lembrança suscita-lhe uma sensação desagradável, “como não me dei conta?”. De um carnaval a outro, admite que não lhe haviam crescido praticamente seios, mas havia se instalado o desejo de algum olhar que antes não lhe ocorria.

Conviria então lembrar o que Freud qualificou como traumático em sua primeira teoria sobre a origem da histeria, conhecida como “teoria da sedução”: episódios de sedução precoce, supondo terem eles deixado uma marca insuportável na vida das mulheres. Anos depois, quando lamenta não mais poder acreditar em sua teoria por ela se basear em fantasias ao invés de fatos, elimina a “teoria do trauma” de seu arsenal. Ao criticar a cilada em que havia caído, a de que aquelas histórias eram mais fantasias, reveladoras mais de desejos do que de fatos, Freud fica diante de um dado que diz algo das mulheres e da histeria, como admitiu, mas também da puberdade. Descobre que o amadurecimento sexual é acompanhado de uma releitura da própria história amorosa (incestuosa) no qual se embute o dado do desejo. Um olhar ao passado reinterpreta histórias outrora inocentes, como a da supracitada fantasia da havaiana, que desvelam a sexualidade infantil aos olhos do próprio sujeito.

É muito observável essa transição na relação dos jovens com crianças menores. Até a passagem pubertária, são recreacionistas voluntários para todos os eventos, encaram-se dos pequenos, enternecem-se por eles, são dotados de uma paciência infinita. Após um certo crescimento, que agora sabemos qual é, tornam-se irritadiços com crianças ou simplesmente passam a ignorar sua existência. É como se não suportassem a visão do infantil agora que o supõe carregado de erotismo, sexualidade infantil esta que elas agora estão revestindo de um desejo do qual até então podiam se isentar.

Deste ponto de vista, a novidade que faz a virada da puberdade é a assunção do desejo de um desejo, é o processo de saber-se ativo na produção do desejo de que sou objeto.

As categorias de atividade e passividade sempre interrogaram Freud, mais de uma vez julgou aí ter encontrado a chave da diferença dos sexos, mais de uma vez terminou dizendo que era um pouco mais complicado do que isso. Porém, o palpite de que é um eixo importante de onde se pode situar a posição de um sujeito persistiu, e vamos também explorá-lo um pouco.

Jean Laplanche tem uma espécie de encanto pelo tema, o que o torna um bom guia; ele esclarece que “passividade e atividade não devem ser definidas em função do elemento comportamental. A passividade está toda inteira na inadequação para simbolizar o que ocorre em nós vindo da parte do outro” e segue, citando Spinoza: “somos

passivos quando se faz em nós alguma coisa da qual somos a causa apenas parcialmente” (Laplanche, 1988, p.90). Assim interpretada, a passividade seria consequência do não-engajamento de um desejo que o sujeito possa admitir na cena.

O autor enriquece a questão lembrando a possibilidade de diferenciar “ser amamentado” de “mamar”, de “dar de mamar”. Mesmo acontecimento, diferentes pontos de vista. Poderíamos conjugar, da mesma forma, a relação do adolescente com o desejo, diferenciando o “desejar da mãe” e “ser desejado por ela” do “fazer-se desejar” do adolescente, que equivale a apropriar-se de um corpo, revesti-lo com os adornos que se precisa ter, para ser desejado.

O balanço final do percurso por esse trecho da vida mais se assemelha a um balão furado, sempre escapa um pouquinho de ar que é preciso repor. Esse escapamento narcísico no revestimento de nossa imagem é o que faz com que as identificações herdeiras do complexo de Édipo sejam insuficientes.

A adolescência de ambos os sexos informa que através de um tortuoso processo de separação entre pais e filhos se faz o parto de um sujeito sexuado e desejante. Só que, para isso, ele precisou descobrir, paradoxalmente, o quanto depende de que alguém o deseje. Assim, no processo de se tornar independente da família, cada um se descobre escravo para sempre do amor que o constituiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEUTSCH, Helene. *La psicología de la mujer*. Parte 1. Buenos Aires: Losada, 1952.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Obras Completas*. V.7, Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- _____. Sobre una degradación general de la vida erótica (1912). In: _____. *Obras Completas*. V.2, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- _____. Psicología de grupo e análise do ego (1921). In: _____. *Obras Completas*. V.18, Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- _____. La disolución del complejo de Edipo (1924). In: _____. *Obras Completas*. V.3, Madrid, Biblioteca Nueva, 1973.
- _____. Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia sexual anatómica (1925). In: _____. *Obras Completas*. V.3, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- _____. Projeto para uma psicologia científica (1950). In: _____. *Obras Completas*. V.1, Madrid, Biblioteca Nueva, 1973.
- LACAN, Jacques. *A família*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1978.
- LAPLANCHE, Jean. *Teoria da sedução generalizada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- MANNONI, Octave. A desidentificação. In: Roitman, A. (org.). *As identificações*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- PERRROT, Michele A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: Levi, G. e Schmitt, J. (org.). *História dos Jovens*. V.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WINNICOTT, D.W.W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

“PATRICINHA” OU “LARGADA”: AS IDENTIFICAÇÕES NA ADOLESCÊNCIA

Carmen Backes *

RESUMO

Este artigo trabalha a imagem adolescente e as identificações utilizando-se de elementos da história de uma adolescente de quinze anos. Para abordar a questão dos processos identificatórios na adolescência utiliza o tema do sinistro (estranho) em Freud. Também adota contribuições de Benjamin para trabalhar o conceito de imagem mimética. O cruzamento destes conceitos permite demonstrar que os processos identificatórios, tomados como a construção de uma imagem mimética, irão adquirir matizes diferenciados e surpreendentes, e podem ir de um extremo ao seu oposto: da patricinha até a larga-da.

PALAVRAS-CHAVE: *imagem; identificações; adolescência*

“PREPPY GIRL” OR “SLOPPY”: IDENTIFICATIONS IN ADOLESCENCE ABSTRACT

This article works the adolescent image and the identifications using elements of a fifteen year-old adolescent's history. To approach the subject of the identificatories processes in the adolescence it uses the theme of the sinister (feeling of strangeness) in Freud's work. It also adopts contributions of Walter Benjamin to work the concept of mimetic image. The crossing of these concepts allows to demonstrate that the identificatories processes, taken as the construction of a mimetic image, will acquire differentiated and surprising shades, which can go from an extreme to its opposite: from the preppy girl to the frikky.

KEYWORDS: *image; identifications; adolescence*

* Psicanalista, membro da APPOA, psicóloga do Deptº de Psicanálise do Instituto de Psicologia/ UFRGS, Mestre em Psicologia Social e Institucional. Autora do livro *O que é ser brasileiro?*, da coleção O sexto lobo. São Paulo: Escuta, 2000. E-mail: cbackes@cpovo.net

Para falar deste tema vou tomar alguns elementos da história de uma adolescente de 15 anos. Tina foi adotada no Nordeste por uma mulher sozinha. A mãe biológica era empregada doméstica; o pai abandona ambas logo que Tina nasce.

Quem vem primeiro contar a história de Tina é a mãe adotiva, com receio de que os fatos causem danos à filha. O tema da adoção é o que move a busca de análise, pois, segundo a mãe adotiva, Tina não sabe que é adotada. A mãe é branca, pele clara, nariz adunco, cabelos escuros, lisos. Tina é de pele cor cuia, cabelo “ruim”, lábios carnudos, nariz de batata, como ela mesma descreve os traços bem característicos de sua origem, mas isso depois, num outro momento de sua trajetória. A adoção parece estar “na cara”, embora não seja falada; então Tina já sabe.

Com a chegada de Tina em análise, outras questões se colocam. Ocupa-se longamente, seja da descrição de mulheres com as quais tem coisas em comum, coisas que admira e coisas de que não gosta, seja fazendo ensaios, como se brincasse de fantasia, adotando algum detalhe, algum elemento, algum traço dessas imagens de mulher, até mesmo as roupas. Os ensaios se repetem, como em um jogo de fantasiar-se de muitas coisas, mas para Tina não é bem algo lúdico, mas algo como um experimento, uma busca.

Aqui poderíamos rapidamente antecipar a hipótese de que Tina, na verdade, não se ocupa com nada mais a não ser com a velha pergunta histórica: “o que é ser uma mulher?”, a exemplo de Dora, que vai tentar se livrar da dúvida angustiante localizando sua resposta na Sra. K. A sra. K, a mulher idealizada por Dora e aquela a quem todos os olhares masculinos – pelo menos do pai e do Sr. K – dirigiam-se. Neste caso poderíamos propor de seguir pensando as questões de Tina através da análise das identificações na histeria¹, assunto já bastante trabalhado, no próprio caso Dora, por Freud (1905). Porém, falo em antecipação, pois quero propor outras hipóteses para a abordagem dos elementos que Tina vai trazendo.

Comecei a pensar nos elementos desse caso, primeiramente, a partir do que costumamos chamar de “construções em análise”, conforme denominou Freud (1937), ou seja, um trabalho em que experiências, vivências e muitas das oportunidades que criamos na vida atual dizem respeito a algo do passado, dizem respeito às experiências reais ou fantasiadas que tivemos em tempos que não aparecem mais imediatamente na nossa memória. Não reconhecemos, de imediato, esse fundamento no passado, justamente porque ele se encontra esquecido, essas experiências estão ausentes, embora

¹Pensei em não seguir trabalhando sobre esta hipótese, no caso de Tina, pois suas questões não se apresentavam exatamente sob a forma sintomática de identificação como, por exemplo, a identificação ao pai na tosse e falta de ar de Dora. No caso de Tina, parecia-me mais algo da ordem de um processo de constituição, ou construção, se assim pudesse referir. É o que vou tratar adiante.

não inexistentes em nossa vida psíquica. Ou seja, lidamos diariamente com “substitutos” das coisas que esquecemos.

O processo de análise faz surgir o que foi esquecido a partir das marcas que o conteúdo esquecido deixou detrás de si, ou melhor, a tarefa da análise, do analista e do analisante é construir. Essa construção, ou reconstrução, faz-se a partir dos fragmentos de recordações, das associações do sujeito e com alguma complementação ou suplementação dos restos que sobrevivem. As construções, portanto, estão sujeitas a dificuldades e erros. Porém, o que favorece o trabalho do analista é que nas coisas esquecidas, ou recalçadas, falando mais precisamente, todo o essencial está conservado, inclusive as coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes de alguma maneira, porém feitas inacessíveis ao sujeito. O trabalho todo, então, assenta-se na memória, ou nos traços de memória conservados aqui e ali, fragmentados, disjuntos. Porém, a construção é somente um trabalho preliminar. Quando uma construção termina e o sujeito dela toma consciência, é preciso então que ele trabalhe sobre isso.

Porém, gostaria também de falar dos processos identificatórios, ou melhor, traços identificatórios, como pontos de uma escritura que Tina recolhe da circulação entre mulheres. Talvez aqueles traços que ela não consiga recuperar desde a sua origem, por recusá-la e também outros tantos que não encontra na mãe adotiva. A relação ao outro se faz de limites tênues: o outro pode se apresentar excessivamente intrusivo ou excessiva e precocemente retraído.

Entre as tantas figuras que desfilam no seu cotidiano estão as amigas “patricinhas”, as “largadas”, as negras pagodeiras, a tia abnegada e dedicada à família, a empregada doméstica, nordestina, a quem despreza muito, pois abandonou a filha à prostituição (mas talvez não bem por isso, mas por atualizar uma origem que ela recusa).

Como num ensaio: busca do traço feminino que não parece receber do lado materno, seja da mãe biológica, odiada, rejeitada, na figura da empregada doméstica nordestina e também parece não receber da mãe adotiva homossexual que não se faz espelho. O que vem da mãe adotiva não parece ter consistência, nem para ser copiado, nem para ser recusado ou taxado de ridículo (expressão comum utilizada pela filha na relação com sua mãe). É vazio...

“Onde está então o espelho que acolhe a minha imagem? Que não é refratário apenas?” Esta parece ser a pergunta e o ensaio de Tina, com as várias representações de mulher com as quais se encontra. Ela se localiza, ao mesmo tempo, na “patricinha”, na “largada”, na tia, na empregada, mas, ao mesmo tempo, não é nem uma nem outra inteiramente.

Por isso falamos em identificações, no plural, pois não há um processo unívoco que responda pelo conjunto das identificações. Identificação não tem nada a ver com unificação. As identificações recebem do objeto apenas um traço único (ponto em comum, inconsciente), puramente diferencial, nunca unificatório. Precisamos de identi-

ficações múltiplas, plásticas polimorfos e polifônicas. Ainda mais na adolescência, que se caracteriza pela intensa labilidade identificatória, própria desse período da vida.

Freud (1921) falava na identificação como operação psíquica fundante, originária, identificação ao *ein einziger zug* que está na base do restante do processo. Lacan (1961) retoma, com o estádio do espelho, a partir da noção de traço unário, também como algo da ordem constituinte onde o investimento libidinal dedicado às figuras parentais abre-se para outras identificações. Nas primeiras identificações, ocorre a apropriação de um traço que se manteria no sujeito pelo próprio fato de sua ausência (ausência do objeto). O eu se construindo pelo recorte e apropriação de um traço na relação especular. Por isso as identificações são parciais, pois feitas com um traço único do objeto. As identificações posteriores advêm das primeiras mantendo seu “caráter”.

Todos esses ensaios, essas fantasias, essas brincadeiras miméticas dessa jovem adolescente estão longe de ser tomados como imitação, ou macaqueamento, mas talvez como jogos identificatórios nos quais ela ensaia um modo de ser. Identificação não é imitação, não é compreensão, não é empatia. Talvez *mimesis* seja o conceito que mais se aproxima disso.

A propósito de *mimesis*, Benjamin (1997) fala de uma de suas lembranças da infância quando faz um jogo com as palavras *kupferstich* e *kopfvertisch* que permite uma apreensão muito bonita deste conceito: a criança, na brincadeira mimética, apropria-se do código do outro (*kupferstich* – figura de cobre) para deturpá-lo em um *kopfvertisch* (movimento de cabeça), mas, ao mesmo tempo, nomeando-o *kupferstich*. O interessante dessa noção da *mimesis* benjaminiana é que se processa uma “deturpação”, tanto da palavra quanto do corpo: a ação de “deturpar” o código “deturpa” ele mesmo, o corpo. Essa é a condição da *mimesis* benjaminiana: o sujeito faz-se objeto, mas também faz uso do objeto. (Benjamin, 1997a, p.99).

Lacan (1979), por sua vez, define o mimetismo como um processo em que o sujeito insere-se numa função cujo exercício o apreende. O que trato de salientar é o paradoxo que se estabelece na imagem mimética: o sujeito apropria-se do código e é tomado por ele; é autor da ação, mas também sofre a ação.

Não se pode dizer, da “imagem mimética”, que ela não seja o objeto ou que não seja o mimetizado; tampouco pode-se dizer que o seja. Por isso, justamente, trata-se de uma imagem mimética, pois o mimetismo dá a ver algo que não é o objeto mesmo. Esse “algo que se dá a ver” que não é o objeto, e que também não é o mimetizado, é algo outro que, porém, inclui ambos. Essa “estranha relação” ilustrada pela imagem mimética alude, claramente, ao enigmático da relação do eu com o Outro.

Se pensarmos nos processos identificatórios como a construção de uma imagem mimética, elas irão adquirir matizes diferenciados e surpreendentes, pois podem ir de um extremo ao seu oposto: ou, da “patricinha” até a “largada”.

A identificação, diferente da cópia, nos coloca frente ao heterogêneo, ao irreduzível, ao desconhecido, ao grande Outro. O sujeito não surge da categoria do mesmo, da imitação, do eu, mas justamente da relação entre ambos, conforme nos é colocado pelo estádio do espelho, ou pelo conceito da *mimesis* benjaminiana que acabamos de referir.

Ainda sobre as identificações na adolescência: as identificações são a condição para a instauração de um elo social, na sua acepção imaginária e simbólica. Se tomamos aqui que a adolescência trata justamente da passagem do familiar ao social, a questão das identificações entra em cheio nessa fase. A identificação por certo fará parte dessa reorganização, ou melhor, elas mesmas, as identificações sofrerão reorganização, reorganização esta que reconduz as coisas ao começo, poder-se-ia dizer. Sobre isso, falaremos mais adiante, a propósito da história de Tina.

Agora, sobre as expressões “patricinha” e “largada”, que tomei como título deste artigo: a expressão “patricinha” já é bem difundida, mas a expressão “largada” ouvi pela primeira vez justamente de Tina, e não sei se é tão comumente usada quanto “patricinha”. Tina muitas vezes se pergunta sobre ser “patricinha” ou ser “largada”, desleixada, descuidada. Não é necessário acentuar aqui o quanto a expressão “largada” também se cola, para Tina, a ser adotada. A largada é a adotada.

Gostaria de discorrer um pouco sobre “ser patricinha”. Conversando com algumas adolescentes, ou mesmo as adolescentes com as quais trabalho, é sempre unanimidade o fato de que “patricinha eu não sou”, embora portem a maioria dos atributos descritos como de “patricinha”. Essa questão de que, com relação a ser “patricinha”, a resposta é sempre “eu não sou”, e que funciona como algo denegado, faz pensar um pouco mais sobre a história de Tina, pois, por muito tempo, ela se vê às voltas com a negação ou denegação de sua origem. Negar ou desprezar o cabelo “ruim”, o nariz achatado e a pele morena foi um mecanismo largamente usado por Tina.

Como ela mesma opõe os termos “patricinha” e “largada”, também não podemos deixar de ver, imediatamente, o quanto “largada” diz respeito à sua história duplamente: largada, primeiro, pelo pai, que abandonou-a junto com a mãe e o irmão e, depois, largada também pela mãe biológica.

Então, no que se refere à história de Tina: “patricinha” é aquilo que não se é, ou não se quer admitir ser, embora porte em si todas as insígnias, assim como a de ser negra. E largada é o luto que precisa ser feito. Tina não se detém muito na questão de ter sido adotada. Esta questão pareceria emprestar todo seu matiz à questão da origem que, para ela se coloca como muito mais dramática.

Ainda sobre as figuras às quais ela recorre e os elementos que vai recolhendo, faz lembrar algumas passagens. Uma é a metáfora da constelação utilizada por Benjamin (*apud* Gagnebin, 1999, p.15): os pontos isolados, recortados formarão uma *constelação*, “tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado comum as reúne”. Esse procedimento de interligar pontos inéditos, “que faz

emergir momentos privilegiados para fora do *continuum* cronológico, é definido (...) como a apreensão de uma constelação”. O que surge da reunião de vários pontos é um novo desenho, um novo objeto, até então inexistente, mas que não deixa de incluir também os pontos ou estrelas já existentes, descreve Benjamin.

Talvez seja interessante também pensar no que Benjamin (Gagnebin, 1992) fala sobre imagem dialética, que seria a imagem capaz de lembrar sem imitar. Sua força estaria no fato de fazer surgir uma figura nova e até mesmo inédita, uma figura realmente “inventada da memória”, pois nasce da profusão da lembrança – imagem de memória.

A memória tem um caráter múltiplo: uma certa dinâmica que envolve o vivido individual, a experiência, mas também as imagens compartilhadas e a relação ao Outro. Essas idéias talvez remetessem a pensar no conceito psicanalítico da ressignificação *a posteriori* ou *nachträglichkeit*, em que experiências, impressões, traços mnêmicos são ulteriormente remodelados, reinscritos, reorganizados em função de experiências novas. Elementos do presente vão articular novos formatos às figuras do passado. Tratar-se-ia do aparecimento de figuras inéditas, como afirma Didi-Huberman (1998), na medida em que seria o surgimento de uma figura antes ausente, embora não inexistente.

Outra imagem à qual poderíamos recorrer para entender melhor esta “construção” empreendida por Tina – assim como por todo adolescente – são aquelas brincadeiras em que se juntam pontos numerados um a um, formando uma nova figura, que ao ser revelada, nos surpreende pela sua familiaridade e obviedade escondidas nos pontos enumerados, porém não ligados².

A propósito disso, ao trabalhar em torno do tema do Sinistro, Freud (1919) primeiramente nos faz ver o quanto o *heimlich* (familiar), nos seus giros de linguagem, é uma palavra que evolui até a ambivalência, quando termina por coincidir com sua antítese, *unheimlich* (estranho, sinistro). Então, *unheimlich* é, de alguma forma, uma espécie de *heimlich*. Ou seja, o estranho, não seria nada novo, senão algo que sempre foi familiar à vida psíquica e que somente se tornou estranho mediante o processo de sua repressão. Ao mesmo tempo, Freud associa a experiência do sinistro à angústia de castração e que é preciso, no angustiante, reconhecer algo reprimido que retorna, ou seja, para que o primitivo possa retornar como algo sinistro, é necessário que tenha passado pela repressão. O sinistro procede do familiar que foi reprimido.

²Agradeço à Lúcia Serrano Pereira que, por ocasião da discussão deste trabalho na Jornada “O adolescente e a construção de fronteiras”, faz observar que a brincadeira *aligue-ligue* aponta para uma direção previamente estabelecida, enquanto que na metáfora da constelação de Benjamin, a direção não está dada, mas vai-se fazendo, o que parece aproximar-se mais da questão que abordamos aqui.

Uma figura, uma imagem que, de repente, se desenha, se revela completa remete também a algo já referido aqui: na fase do espelho, a criança passa da fantasia do corpo despedaçado ao corpo inteiro, desenhável, ponto por ponto, na identificação ao outro. Trata da assunção de uma nova imagem. A passagem adolescente é, também, o momento de reapropriação egóica da imagem do corpo que passou a ser ameaçador. Na puberdade, o corpo “explode”, transborda, de modo incontrolável³. Este é o real da puberdade. A imagem egóica, o eu, sofre um abalo pelas modificações corporais que a puberdade impõe. É necessário, então, que o adolescente se reaproprie de um corpo que, por outro lado, nunca deixou de ser seu.

Quando falamos que o estágio do espelho acentua o quanto o corpo infantil que de despedaçado passa a ser contornável – operação esta que procede do encontro com a imagem no espelho até a inserção numa via discursiva, que recorta o traço da voz e do olhar do Outro primordial –; na adolescência, temos a possibilidade de ver como o adolescente reconstitui esta operação. É como se seu corpo precisasse ser novamente contido e reescrito por significantes. Trata-se tão somente do luto pelo corpo da infância e da assunção de um “novo” corpo adulto.

O “novo” aqui refere-se a todas as transformações corporais que a puberdade inicia e que a adolescência terá de absorver. Quando falamos que, no estágio do espelho, o pequeno *infans*, ao defrontar-se com a imagem especular, vê-se como o sentimento de ser ele próprio, mas também de não o sê-lo, de um aquém e de um além dele mesmo, parece ser o mesmo estranhamento com o qual se vê o adolescente com o seu “novo” corpo. A esse respeito, lembro de uma jovem adolescente que se vê compulsivamente tomada pela vontade de usar sistematicamente as roupas da mãe, ao mesmo tempo em que, quando se olhava no espelho surgia o estranhamento em relação a essa imagem: “Esta não sou eu”. Outra adolescente dizia: “Sinto que o meu corpo está atravessado por inúmeros olhares, como se fosse uma gelatina transparente”. Nesse dito, pode-se perceber não só a questão do olhar como também o da não continência. O corpo, como uma gelatina, é também aquele corpo instável nos seus contornos. Outra adolescente ainda dizia: “Não reconheço minha imagem no espelho”. Em todos os exemplos citados, coloca-se a questão do risco da dissolução, de perder-se no outro, de corpos que, por estarem separados por contornos movediços, poderiam imiscuir-se.

³É muito freqüente, na adolescência, a reativação da fantasmática do corpo despedaçado vencida pelo estágio do espelho. Percebe-se isso no adolescente, o quanto parece que ele não tem mais o controle sobre seu corpo, as pernas e os braços “sobram”, não tem lugar para colocá-los. Sobre isso, podemos referir aqui a idéia da função do esporte na adolescência como continente deste corpo sem limite, sem afirmação.

Outra questão que se ressalta a respeito deste “novo” corpo é que não se trata nem só do olhar do adolescente sobre esse “novo” corpo, nem só do olhar do Outro, mas do cruzamento desses dois campos. Ou seja, o traço do olhar e da voz do Outro que o adolescente recolhe e que se articula com o seu próprio olhar. É uma via de mão dupla.

A menina adolescente tem com o espelho (instrumento) uma relação muito particular. Chama atenção o comentário de algumas mães sobre as horas intermináveis que suas filhas adolescentes passam à frente do espelho: são horas e horas de uma admiração interminável. A silhueta é “olhada” contornada, ponto por ponto. É como se fosse mesmo uma reapropriação: um imperceptível fio de cabelo fora do lugar, uma milimétrica preguinha numa calça são percebidos como se fossem um elefante branco. E assim, o contorno da imagem é feito num misto de paciência, ansiedade, decepção, agrado. Em seguida, a mesma imagem é submetida a olhares outros, esperando uma resposta para cada detalhe que, ao adultos, em geral, passam imperceptíveis. Mas o olhar do outro é necessário para validar, sem ele não há sustentação possível da imagem⁴.

Tina não se ocupa muito com o espelho. Porém, ocupa horas e horas de suas sessões de análise falando, nos mínimos detalhes, sobre essas imagens de mulheres que circulam pela sua vida e que a convocam de alguma forma: o que ela gosta nelas, o que detesta, o que gostaria de ter, como gostaria de ser, ponto por ponto. Esse parece ser o jogo de espelho ao qual Tina se entrega, sem cansar, como essa adolescente comum que dedica horas e horas à frente do espelho. O espelho (instrumento) é como a metáfora do espelho do olhar do outro.

Como se dá a interpretação da identificação, na medida em que joga aí a importante relação especular? A dificuldade para o analista está em manter uma abertura ao inconsciente, resistir à tentação de apontar para uma única imagem ou figura, unificadora, seja ela qual for. Assegurar a possibilidade de tal abertura ao heterogêneo, ao Outro, é a ética do analista. O contrário talvez reduziria os processos identificatórios a uma “bem sucedida” imitação.

A análise de uma adolescente é o lugar para vir contar as impressões, dificuldades e interrogações diante dessas várias formas de ser mulher que a convocam e das quais recolhe um ponto, um traço.

A identificação é o Outro em movimento. A passagem adolescente também nos fala de movimento. Então, as identificações múltiplas, variadas, são próprias da adolescência.

⁴ A propósito dessa questão, refiro uma cena paradigmática do filme “Más companhias”, onde a protagonista desce as escadas de sua casa pronta para uma festa. O encontro com o olhar paterno desencadeia a insustentabilidade da imagem.

A última figura à qual Tina dedica-se é a amiga apelidada de Nega Lê. Esta é uma negra que adora pagode, daquelas mulatas de bunda grande que sabe rebolar, que desliza suavemente entre brancos e pretos, que seduz a todos. Sua negritude não parece lhe fazer nenhuma questão, ao contrário, usa de todos os atributos de sua raça. Tina se encanta com ela.

“Foi com a Nega Lê que aprendi a ‘domar meu nego’”, ou seja, arrumar os cabelos. Esta expressão “domar meu nego” é bastante equívoca. Domar é amansar, vencer, mas ao mesmo tempo, tem também o sentido de reprimir-se, de refrear-se, de conter-se, de domar paixões.

Na relação com a Nega Lê coloca-se, portanto, tanto a questão do espelho quanto a questão do duplo e da origem rejeitada, que ela não consegue situar, por exemplo, na família, nos primos. Na relação com o “irmão”, coloca-se tanto uma possibilidade quanto uma função, embora o amor e o ódio, paradoxalmente, apareçam. Porém, são necessários para sustentar uma certa função identitária.

Com a nova amiga coloca-se também algo de uma possibilidade, talvez, pois ela, na posição contrária a de Tina, não esconde sua origem, porém, trata de usá-la como um distintivo: aquilo que Tina esforça-se para esconder – por exemplo, queimando o couro-cabeludo num exercício supremo para alisamento dos cabelos – a amiga faz aparecer, porta como um brasão.

A identificação com elementos de sua origem através da amiga, lhe permite outras possibilidades de ver-se com a questão da origem, seus traços de origem. Ela e nega Lê habitam a mesma insígnia identificatória. Através da amiga, começa a recuperar a imagem de si própria para poder começar seu luto, isto é, recuperar seu desejo. Luto aqui tomado como o processo que permitirá que haja manifestação do desejo.

A identificação com elementos de sua origem lhe permitiu, desde então, não mais negar, rejeitar, camuflar seus traços de origem, mas tomá-los, como na relação com o espelho, em que elementos retirados do outro passam a constituir a própria imagem.

Esse caso “carrega nas tintas”, literalmente, mas é algo que todo o adolescente passa. Vários experimentos, mas retorna à origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense: 1997. (Obras Escolhidas, v.2)
DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
FREUD, S. Análise fragmentária de uma histeria (1905). In: _____. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
_____. O sinistro (1919). In: _____. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
_____. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: _____. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

■ TEXTOS

_____. Construções em análise (1937). In: _____. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LACAN, J. *O seminário. Livro 8*. (1961). A transferência. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1992.

_____. *O Seminário, livro 11*. (1964). Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.(1964).Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TEXTOS

“TÁ LIGADO?!” OBSERVAÇÕES SOBRE AS LIGAÇÕES ADOLESCENTES

Lúcia Alves Mees *

RESUMO

Através da expressão verbal “tá ligado?!”, utilizada por alguns adolescentes, o texto interpreta o lugar do jovem na atualidade, tecendo uma associação entre a ligação no sentido do laço entre os sujeitos e seus objetos, bem como entre a atenção e o chamado distúrbio de déficit de atenção (DDA) e as drogas.

PALAVRAS-CHAVE: *adolescência; ligação; atenção; drogas*

ARE YOU ON?! OBSERVATIONS UPON THE ADOLESCENT LINKS ABSTRACT

Through the expression “are you connected?” (“tá ligado?”), used by some adolescents, the text interprets the place of the young people in the present time, weaving an association between the connection, in the sense of the tie between the subject and their object, as well as the attention and the so called attention deficit disorder (ADD) and the drugs.

KEYWORDS: *adolescence; connection; attention; drugs*

* Psicanalista, membro da APPOA. Autora do livro *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001. E-mail: lmees@portoweb.com.br

*Para preencher um Vazio
Inserir a Coisa que o causou –
Tenta bloqueá-lo
Com Outra – e mais vai se escancarar –
Não se pode soldar um Abismo
Com Ar
(Para preencher um Vazio – Emily Dickinson)*

A expressão acima, usada por alguns adolescentes (principalmente os do sexo masculino), alude à interessante polissemia da ligação, a saber: ao laço entre dois sujeitos ou objeto, ao estar atento, à gíria para *drogado*, bem como se refere a uma certa posição objetual, visto que se utiliza usualmente o verbo ligar para pôr em funcionamento algum aparelho elétrico ou eletrônico. Afora isso, ela substitui, em parte, a antiga frase final “tá entendendo?” (ou “tá sabendo?”, ou ainda “sabe?”); entretanto, introduz um termo novo, menos vinculado ao saber, ao entendimento, e mais à ligação, à conexão com o Outro e à atenção. Ademais, embora seja pronunciado em tom de pergunta, o interlocutor, também jovem, em geral, nada responde.

A repetição de tal enunciado leva-nos a indagar se há uma questão do adolescente referente à ligação (em suas múltiplas acepções)? Qual é o desligamento do outro, ou o próprio, que insiste nessa pergunta que não se responde? No que o adolescente está ligado? O que essa ligação anuncia de movimento em direção às fronteiras que sua juventude requer ultrapassar?¹

Para os pais dos adolescentes, parece, na maior parte das vezes, que os filhos não estão ligados naquilo que deveriam, muito frequentemente, não suficientemente empenhados na atenção aos estudos. Os filhos, ora concordam docilmente e se cobram os mesmos valores, ora discordam, oscilando entre fazer ligação com o puro prazer infantil, abrindo mão dos estudos pelos gozos da vida e entre a afirmação de um investimento singular, o qual lhes parece legítimo e, assim, requer negar os indicados pelos pais.

Nessa esteira, vem ganhando peso o moderno diagnóstico de “distúrbio de déficit de atenção”, o DDA, principalmente entre os adolescentes. A frequência com que este diagnóstico vem sendo aplicado lembra a insistência com que os adolescentes adicionam às suas frases o “tá ligado?!”.

A forma que o quadro é diagnosticado segue um padrão que tenho visto se repetir em analisandos e em filhos de analisandos: é ofertado na primeira consulta, pelo profissional de saúde, um livro-manual dos sintomas da doença, intitulado “Ten-

¹ Considerando que as fronteiras aqui são aquelas que anunciam a ligação, ou seja, que impelem o investimento do jovem para um lugar outro que não o infantil.

dência à distração”, o qual o paciente deve ler e a partir daí, resolver se irá aderir ao tratamento. O DDA é descrito nessa publicação como uma “síndrome neurológica, [a qual conjuga uma] tríade de sintomas que inclui impulsividade, falta de concentração e hiperatividade ou excesso de energia” (p.18) e relaciona-se, conforme os dois psiquiatras americanos, autores do livro em questão, com ansiedade, com depressão, com distúrbios de aprendizagem, com agitação ou mania, com estados dissociativos, com personalidades limítrofes, com distúrbios obsessivo-compulsivo, etc.

(...) esse grupo de distúrbio do espectro afetivo [além da depressão e do DDA (inclui ainda a bulimia, o distúrbio obsessivo-compulsivo, a cataplexia, a enxaqueca, o distúrbio do pânico e a síndrome do cólon irritável. Essa ligação é confirmada na resposta a medicamentos semelhantes, assim como indícios clínicos. Se, como é o caso, uma medicação que trata com êxito a depressão maior também trata com êxito o DDA, não deveríamos supor que haja um elo entre esses dois distúrbios ? (Hallowell & Ratey, 1999, p.194).

Como se observa, a vaguidade do diagnóstico reúne tudo e nada, ao mesmo tempo em que promove uma identificação imediata; afinal, poucos não se encaixam em algum dos muitos sintomas associados. Quem não gostaria de estar sempre bem alerta ao que deseja? Quem não almejaria manter a ligação sem vacilar? Além do mais, qual adolescente não é impulsivo, aéreo e cheio de energia? É nessa identificação fácil que vejo alguns adolescentes concordarem com a medicação psiquiátrica (o estimulante Ritalina, em geral) que lhes é, logo depois, prescrita². Identificação essa que guarda o fascínio e o risco de uma resposta identitária para o jovem... Ele passa a ser... algo, afinal. Resta saber, entretanto, se ele poderá ser ainda outras coisas...

Além disso, o diagnóstico traz o risco de ser interpretado como uma indicação de droga-que-cura-o-mal, ou mais, que **o que não está ligado, liga-se com droga**. D roga que liga? Liga-te à droga? Cocaína ou Ritalina? Faz-se aí uma rima complicada...

A ligação do jovem, a ser construída ao longo de sua crise adolescente, fica, assim, reduzida a sua vinculação com as drogas e, conseqüentemente, menos àquela que poderia ser elaborativa de seu cruzar de fronteiras, a saber, a ligação estabelecida pelo desejo. A atenção, supervalorizada pelos diagnósticos modernos, pode fazer obscurecer a noção de ligação como aquilo que recorta, de um todo impreciso, uma parte investida, a qual passa a ganhar existência, delimitando as fronteiras entre os campos do que tem significação, que ganham atenção, e do que está fora.

Freud, por várias vezes, formulou que a atenção serve, sobretudo, para fazer impedir a abertura do inconsciente. Para escutar seu analisando, o analista deve deixá-la flutuar. Para que um chiste se produza é necessário, em parte, perdê-la: descobrimos

²“O remédio atua corrigindo um desequilíbrio químico nos neurotransmissores, que, no caso do DDA, ocorre em partes do cérebro responsáveis pela regulação da atenção, controle de impulsos e humor”. (Hallwell&Ratey, 1999, p.36).

na condição da distração da atenção um traço que não é, em absoluto, supérfluo ao processo psíquico no ouvinte de um chiste (Freud, 1905/1977, p.177) Para a telepatia ou hipnose, as quais, também sob influência de transferência, fazem entrever algo de inconsciente, da mesma forma, a atenção deve ser distraída. Assim sendo, a atenção, em sentido estrito, parece guardar, para Freud, quase as mesmas propriedades da consciência, isto é, fornecer certezas identitárias e barreiras ao saber inconsciente.

É com o conceito freudiano de *ligação* (*bindung*) que se encontra a acepção do ligar como sinônimo de fazer laço entre sujeitos, com o Outro, ou com o objeto. Essa terminologia da ligação se encontra referida em diversos pontos das formulações freudianas, principalmente no *Projeto de uma Psicologia* (1950[1895]/1977), bem como quando aborda a repetição do traumatismo (1920/1976) e na última teoria das pulsões (1923/1976).

Do primeiro texto, destaca-se a noção de energia livre e energia ligada, a primeira, aludindo a um brusco aparecimento de uma energia que tende, de forma irreprímível, para a descarga. Reencontrar-se-á mais adiante na obra de Freud essa idéia da liberação da excitação sexual que dificulta a ligação proposta pelo ego.

Sobre o trauma, Freud se perguntará se há outra associação além dessa influência do ego sobre o processo primário, ou seja, se há outra forma de dominar ou ligar a excitação do princípio do prazer que não aquela realizada pelo ego. Freud chega ao conceito de compulsão à repetição para cunhar esse outro processo de ligação, isto é, a insistência do não-elaborado do trauma, a fim de ligá-lo a uma representação.

Na última teoria das pulsões, a ligação se torna a característica principal das pulsões de vida. As pulsões de morte, por oposição, tenderiam a destruir e desligar o sujeito. Sob a ótica da ligação, observe-se que seu oposto, isto é, o desligamento, associa-se com esvaziar a ligação, assim como destruí-la. A ruptura dos laços, portanto, dá-se pela ausência deles, assim como por atos destrutivos destes mesmos laços, o que sugere que o desligado é também o violento.

Retomando, se o “tá ligado?” trata menos do saber, como mencionei antes, é ao desejo do Outro (e o próprio, conseqüentemente) que se refere, interrogando o adolescente. Tu me desejas? ou desejas me escutar?, ou ainda, há desejo no que digo? são perguntas do adolescente ao seu parceiro de fala. É certo que a indagação se dirige ao semelhante; entretanto, os pais querem ainda dar seus palpites sobre essa questão. O paradoxo que se cria, logo, é que a opinião dos pais (mesmo que movida pela angústia de verem seus filhos em lugar tão delicado, como esse de quem está em uma relação de vida e morte com o desejo, ou mesmo que imbuídos em demandar uma vinculação à vida adulta através dos estudos e trabalho, ou ainda, que ajam em nome da angústia de verem o futuro pessoal/profissional tão pouco garantidos na cultura atual) relança o filho ao lugar infantil da obediência a eles. Mais complicado ainda se a angústia dos pais e do filho for respondida pela adoção de um objeto que aplaca quimicamente a interrogação suscitada.

De toda forma, desde outro lugar, convém perguntar se o adolescente é desligado. O ensimesmamento narcísico do distraído tem na adolescência um de seus apogeus. A antiga fórmula da constituição do sujeito (Freud, 1914/1974) é novamente utilizada pelo jovem: se a interrogação sobre o desejo do Outro é radical, o narcisismo se torna um anteparo necessário – ainda que potencialmente patogênico – de defesa ao letal possível vazio de respostas. Considerando que, na adolescência, o Outro infantil, que até ali respondera sobre o desejo, não interessa mais ao jovem ser consultado, e que o outro Outro, por um tempo, ainda não responde, o vazio espreita o adolescente. Esse desvanecimento traumático requer que o jovem estabeleça nova ligação energética, ou seja, que os significantes que pautaram a infância tomem outro lugar, a partir do novo arranjo pulsional juvenil. Ou, dito de outra forma, o traumático da perda do lugar e corpo infantis é a re-atualização do trauma fundante de um sujeito, no qual o Outro lhe apresenta uma posição precoce àquela que poderia ocupar (Mees, 2001a).

Até que o também jovem parceiro responda sobre a ligação, o adolescente se fecha em si mesmo, buscando aí encontrar algo para dar fundamento de si. O limite entre o movimento constitutivo e entre o patológico do desligamento, revelam-nos os adolescentes, está no quanto a interrogação do desejo é tolerada e, logo, se mantém trabalhando no sujeito; e o quanto a questão sobre si se ligará novamente a um Outro. Ou dito de outra forma, frente ao desafio de escutar do Outro, agora o parceiro sexuado, o quanto de desejo o adolescente mobiliza, o fechamento em si mesmo pode ajudar o imaginar um conteúdo próprio, o qual poderá ser desejável pelo parceiro. A prova do Outro, a inclusão dele na resposta pretendida, entretanto, pode ser adiada, represando patologicamente a ligação consigo mesmo e desligando-o em demasia. Fechado em si, o adolescente retarda o tempo de *se dar a ver* e de *se fazer escutar*³. Mais patogênica ainda pode ser a resposta que exclui a ligação com o Outro e designa um objeto – a droga – como aquela que evitaria, ou suprimiria o intuito de ligação ao Outro, conde-

³ Vale referir que a expressão “tá ligado?”, por ser de uso quase exclusivo entre os adolescentes do sexo masculino, o *fazer-se escutar* é questão principal. Penso que a expressão correspondente nas jovens do sexo feminino é: “Olha só!”, aludindo ao olhar do Outro como centro de sua problemática feminina. Pois, na revisão do estágio do espelho, própria do adolescente, tratar-se-á da transformação do olhar e da voz do Outro, na medida em que o Outro não é mais aquele da infância (Rassial, 1999). O jovem passará a se deparar com o que o Outro diz sobre o que ele é; pela voz do Outro, o adolescente buscará a resposta sobre aquilo que ele agora se tornou. A jovem, por sua vez, tentará interpretar o olhar do Outro enquanto fornecedor de uma nova identidade e identificação. Para ela, *parecer ser* poderá se assemelhar e construir o jovem *ser*. Ou ainda: “Daqui por diante, deveremos partir novamente do horizonte do ‘visível’, para fazer entender isso: que ‘o objetoa, no campo do visível, é o olhar’ (...) a pulsão dita ‘invocante’ supõe o *fazer-se* voz para buscar o ouvido do Outro” (Assoun, 1999, p.92).

TEXTOS

nando o jovem a se ligar apenas a si mesmo e ao gozo do próprio corpo⁴, pretendido com a droga. Logo, aí sim a distração se aloja, seja lá qual substância estiver em questão⁵.

É claro que há um outro na medicalização, o Outro da ciência, aquele que nada quer considerar do desejo, somente da produtividade, o mesmo que relaciona o DDA e a depressão, no triunfo do nada perguntar sobre as causas da doença, portanto, das origens e, mesmo, as do sujeito, elididas na ideologia do bem funcionar e do nada dever. Este Outro só responde ao adolescente que ele deve se ligar para produzir, não importa o quê e para quê, oferecendo um saber que fundamentaria esse imperativo. Noção de um sujeito sem-nome naquilo que realiza.⁶ Portanto, o saber – mesmo que *prêt-à-porter* – o jovem encontra nessa relação, isto é, não falta saber à ciência, não produzindo aí uma interrogação. De outra parte, o desejo recusado faz o jovem indagar sobre ele e sobre o que *isso* deseja nessa posição. Alguns pais atuais são dubladores deste mesmo ideal⁷: estude para produzir (dinheiro, em geral), seja lá o preço que isso custar! A essa ausência de nomeação ligada ao ideal, o jovem responde, em geral, desligando-se ou destruindo (a si ou a outro) ainda mais. Desorientado pela ausência de um desejo singular que poderia conferir valor à vida doada e levar a buscar algo a ser transmitido, o adolescente se desliga mais um pouco. Expectante de uma forma não imperativa e aberta a uma posição de desejo (a qual requer alguma ligação, sem qualquer promessa de sucesso na empreitada), o adolescente espera um Outro que lhe diga que o peso da existência não se ilude em qualquer artifício aspirável ou injetável,

⁴ “Seja qual for a droga que vocês considerem e mesmo para alguns, no princípio do uso, haja um efeito afrodisíaco, vocês vão constatar que um uso prolongado desse mesmo produto vai, inevitavelmente, ao longo do tempo, provocar a suspensão de todo desejo, toda atividade sexual (...), ou seja, devemos chamá-las sexolíticas: as drogas são sexolíticas”. (Melman, 1999, p.13).

⁵ A clínica da neurose permite ainda algumas reflexões sobre a distração: na neurose obsessiva ela aparece, em geral, relacionada com a dispersão de esforços para atingir um objetivo, isto é, associada ao sintoma obsessivo do adiamento, de modo a evitar um ato produzido a partir do desejo; ou ainda, associada à absorção excessiva na sustentação do Outro, em detrimento de outros pontos de “atenção”. Na histeria, por sua vez, o desligamento do mundo explicitado pela “alma bela” é o recurso sintomático da histérica para não se ver implicada naquilo que lhe acomete, centrando prioritariamente sua “atenção” na falta do Outro.

⁶ O aumento dos atos de violência juvenis, portanto, bem podem apontar para essa produção sem sujeito, a qual a ciência anuncia como valor moderno.

⁷ A caricatura dessa dublagem é o relato *Confissões de um comedor de ecstasy de meia idade*, de autor anônimo, o qual conta sua relação com as drogas, sendo seu filho seu traficante: “Hoje, é uma vergonha compartilhada, algo que nós dois temos e que ninguém mais tem e, como o sangue que compartilhamos, tornou-se uma parte grande e integral daquilo que nos une – pai e filho. (...) Meu filho me fornece drogas (...)” (Folha de São Paulo, 16/6/2002, p.9). Tal relato torna notório que alguns pais acreditam que precisam se apoiar na química para exercer seu lugar.

sem qualquer prescrição definitiva e tranquilizadora. Ao não encontrar, pode desligar-se ainda um tanto mais.

A receita química que promete ligar, portanto, só faz desligar mais e mais, restando ao jovem seguir perguntando (embora bem saiba que poucos na cultura moderna possam responder) “e aí, tá ligado?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOUN, Paul-Laurent. *O olhar e a voz – lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- CONTI, Mário S.. Confissões de um comedor de ecstasy de meia-idade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 agosto 2002. Caderno Mais, p. 9.
- DICKINSON, Emily. *Cinquenta Poemas – Fifty Poems*. Rio de Janeiro: Imago/Alumni, 1999.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]) In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 1.
- _____. Os Chistes e sua relação com o inconsciente (1905). In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 8.
- _____. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914) In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 14.
- _____. Além do princípio do prazer (1920) In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 18.
- _____. O ego e o id (1923) In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19.
- HALLOWELL, Edward M. & RATEY, John J.. *Tendência à distração – identificação e gerência do distúrbio do déficit de atenção da infância à vida adulta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MEES, Lúcia A.. *Abuso sexual – trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001^a.
- _____. As várias cenas da melancolia e depressão. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.20, p 11-18. 2001b.
- MELMAN, Charles. *Adolescência e drogas. O adolescente e a modernidade/Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- RASSIAL, Jean-Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

DE VOLTA PARA CASA*

Maria Cristina Poli Felippi**

RESUMO

Em psicanálise podemos denominar como processo adolescente a busca de um lugar de enunciação que permita ao sujeito “se encontrar” na estrutura que o determina como sintoma. Tal movimento é analisado a partir da narrativa do personagem-adolescente André no livro “Lavoura Arcaica”. Enfatiza-se, no texto, a relação do sujeito à lei e às identificações.

PALAVRAS-CHAVE: *adolescência; lei; identificação; família*

BACK HOME ABSTRACT

In psychoanalysis, we can denominate as adolescent process the search of an enunciation place that allows the subject “to meet himself” in the structure that determines him as symptom. Such movement is analyzed from the character-adolescent’s narrative André in the book ‘Archaic Farming’. It is emphasized, in the text, the subject’s relationship with the law and the identifications.

KEYWORDS: *adolescence; law; identification; family*

* Parte integrante da pesquisa *Alienation, séparation, exclusion: psychopathologie de l’adolescence et clinique du lien social* desenvolvida pela autora na *Université de Paris 13*, sob a orientação de J.J. Rassial e com o financiamento da CAPES (Brasil).

** Psicanalista, membro da APPOA. Professora da Faculdade de Psicologia da PUCRS. Doutoranda na *Université de Paris 13*. E-mail: crispoli@mageos.com

André é ainda adolescente quando resolve sair de casa para descobrir o mundo. Não. Devemos precisar: na verdade, ele não sai, ele foge de casa. Também seria um pouco forçado chamar sua angustiada errância de “descoberta do mundo”. André percorre o submundo, usa drogas, conhece o prazer da prostituição. Termina por achar uma parada em um quarto de pensão onde ele habita o fundo das garrafas de vinho. É de lá que seu irmão mais velho virá buscá-lo, na tentativa de transformar o irmão desgarrado em filho pródigo.

O diálogo se estabelece e, então, descobrimos do que André foge.

Neto de imigrantes, ele tem seu destino amarrado àquele de sua família: trabalho na lavoura, plantação e colheita que dão ritmo à vida, inscrevendo-a nas raízes da natureza. Entre o natural e o familiar, há pouca distância. André vive suas pulsões no registro da animalidade, impedido de tomar a via bastarda da exogamia. Seu comportamento faz eco ao discurso que o pai profere, à cabeceira da mesa de jantar; um elogio ao tempo e à paciência como formas supremas da necessária submissão à lei:

“(…) o amor na família é a suprema forma da paciência; o pai e a mãe, os pais e os filhos, o irmão e a irmã: na união da família está o acabamento dos nossos princípios; e, circunstancialmente, entre posturas mais urgentes, cada um deve sentar-se num banco, plantar bem um dos pés no chão, curvar a espinha, fincar o cotovelo do braço no joelho, e, depois, na altura do queixo, apoiar a cabeça no dorso da mão, e com olhos amenos assistir ao movimento do sol e das chuvas e dos ventos, e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis, sinuosos, como não se questionam nos puros planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçadas nos pastos pelos rebanhos: que o gado sempre vai ao cocho, o gado sempre vai ao poço; hão de ser esses, no seu fundamento, os modos da família: baldrames bem travados, paredes bem amarradas, um teto bem suportado; a paciência é a virtude das virtudes, não é sábio quem se desespera, é insensato quem não se submete.” (p.61-62).

Quem leu o livro já pode reconhecer nestas breves frases o nó da narrativa de *Lavoura Arcaica*, livro de Raduan Nassar (1989). A narrativa é tão mais bela quanto o trabalho da metáfora deixa a mostra o insubsumível real da experiência familiar dos personagens. Nela, podemos acompanhar como o ritmo da família confunde-se com os tempos da natureza que, por sua vez, se ordenam segundo os trilhos da linguagem. Neste particular enlace de registros, Nassar sublinha o aspecto maquínico da experiência dos personagens. Trabalho da pulsão de morte, funcionamento automático e repetitivo da instituição familiar, que faz de seus membros elos em uma engrenagem desprovida de sujeito.

Em um primeiro nível de leitura, a história que Nassar nos conta revela a íntima relação entre uma ordem institucional guiada pelo ideal familiar e uma legislação moral regida pelo ideal educativo da tradição higienista. Em ambas, a redução ao mínimo da expressão do desejo se faz acompanhar do máximo desenvolvimento de um saber sobre o gozo. A família que *Lavoura Arcaica* nos apresenta é a instituição guardiã do imperativo superegóico, a detentora da técnica de reintegração do produto a sua matriz. Trata-se, exemplarmente, de um discurso dirigido pela recusa à castração:

“(...) e vou puxando desse feixe de rotinas, um a um, os ossos sublimes do nosso código de conduta: o excesso proibido, o zelo uma exigência, e, condenado como vício, a prédica constante contra o desperdício, apontado sempre como ofensa grave ao trabalho; (...) e uma lei ainda mais rígida, dispondo que era lá mesmo na fazenda que devia ser amassado o nosso pão: nunca tivemos outro em nossa mesa que não fosse o pão-da-casa, e era na hora de reparti-lo que concluíamos, três vezes ao dia, o nosso ritual de austeridade, sendo que era também na mesa, mais que em qualquer outro lugar, onde fazíamos de olhos baixos o nosso aprendizado da justiça.” (p.78-79).

André é o filho rebelde, insubmisso. Ao longo da narrativa, podemos acompanhar o trabalho de subjetivação que sua adolescência coloca em jogo: trabalho de apropriação do seu lugar enunciativo na estrutura familiar. Ele começa por reconhecer no pai o autor e detentor de tal discurso.

Entre seis irmãos, ele é o único a se tomar na condição de rival do pai, de confrontá-lo em suas incongruências, de desafiar-lo na sua autoridade. O que ele delata é o simulacro de um discurso que só pode se legitimar nas antípodas de seus preceitos. Pois se o que o pai enuncia é o valor supremo da união da família, a glória de uma estrutura tão bem alinhavada – onde a cada dado do real corresponderia uma representação no ideal do amor familiar – é apenas de uma posição de exclusão que ele pode fazê-lo. Lá, diz André, na cabeceira da mesa, onde ele profere seu discurso de patriarcal, o pai é o “faminto”, o soberano que funda a lei ao se fazer exceção.

Gostaria de abrir um parêntese para a seguinte observação: o abandono é uma das figuras da exceção. No livro *Homo Sacer*, G. Agamben (1997) desenvolve um interessante trabalho sobre a estrutura da exceção e os fundamentos da lei. Segundo ele, “abandonar” indica um tipo de relação que se situa na fronteira da lei, no limite do que, desde o ato originário de sua fundação, pode ser situado como incluído ou excluído ao campo que ela recorta. Mais ainda, “a-ban-donar”¹ caracteriza a potência do ato fundador da lei, momento em que “ser submetido” e “estar em liberdade”, raízes antitéticas dessa expressão, encontram-se no mesmo lugar.

¹ Em francês, “à-ban-donner”, em que “ban” é um “antigo termo germânico que designa tanto a exclusão da comunidade quanto a ordem e a insígnia do soberano”. (Agamben, p.36).

Nesse sentido, se acompanharmos Agamben, a figura do “abandonado” apresenta-se como uma solução de compromisso ao paradoxo originário da lei, o também chamado de “paradoxo do soberano”. Esse paradoxo consiste no fato de que aquele a quem é dado definir o que é ou não permitido em um certo universo discursivo, isto é, aquele que assume a posição enunciativa do soberano, ao fazê-lo situa-se fora dos limites que ele mesmo estabelece. Dito de outro modo, o soberano, ao fundar a lei, deve estar em uma posição de exclusão e só ser incluído, em um segundo tempo, pela sua representação, mas não pelo seu ato enunciativo, não no exercício de sua função.

Essa questão que constitui o fundamento da filosofia do direito é retomada por Safouan (1995) no âmbito propriamente psicanalítico. No livro *Malaise dans la psychanalyse*², o autor apresenta essa mesma aporia ao tratar da função do terceiro, a *Dritten Person* de Freud, no campo da formação analítica. Também em Lacan encontramos um extenso trabalho em torno dos paradoxos lógicos atinentes à fundação da lei – que deve ser entendida aqui como definidora do campo fálico. Porém, entre as diversas questões que a análise desse problema coloca para os psicanalistas, gostaríamos de salientar a forma como, segundo Safouan, a psicanálise desdobra de forma original esse dilema.

No âmbito da *polis*, a constituição da lei que organiza o laço social se baseia em princípios homólogos àqueles da organização edípica. O exercício da função paterna, isto é, a possibilidade de que alguém se faça de representante da lei, implica que o *a priori* da soberania esteja co locado. Que, pelo menos em termos de pressupostos lógicos, exista **ao menos um** que não esteja submetido à castração, o que quer dizer que esteja excluído do campo que funda. A isto que em psicanálise denominamos de **exclusão fálica** segue-se que o exercício da função paterna pressupõe que o sujeito a quem é dado encarná-la – o pai real – possa transmitir o falo sem confundir-se com ele. Ou seja, possa, nos termos de Agamben, se **abandonar** à lei.

O que Safouan acrescenta de novidade, a meu ver, é que a psicanálise, ou melhor, os psicanalistas constituem uma outra posição em relação à lei que não é nem a do pai, nem a do soberano. Para o analista, a posição terceira diz respeito não à lei da referência fálica, mas a do desejo. Ambos os termos não são sem relação; é no recalçamento originário que encontramos sua disjunção: o falo positiva o desejo, significa-o, mas, ao fazê-lo, o reduz ao deslizamento metonímico da demanda. A análise se dirige, justamente, ao que do desejo não se significa, à falta na sua potencialidade de pura abertura. Nesse sentido, nos diz Safouan, o analista é o “nada” que está além do soberano; “nada” que indica “o ponto onde todos somos iguais”, isto é, sujeitos de desejo.

² “Mal-estar na psicanálise”.

Teríamos que avançar mais nessa questão se quiséssemos entender as conseqüências dessa posição subjetiva do analista na produção do seu ato. Isso, porém, foge as pretensões deste texto. O que constitui, aqui, o cerne de minha preocupação é de como situar a posição enunciativa do pai de André e quais suas conseqüências no processo adolescente do filho.

Assim, a minha hipótese é que o pai de *Lavoura Arcaica* é o soberano: aquele que funda lei ao se confundir com ela. Para tanto, ele encarna o falo enquanto imagem de potência, impedindo o estabelecimento de um circuito de trocas. Paradoxalmente, tal posição estabelece o falo como valor absoluto ao mesmo tempo em que o reduz a puro dejetivo, pois desprovido de sua função primeira: ser significante do desejo. Essa seria a posição enunciativa do soberano: transcende à lei, no sentido que é sua condição, mas também a excede, isto é, sobra como resto.

O **abandonado**, por sua vez, no sentido que lhe dá Agamben, dialectiza essa condição de “auto-exclusão” do lugar de enunciação que, em certa medida, é intrínseca à linguagem. O termo “abandonado” nos interessa particularmente pelo que ele permite significar da posição de **submissão voluntária** do sujeito à castração – a alienação do sujeito ao significante, diríamos com Lacan – na medida em que torna possível o acesso ao desejo. Também pelo que ele pode nos ajudar a pensar na relação entre os, assim denominados, **menores abandonados** e a **lei da família**. Entre ambos, nenhuma oposição *a priori*, nem complementaridade. *Os abandonados* não são, por princípio, sem família, fora de sua lei. O que situa, nesta relação, o **fora-da-lei** é uma dada posição discursiva – do soberano ou das instituições que se confundem com ele – que ao enunciar a lei da família e seus valores a erige como ideal circunscrito por bordas estáticas³.

No livro *Lavoura Arcaica*, André é aquele que se opõe ao pai – ao soberano – e, desse modo, apresenta-se como seu duplo. A duplicação aqui não se refere unicamente à imagem mas, sim, a um tipo particular de identificação como identificação ao **fora-da-lei**. Assim, para além da sua vontade, a posição de André o condena ao destino do discurso contra o qual ele se insurge. Ele é aquele que faz, da palavra do pai, letra; que toma a palavra do pai ao **pé-da-letra**.

Segundo parênteses: no seminário *Formações do inconsciente*, Lacan (1998) retoma a proposição freudiana do “supereu” e do “ideal do eu” como precipitados identificatórios que restam no sujeito a partir do recalçamento do Complexo de Édipo,

³ Após a escrita deste texto, encontrei a seguinte afirmação do autor do livro *Lavoura Arcaica* que, me parece, vai nesta mesma direção: “Talvez se pudesse ver no Lavoura [Arcaica] uma tentativa de se colocar metaforicamente em xeque as utopias, quando confrontadas com os gritos e gemidos dos excluídos, uma categoria que existirá sempre e necessariamente em qualquer sociedade, partindo-se do pressuposto de que uma organização social só se viabiliza em cima de valores. E valores excluem sempre e necessariamente. O que poderia parecer então só um romance de amor trágico, talvez devesse ser percebido também como um texto de reflexão política” (Raduan Nassar).

isto é, como resultado da operação da metáfora paterna. Porém, Lacan diferencia “ideal do eu” e “supereu” como formações identificatórias distintas. Enquanto o “supereu” releva da identificação **no** sujeito ao pai, ao agente da castração – identificação que permanecera sempre como inassimilável, como marca da presença do Outro –, o “ideal do eu” é um precipitado da identificação **do** sujeito às insígnias do Outro. A operação de identificação que tem por resultado o “ideal do eu” é uma operação significativa que se apóia na identificação primária do sujeito aos signos da demanda materna. É uma operação simbólica que incide sobre o objeto imaginário. Em outros termos, o “ideal do eu” faz metáfora do falo imaginário que a criança atribui à mãe. Nesse sentido, ele é o registro subjetivo da castração.

Na puberdade, as mudanças corporais se inscrevem no registro sgnico dos objetos maternos. As crises de angústia do adolescente indicam, muitas vezes, a dificuldade de construção da metáfora, trabalho de luto que acompanha a substituição do objeto pelo significante e que permite a superação do falo imaginário no ideal.

O que denominamos aqui de “identificação ao **fora-da-lei**” refere-se a esse momento onde o sujeito, na impossibilidade de sofrer a operação da metáfora, faz coincidir objeto e significante. O falo como atributo paterno, como insígnia de valor no campo do Outro, ao invés de barrar o desejo da mãe, se realiza como seu objeto. Trata-se, pois, de uma identificação ao pai enquanto identificação ao significante, mas significante que é incorporado no registro da exceção e do excesso. A incorporação identificatória aí opera como reificação fantasmática do significante do desejo do Outro.

Na história de André, ele nos dá a pista do que está em jogo na sua dificuldade de aceder ao trabalho da metáfora. Sob a forma imperativa do discurso do pai, ele revela que a impossibilidade de realização do luto do corpo incestuoso da infância recobre uma falha na genealogia: o luto, impossível na família, do “pai ideal”. Nessa particular formação sintomática, o “não querer esquecer” do sujeito se transforma, na narrativa de André, em preceito moral: “não deves esquecer”:

“(…) na doçura da velhice está a sabedoria, e, nessa mesa, na cadeira vazia da outra cabeceira, está o exemplo: é na memória do avô que dormem nossas raízes, no ancião que se alimentava de água e sal para prover de um verbo limpo, no ancião cujo asseio mineral do pensamento não se perturbava nunca com as convulsões da natureza; nenhum entre nós há de apagar da memória a formosa senilidade dos seus traços; nenhum entre nós há de apagar da memória sua descarnada discrição ao ruminar o tempo em suas andanças pela casa (...)” (p.60-61).

O lugar vazio do velho ancião encontra ressonância, na angustiada narrativa de André, na língua estrangeira falada pela mãe, língua de reza e súplica. O intraduzível dessa língua e o inesquecível das origens míticas da família acompanham a adolescência de André. O vazio aí não constitui enigma, não deixa traço; ele resta como presença indelével do intransmissível da genealogia.

TEXTOS

Terceiro filho, mas primeiro a ser contado do lado materno (conforme a disposição dos lugares na mesa de jantar), coube a André dar corpo a esse vazio, encarná-lo. Sua adolescência é, assim, marcada pela passagem a ato que realiza essa disposição subjetiva. É, pois, na casa vazia do velho ancião, patriarca mítico, que André realiza o ato supremo de respeito à lei da família: o incesto fraterno. Por esse ato, ele empresta seu corpo ao sacrifício totêmico e goza ali onde o significante depõe seu resto.

A partir disso André foge. Nessa fuga, ele ensaia a saída de casa, da composição fantasmática que o determina como sintoma da estrutura familiar. Mas ele volta, atraído pela irremediável força de uma lei tão mais absoluta quanto irrefutável, em que todos os seus atos, desde os mais insignificantes, sofrem a força insuperável de sua atração. Através disso, que André nos mostra que a dita “adolescência” está longe de concluir-se em um período restrito da vida. O que ela encena, na ordem cronológica da vida, é apenas um primeiro movimento de uma repetição que conduz o sujeito, na busca de uma outra saída.

Segundo as palavras do nosso personagem:

“(…) e se acaso distraído eu perguntasse ‘para onde estamos indo?’ – não importava que eu, erguendo os olhos, alcançasse paisagens muito novas, quem sabe menos ásperas, não importava que eu, caminhando, me conduzisse para regiões cada vez mais afastadas, pois haveria de ouvir claramente de meus anseios um juízo rígido, era um cascalho, um osso rigoroso, desprovido de qualquer dúvida: ‘estamos indo sempre para casa’”. (p.36-37).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer* – le pouvoir souverain et la vie nue. Paris: Seuil, 1997.
LACAN, Jacques. *Le séminaire: livre XVII* – L’envers de la psychanalyse. Paris: Seuil, 1991.
_____. *Le séminaire: livre V* – Les formations de l’inconscient. Paris: Seuil, 1998.
NASSAR, Raduan. *Lavora Arcaica*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
SAFOUAN, Moustapha et alli. *Malaise dans la psychanalyse* : le tiers dans l’institution et l’analyse de contrôle. Paris: Arcanes, 1995.

TEXTOS

AIDS E FANTASMA DE IMORTALIDADE*

François Pommier**

RESUMO

Através de pontos em comum entre a clínica da adolescência e a clínica com aidéticos, o texto aborda a função do fantasma de imortalidade na direção da cura com pacientes soropositivos.

PALAVRAS-CHAVE: *adolescência; AIDS; imortalidade; transferência*

AIDS AND IMMORTALITY PHANTASM

ABSTRACT

Through common elements between the adolescence clinic and the HIV clinic, the text approaches the immortality phantasm function in the treatment direction with HIV seropositive patients.

KEYWORDS: *adolescence; AIDS; immortality; transference*

* Texto publicado originalmente na revista *Adolescence*, 17, 2, Toulouse, ed. Erès, 1999. Tradução de Maria Rosane Pinto.

** Psiquiatra, psicanalista, professor da Universidade Paris 7. Autor de *La psychanalyse à l'épreuve du Sida*, Toulouse, ed. Erès, 1999, além de numerosos artigos.

Antes de abordar, a título de exemplaridade, o problema do lugar de um fantasma de imortalidade nos doentes de AIDS, talvez seja conveniente propor, preliminarmente, algumas considerações gerais sobre a articulação que se opera, no quadro do trabalho analítico com esses sujeitos, entre a problemática da adolescência e a problemática da AIDS.

Os pontos de encontro entre os processos da adolescência e da pré-adolescência com aqueles que estão operando no caso da AIDS são efetivamente múltiplos, como descobrimos a cada dia no discurso de nossos pacientes. Assim, o interesse em estabelecer paralelos entre essas duas esferas da clínica, longe de ser especulativo, situa-se, antes, no fato que o clínico possa se respaldar em algumas concepções de tratamento já experienciadas para transpô-las para um outro domínio.

DA CLÍNICA DA ADOLESCÊNCIA À CLÍNICA DA AIDS

O primeiro paralelo que se impõe no quadro do trabalho analítico com os aidéticos, entre o terreno da adolescência e o da AIDS, é o fato de que a clínica da AIDS é, como a clínica do adolescente, muito mais uma clínica da relação pessoal do que uma clínica descritiva da doença mental, uma vez que a soropositividade, a entrada na doença, o início dos tratamentos, só passa a fazer sintomas em momentos bem precisos quando estes últimos são tomados em um contexto de angústia.

Como na sua adolescência, o sujeito aidético deve, efetivamente, fazer um trabalho de subjetivação e de historicidade a partir das mudanças biológicas que sobrevêm progressivamente em seu corpo e o conduzem a perceber-se de maneira diferente, não apenas em relação à imagem que ele teve até então de si mesmo, em relação a seus projetos ou de seu ideal sexual, mas, também, em relação a seus pares e, de modo geral, em relação aos outros. Recolocam-se, então, as questões essenciais que direcionavam o caminho da adolescência: aquelas da relação ao outro, a seu corpo sexuado e, principalmente, às imagens parentais.

À imagem das transformações que intervêm no momento em que ocorre aquilo que P. Gutton (1991) chama de “o pubertário”¹, mas desta vez de maneira invertida, uma vez que o jovem púbere se situa em um prolongamento que está por vir enquanto que o aidético está diante de uma finitude anunciada, as transformações ligadas à AIDS constituem, em graus variáveis conforme os sujeitos, um traumatismo narcísico. O problema da imagem está em primeiro plano quando o sujeito arrisca-se a prever o que

¹ Gutton considera que “a palavra ‘puberdade’ é para o corpo, o que o pubertário é para a psique”. Inverso de um momento de separação, o pubertário se caracterizaria por uma “força anti-separadora que anima o frênesi da criança em direção à figura parental edipiana (o pai ou a mãe), numa espécie de ‘busca do Graal’”. É no tempo seguinte, que Gutton chama de “*adolescens*”, que se faria o trabalho de separação.

vai ser feito dele. O vemos, como na adolescência, no “tempo da entrevista com o mortífero da morte”, oscilando “entre o reconforto da antecipação e a incerteza da previsão”, na medida em que, como sublinha muito justamente Triandafilidis (1996), “o mortífero da morte (...) é *neutralizado* pela antecipação, ao passo que ele é *potencializado* pela previsão”. Ele oscila frequentemente como outrora entre uma tentação *fusional* (...) e uma tentação *ordálica* (...), duas tentações aparentemente opostas, mas cujo denominador comum não é outro senão a necessidade de continuidade” (p. 37).

Sem dúvida, o conceito de sedução pode aplicar-se aqui, na perspectiva em que foi utilizado por P. Gutton (1994) a propósito da transformação pubertária². Como na adolescência, com a AIDS opera-se uma espécie de retorno da sedução que leva inevitavelmente o sujeito a interessar-se, antes de mais nada, pela sua imagem, pelo menos por esse auto-retrato onde ele ainda se vê figurar diferente do que ele se tornou depois da descoberta de sua contaminação ou tal como ele teria desejado ser antes. O aidético aparece assim, antes de mais nada, auto-seduzido, sob o modo de sedução que ele conheceu na puberdade e que é um componente da sedução generalizada, graças à qual ele pode colocar à distância, ou mesmo reparar, o traumatismo causado pela doença. A importância que tem para ele o *nursing* e os cuidados de enfermagem ilustram bem este fenômeno.

Em um registro próximo, a idéia segundo a qual não seria possível fazer-se entender senão pelo mesmo, bem como o freqüente agrupamento resultante entre os sujeitos soropositivos, testemunham uma busca de complementaridade ideal – idealização primária no sentido kleiniano – semelhante àquela que o bebê experimentou quando ele não precisava – ou pouco precisava – desejar um objeto que lhe era apresentado no bom momento, pela suficientemente boa mãe da qual fala D.W. Winnicott. Assim, a situação de soropositividade coloca a questão da adequação do objeto. Primeiramente, porque através da AIDS o sentimento de continuidade da existência é absolutamente colocado em causa de modo manifesto, mas também porque o

² Gutton se refere aos três tipos de sedução definidos por J. Laplanche em *Nouveaux fondements pour la psychanalyse* (Paris, PUF, 1980): primeiramente, a sedução restrita, experiência sexual prematura e considerada como etiológica na histeria infantil, reencontrada no decorrer da análise e que coloca em cena um adulto perverso, pedófilo – freqüentemente o pai da histérica – e uma criança passiva em função de sua imaturidade ou da impotência sexual inerente a seu estatuto. Em seguida, a sedução generalizada, reenviando prioritariamente à sedução materna inerente ou incluída nos cuidados que a mãe tem com a criança, que imprime sua libido sobre o corpo do bebê. Finalmente, a sedução originária, essência das duas primeiras, cuja qualidade traumática é proveniente do atrativo do incompreensível, do enigmático, que provocam na criança os discursos do adulto carregados de significantes, verbais e não-verbais, impregnados de significações sexuais inconscientes. Esse tipo de sedução não deve ser situado de maneira eletiva no início da história da criança, mas sempre existe na origem do presente.

vírus, a partir de então *já ali* e para sempre, desencadeia, como que às avessas, um processo irreversível no qual viria figurar a ausência da mãe ou, mais precisamente, a falência do objeto narcísico.

DA TOMADA EM TRATAMENTO DOS ADOLESCENTES À TOMADA EM TRATAMENTO DOS AIDÉTICOS

Diante de tais constatações, convém o mais freqüentemente começar o tratamento por um importante trabalho de consolidação, de sustentação, como é o caso para os adolescentes e para certos sujeitos-limites como, por exemplo, os toxicômanos, sabendo que com os aidéticos este trabalho é, por vezes, o único que vamos efetuar durante toda a cura ou que, mais freqüentemente, vamos ser obrigados a voltar a fazê-lo de forma recorrente. Com efeito, os fenômenos de desenlaçamento associados ao apagamento do objeto narcísico parental correm o risco de se encontrar reforçados quando dos momentos-chave que recheiam o percurso de nossos pacientes, dos quais os mais importantes são, sem dúvida, o anúncio da soropositividade, a manifestação dos primeiros sintomas evocadores da doença, a colocação em tratamento, a melhora do estado de saúde e a entrada na fase terminal. Em cada uma dessas etapas, pode produzir-se um remanejamento psíquico recolocando em jogo o objeto *já ali*, e nós devemos, então, verificar se o andaime psicológico inicialmente construído permanece bastante sólido para, se necessário, refazer seus pilares, reestruturá-lo novamente.

Fora desses momentos particulares – tendo em conta a tendência da maior parte de nossos pacientes a fazer de sorte que nada se movimente, a parar o tempo para que a morte não sobrevenha e, na medida em que a doença se desenvolve, a fechar-se no interior da família ou de seus próximos, tendência na qual acreditamos reencontrar a dimensão anti-separadora do pubertário –, devemos, de certo modo, refazer com eles um percurso semelhante àquele que os levou da puberdade à idade adulta. De modo mais geral, esforçamo-nos em favorecer para eles um trabalho de integração ou, mais precisamente, de introjeção e de subjetivação, a fim de tornar possível que eles mesmos reconstituam para si um objeto potencialmente adequado – ou potencialmente inadequado, se considerarmos o objeto adequado propriamente dito como um enigma que viria substituir o enigma parental – diante do qual poderá instalar-se a imagem deles.

É no quadro desse trabalho de integração, sobre o qual virá se sustentar o trabalho de diferenciação, que podemos naturalmente decodificar, no discurso de nossos pacientes, as estratégias defensivas diante da finitude, evocando as estratégias defensivas que se constituem durante o período da adolescência.

Efetivamente, é sob a proteção do fantasma de imortalidade que sobrevém e se desenvolve a revolução pubertária. Como escreve P. Gutton (1993), a propósito da adolescência:

“O fantasma de imortalidade do eu marca de maneira eletiva uma falha da identificação narcísica e assinala, aomesmo tempo, o ensaio ilusório do eu ferido, mesmo clivado, mas não rompido, pois que sobrevivente. Tal é a situação do eu, seriamente atacado pelas pulsões genitais e cujos ideais infantis se desagregam”. (p. 141-154)

Do mesmo modo, no caso da AIDS, trata-se de um eu ferido e atacado por forças de desenlaçamento, de ideais infantis que tendem a se desagregar, por isso a ressurgência desse fantasma permitindo o apagamento ou o desconhecimento da ferida.

“Do mesmo modo comojamais havia revelado a ninguém, a não ser aos amigos que se contam nos dedos de uma mão, que eu estava condenado, eu não revelei a ninguém, a não ser para aqueles amigos, que eu ia sair desta, que eu seria, por este acaso extraordinário, um dos primeiros sobreviventes do mundo, desta doença inexorável”. (Guibert, 1990, p. 9)

A existência de um fantasma de imortalidade em certos sujeitos soropositivos ou aidéticos não é mais presente hoje em dia do que o era em 1990, quando Hervé Guibert escrevia essas linhas. Esse fantasma também não é menos presente enquanto retarda atualmente o prazo da morte em numerosos sujeitos, em função dos progressos terapêuticos realizados no curso destes últimos anos em matéria de infectologia. Talvez ele tenha simplesmente encontrado uma dimensão mais dinâmica, mais simbólica do que fantasmática no trabalho psíquico que o sujeito opera inevitavelmente sobre ele mesmo a partir do momento em que ele se encontra contaminado pelo HIV e que persistem, ainda, apesar das multiterapias, algumas incertezas sobre o corpo doente.

Resta sempre que, em se exprimindo de maneira mais ou menos explícita no decurso de uma cura analítica, esse fantasma nunca deixa de interrogar o clínico sobre suas próprias resistências e sobre os modelos que ele elabora quando precisamente o problema da morte real – por mais retardada que ela seja – está em jogo, fazendo de sorte que a direção da cura empreendida com um aidético tenda sempre, de um certo modo, a escapar ao terapeuta, que sua finalidade verdadeiramente não lhe pertence mais, aliás não mais do que ela não pertence ao próprio sujeito.

Esse fantasma nos interessa em um duplo nível. Em primeiro lugar, ele reenvia manifestamente aos processos de adolescência que, em nossa opinião, apresentam alguma analogia com o que se recoloca em jogo no esforço que faz o aidético para reencontrar o curso de sua história, para redesenhar uma existência cujas fronteiras não seriam mais impostas por esse novo saber sobre ele mesmo que é a infecção do HIV. Em segundo lugar, ele vem, com relação à idéia de uma morte anunciada, desalojar o psicanalista de sua posição de neutralidade. A morte do outro (que através desse fantasma é totalmente recusada, expressa de forma oca), o faz submergir novamente na relação que ele entretém com sua própria morte, impensável e única, e o coloca diante de sua própria “convicção (relativa) de imortalidade (...)” (Gutton, 1993, p. 153).

Pierre está em análise já há vários meses quando ele recém começa a se reapropriar do tempo, a sair do extremo, da plenitude do instante ao qual ele, sem dar-se conta, se havia progressivamente constringido desde o anúncio de sua soropositividade, quatro anos antes, uma soropositividade que ele havia, durante muito tempo, recusado reconhecer. Foi há apenas pouco tempo antes de nosso encontro que ele resolveu assumi-la.

Sáimos de um período bastante tumultuado, durante o qual Pierre oscilou entre fases muito regressivas e momentos em que ele teve a impressão de progredir, de sair das “atividades de superfície”. A descoberta que ele faz, durante as sessões, de sua tendência relativamente antiga a seguir o desejo suposto do outro, o conduz, pouco a pouco, no curso da análise, a trabalhar sobre sua própria imagem. “Minha imagem se separa de mim”, constata ele um dia, não sem surpresa e tomado por uma certa perplexidade. O problema da imagem o faz, evidentemente, derivar não apenas do lado de suas relações afetivas, mas também do lado das imagens parentais altamente idealizadas. Encontramo-nos, no trabalho da análise, em uma fase de serenidade, relativamente intelectualizada, que me faz pensar na fase de latência.

É durante esse período de introspecção que Pierre me fala, com uma voz distanciada e monocórdia, de seu sentimento de não mais perceber a espada de Dâmocles apontada para ele, mas de viver agora “sem felicidade e sem alegria, sem angústia, também, sem reprovações” – e sem medo, diz o analista a si mesmo – tanto em relação a mim quanto em relação as pessoas com as quais ele convive. “Sem felicidade, sem alegria, sem angústia... como em ponto morto”, digo-lhe, como que para relançar a dinâmica associativa, mas pronunciando, sem conseguir me controlar, talvez porque muito preparado para esta réplica, a palavra “morto”, no lugar de “neutro”. A regressão é imediata e faz aparecer o duplo do qual ele ainda não me falou: esse sobrinho dois anos mais jovem que ele e que tem o mesmo prenome que o dele. Pierre acreditava que esse sobrinho poderia vir a ser mais “conforme” do que ele, em aparência. Entretanto, isso ficou longe de se revelar, como Pierre o constata amargamente, quando revê a fotografia desse jovem rapaz tão clássico e já tão velho quanto ele mesmo o era no final de sua adolescência.

Posso considerar que meu lapso tem valor de interpretação, na medida em que ele permite a Pierre que revele um novo personagem de sua família, e não dos menores, já que é a partir de seu olhar para esse “falso irmão” que ele parece ter modelado seu próprio personagem. Mas observo também que esse lapso faz desaparecer, ao mesmo tempo, essa outra imagem que ele me deixava entrever dele mesmo. Uma imagem intermediária entre sentimentos contraditórios, uma imagem de resignação com a idéia do eterno presente, uma imagem fora do tempo, uma imagem manifestamente centrada sobre o trabalho que fazemos juntos, como se ele encontrasse, nela, a morte, sem morrer disso. Nesse mesmo momento em que Pierre parece operar um “retorno à” (Le Guen, 1995) o afeto ou a percepção sensível do estranhamento fami-

liar (quando o real e o irreal perdem seus limites) e que se abre uma brecha, “uma passagem, um ponto entre a mãe e a ‘não-mãe’, evitando assim que esse aniquilamento da mãe não se torne aterrorizante, arrastando consigo o próprio sujeito” (p. 91), eu faço figurar a morte.

No momento em que Pierre, como na adolescência, procura manifestamente um reconforto de segurança vital³ para responder à vacilação provocada por sua tentativa de instalar a morte possível na cura, uma morte simbólica e não real, deixando assim ao analista a possibilidade de supor que a recusa de reconhecimento da morte real está em jogo, eu desvelo, sem me dar conta, o suporte de seu fantasma.

Quero agora fazer referência ao que F. Roustang (1996) chama de “o ponto neutro”, lugar de passagem do passado ao futuro, ponto de mobilização das forças, um ponto que designa, para esse autor, a possibilidade da liberdade. A tarefa do analista, no entendimento de F. Roustang, é a de estabelecer uma relação que torne possível a aparição, no analisante, desse ponto de neutralidade para, no fim das contas, senão transmitir, pelo menos suscitar no analisante, a partir do que ele é, a experiência da exata medida da possibilidade de sua liberdade. Se eu pronuncio sem controle a palavra «morto» no lugar da palavra “neutro”, é porque o que meu paciente me diz que sente provoca em mim um sinal de angústia que perpassa meu próprio fantasma de imortalidade e que me leva a reconduzir à cena analítica um elemento da realidade da doença da qual Pierre sofre e da qual ele me parece estar no ponto de recusa do reconhecimento da gravidade. Tudo se passa, na verdade, como se eu mesmo temesse perder de vista, durante essa cura, a eventualidade da morte possível e que a morte pudesse nos tomar de surpresa, um e outro. Como se eu mesmo estivesse contaminado pela presença-ausência de um vírus que ainda é potencialmente mortal, vírus este que seria necessário, para mim, fixá-lo permanentemente para impedir sua multiplicação. O sinal de angústia do qual tomo consciência apenas depois, ou seja, depois da evocação da palavra “morto”, é rapidamente substituído por um sentimento de “inquietante estranheza” a partir do momento em que me dou conta que não fiz minha intervenção como eu a havia previsto. Mesmo agora, ainda não estou em condições de reencontrar a palavra que poderia talvez ter vindo no lugar de “morto”. Continuo persuadido que F. Roustang falou de “ponto morto”. Tenho contudo o sentimento de não ter agido no momento certo e de maneira conveniente, ao passo que a liberação da palavra de meu paciente tende, entretanto, a me provar o contrário. Temo ter reforçado seu sistema defensivo.

³ Triandafililidis (1996): “O investimento do adolescente em uma ‘imagem dele a advir’ é, necessariamente, paradoxal, pois que tomado em uma aspiração contraditória: por um lado, tornar a morte possível para poder recusar-se a reconhecê-la e, assim, tornar-se ‘adulto’, mas, por outro lado, e a fim de responder às vacilações provocadas por essa tentativa, procurar um reconforto, uma segurança vital (...)” (p. 26).

■ TEXTOS

Não tomarei consciência de meu lapso senão bem mais tarde, durante uma releitura casual do texto no qual eu acreditava ter rigorosamente me inspirado. Essa aparente tranqüilidade, exprimida em meu paciente pela negativa, transformou-se, em mim, em temor de ver a representação que ele me dava dele mesmo e do vírus, representação indetectável, na época, vir confundir-se em uma experiência de destrutividade interna. O “ponto neutro”, que supostamente daria um novo *élan* a Pierre, transformou-se, em meu inconsciente, em «ponto morto». Tentando me recordar da palavra «neutro», eu evitava perfeitamente lembrar-me dela⁴, mostrando por aí mesmo a implicação emocional excessiva na qual eu me encontrava e a que ponto o trabalho de luto do si mesmo imortal que se inaugura na adolescência encontra-se reativado no quadro das curas que se pode dirigir com os aidéticos, e isso tanto do lado do paciente quanto do lado do analista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GORI, R.. *La preuve par la parole?* Paris : PUF, 1996.
GUIBERT, H. *A l'ami qui ne m'a pas sauvé la vie.* Paris : Gallimard, 1990.
GUTTON, P. *Le Pubertaire.* Paris : PUF, 1991.
GUTTON, P. Essais sur le fantasme d'immortalité à la puberté. *Cliniques Méditerranéennes*, Toulouse, Erès, 1993, p.141-154.
LE GUEEN A. L'inquiétante étrangeté et le double. In : COUVREUR, C. , FINE A, LE GUEEN A.(org.). *Le double* – Monographie de la Revue Française de Psychanalyse. Paris : PUF, 1995, pp. 83-94.
ROUSTANG, F. *Comment faire rire un paranoïaque?* Paris : Odile Jacob, 1996.
TRIANDAFILILIDIS, A. Stratégies d'immortalité. *Adolescence*, Toulouse: Erès, 1996.

⁴ Ver, a respeito disso, a obra de Gori, R. (1996), *La preuve par la parole?* : “Emprocurando nos recordar, escreve o autor, evitamos nos lembrar (...). A lembrança trai a memória (...). A psicanálise não é saber do analista sobre o inconsciente do analisante, mas conhecimento intersubjetivo inteiramente dependente da dinâmica ‘transfere-contratransferencial’ (...)” (p. 21,23 e 28).

PASSAGENS OBSTRUÍDAS: QUARTOS PRIVATIVOS, MÍNIMAS JANELAS

Analice de Lima Palombini*

RESUMO

A adolescência é o momento prínceps da eclosão de uma psicose, quando a passagem do espaço privado para a pólis encontra-se obstruída pela hipertrofia do corpo materno, o qual apenas foi capaz de suportar uma experimentação dos espaços sociais enquanto tomados como extensão de si mesmo e não como expressão de uma diferença. O presente trabalho ilustra essa obstrução através de diferentes narrativas do trabalho de acompanhamento terapêutico junto a sujeitos psicóticos que, confinados aos seus quartos, evitam a ultrapassagem dos limites que representariam a separação do corpo da mãe.

PALAVRAS-CHAVE: *psicose; adolescência; acompanhamento terapêutico; quarto*

OBSTRUCTED PASSAGES: PRIVATE ROOMS, MINIMAL WINDOWS ABSTRACT

Adolescence is the primary moment of a psychosis outcome, when the passage from the private room to the city is obstructed by the hypertrophy of the mother's body, which was capable of supporting an experimentation of the social spaces while taken as extension of itself and not while expression of a difference. The present work illustrates this obstruction through different narratives of the therapeutic attendance to psychotic subjects that, confined to their bedrooms, avoid crossing the boundaries that would represent the separation from the mother's body.

KEYWORDS: *psychosis; adolescence; therapeutic attendance; bedroom*

* Membro da APPOA, docente do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Filosofia pela mesma Universidade. E-mail: anapalom@portoweb.com.br.

O material clínico que motivou a escrita deste texto diz respeito à atividade de acompanhamento terapêutico realizada junto a usuários dos serviços de saúde mental da rede pública de Porto Alegre¹. Nesse trabalho, a possibilidade de acompanhar o sujeito na sua circulação pela cidade coloca-se como alternativa para a construção de um espaço transicional, no sentido que Winnicott (1975) concede ao termo, entre a referência institucional para esse sujeito e seu acesso à via e aos lugares públicos. O que trago aqui é um recorte do que pude escutar dos acompanhantes terapêuticos em supervisão, em particular quando os sujeitos acompanhados eram psicóticos cuja existência mantinha-se confinada ao espaço de um quarto, na intimidade da sua casa, para os quais essa circulação pela via pública encontrava-se, de saída, impossibilitada. Era preciso, primeiro, ocupar o quarto, explorar possibilidades e lugares psíquicos antes que a geografia da cidade. Foram cerca de cinco casos, dentre trinta acompanhamentos realizados, nos quais o pedido de acompanhamento terapêutico tinha, via de regra, o objetivo de resgatar o vínculo desses sujeitos com os serviços em que eram atendidos e ao qual eles pouco compareciam.

Embora o encontro com esses sujeito se tenha dado, na quase-totalidade dos casos, em um momento posterior ao da adolescência, a eclosão da crise e as condições presentes de sua vida psíquica levavam a evocar a problemática da adolescência enquanto operação de passagem psíquica: operação fracassada, então, resultando numa obstrução dessa passagem. É, portanto, esse momento da adolescência como determinante do destino desses sujeitos que tomo como questão aqui, com ênfase sobre o aspecto espacial envolvido nessa operação.

Sabemos que o corpo materno é o espaço primevo em que um bebê adquire existência psíquica, espaço que, ao aninhá-lo, empresta-lhe consistência e confere-lhe uma forma, primeiros lampejos do Eu, que, no processo de separação e alienação, torna-se Um, diferenciado da Mãe. O intervalo entre uma mãe e seu bebê, que a função paterna opera, permite à criança a exploração do espaço para além do corpo que lhe deu origem e sua inclusão na cultura.

¹ Tal atividade integra o “Programa de acompanhamento terapêutico na rede pública de serviços de saúde mental”, projeto do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob minha coordenação. Engloba atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária junto à rede pública de serviços de saúde mental (e, mais recentemente, também junto às escolas especiais da rede municipal de ensino), através da investigação das repercussões do trabalho de acompanhante terapêutico no contexto desses serviços, visando a construção de novos modos de encontro entre a instituição de tratamento e seus usuários. Trata-se de enfrentar o desafio da consolidação de uma rede de atenção à saúde mental, capaz de oferecer ancoragem, referências, possibilidades de tratamento e perspectivas de vida aos ditos doentes mentais, levando em conta o sujeito psíquico aí implicado, sem se deixar reduzir ao tratamento médico-hospitalar, mas também sem apenas dissolver-se em práticas político-sociais (cf. Palombini, 1999, 2001).

A constituição do eu, culminando no momento do estágio do espelho, opera a partir da voz e do olhar da Mãe, que, na relação pulsional com seu filho, vem assinalar-lhe um lugar de sujeito no mundo. É esse olhar e essa voz que conduzem a criança ao reconhecimento jubiloso de sua própria imagem no espelho, possibilitando-lhe a aquisição da autonomia e a abertura ao mundo objetal. A identidade assim constituída adquire significação fálica quando o que se dá ou não a ver na relação especular conduz ao enfrentamento do complexo de castração, o que inclui o reconhecimento da castração da mãe e a diferença entre os sexos (Rassial, 1999).

A adolescência é, então, um momento de confirmação ou de relançamento de todo esse processo e de colocação em ato da posição sexuada a que ele dá curso, o que vem pôr à prova a consistência imaginária do eu. É preciso realizar a passagem, dessa vez em nome próprio, do espaço privado que o corpo materno representa, para o espaço da *pólis* enquanto lugar de representação simbólica, o que requer, diz o autor (ibid.), a apropriação e simbolização, pelo sujeito, da voz e do olhar maternos que primeiramente o constituíram.

É o momento *pinceps* da eclosão de uma psicose, quando essa passagem, do espaço privado para a *pólis*, sofre a obstrução do que nós poderíamos chamar de hipertrofia do corpo materno, o qual apenas foi capaz de suportar uma experimentação dos espaços sociais por parte do filho, enquanto tomados como extensão de si mesmo (extensão do corpo materno) e não como expressão de uma diferença. Sem a inscrição simbólica dessa diferença, a reedição, na adolescência, de uma imagem corporal unificada torna-se presa incondicional do olhar materno e facilmente desfaz-se em partes desconexas, fragmentos devassados pelas sensações e percepções de um mundo cujos limites entre interior e exterior já não encontram ponto de sustentação. A construção da representação do espaço sofre os efeitos dessa fixação à imagem que advém da mãe, produzindo-se uma contração do espaço exterior, reduzido ao campo do olhar materno. O que ultrapassa esse campo cai num vazio simbólico, sendo vivido como abismo, horror, morte. Tal vivência é determinante de uma distorção nas percepções visuais, sinestésicas, tácteis, do espaço como, por exemplo, as que afetam a noção de profundidade. O corpo, de frágil consistência, dilui-se no vácuo de um espaço sem coordenadas.

Nos casos que tomo aqui como objeto para esta reflexão, a entrada do acompanhante terapêutico no espaço da casa, operando como terceiro na relação entre o sujeito acompanhado e sua mãe, não era sem conseqüências no ordenamento dos lugares psíquicos instituídos entre o par mãe/filho. Via de regra, era a mãe quem, de forma bastante peculiar, primeiramente reagia a isso que era vivido como uma intrusão. Assim, uma mãe, diante da demora do filho em apresentar-se devidamente vestido para receber a acompanhante terapêutica que pela primeira vez chegava à sua casa, assim lhe chamava a atenção: *Uma baita loira dessas na tua frente e tu não vais fazer nada?! Em outra situação, o primeiro encontro tendo se dado em dia de chuva torrencial, a*

mãe da paciente a ser acompanhada fez menção de secar os cabelos da acompanhante terapêutica e trocar suas roupas molhadas por roupas secas de sua filha. Num terceiro caso, a reação da mãe à presença da acompanhante terapêutica oscilava do enaltecimento à depreciação, dirigida à sua maneira de vestir-se, pentear-se, etc., chegando a oferecer-lhe um cheque-presente de uma loja de roupas femininas.

Ou seja, diante da ameaça que passava a representar a presença do ou da acompanhante a uma relação constituída num *continuum* entre mãe e filho, as atitudes da mãe vinham antecipar-se a qualquer possibilidade de confrontação do filho com o Outro sexo (condição *sine qua non* da passagem adolescente). Ou essas atitudes tratavam de apresentar o acompanhante como objeto de um gozo aludido (mas que, ao ser dessa forma oferecido pela sua mão, deixava de ser signo da diferença sexual, tornando-se extensão de seu próprio corpo $\frac{3}{4}$ era a mãe que ali se oferecia); ou elas buscavam incorporar o acompanhante, de igual modo que a seu filho ou filha, como objeto dos seus cuidados, sempre em excesso, apagando quaisquer traços de uma diferença.

Contudo, no encontro com esses sujeitos no espaço apertado de seus quartos, na atmosfera sufocante evocativa da asfixia mortífera do ventre materno, alguma fresta mantinha-se aberta, através da qual se sustentavam formas mínimas de conexão com o mundo para além do corpo da mãe, conexão que era condição, também, para a sustentação, ali, de um mínimo de sujeito, efeito da diferença entre o eu e o Outro. Era por essas frestas, mínimas janelas, que o acompanhante terapêutico podia ter entrada, nesses quartos à primeira vista tão fechados e isolados do mundo.

Assim, em todos esses casos, estava instituída uma forma particular de relação a um objeto. Televisão, rádio, *walkman*, violão, revistas de moda, pareciam vir sustentar, para cada um desses sujeitos, um modo de ligação com uma outra ordem discursiva, para além dos significantes maternos. Uma ligação não simbolizada, e que, por isso mesmo, não prescindia da concretude material dos objetos através dos quais era veiculada e que faziam função de suplência a uma simbolização faltante. Ao mesmo tempo em que se dirigiam a essa relação com o mundo exterior, esses mesmos objetos, emblemas de uma cultura, faziam-se signos da voz e do olhar maternos cuja presença seguia sendo necessária para a sustentação de uma imagem do eu, uma vez que os traços desses objetos $\frac{3}{4}$ a voz e o olhar $\frac{3}{4}$ não puderam ser apropriados pelo sujeito no momento da passagem adolescente. Não é por acaso, então, que os objetos arrolados sejam evocativos, justamente, de uma pulsão escópica e uma pulsão auscultatória.

A possibilidade do estabelecimento de uma relação transferencial com esses sujeitos, no contexto do acompanhamento terapêutico, dependia da mediação desses objetos num jogo de alternância entre o que neles operava como função de especularização (relativa à voz e ao olhar da mãe) ou como função de suplência a um significante fálico faltante (relativa à cultura). Evoco aqui duas cenas em que essa

mediação se apresenta: na primeira, Júnior², de 37 anos, responde com monossílabos às perguntas que lhe faz Laura, sua acompanhante há cerca de um mês, a quem Júnior mal ousa olhar. Incomodada com a atenção exclusiva que ele dirige aos programas de tevê, um dia Laura deixa seu assento, ao lado da sua cama, e toma lugar exatamente onde se encontra a tevê ligada, ocupando o espaço da tela, de frente para Júnior. É desse lugar que Laura conversa agora, e Júnior, olhando-a então, passa a interagir com ela. A segunda cena remete à ocasião em que Luiz³, aficionado por música, propõe ao seu acompanhante que fossem até uma rádio local, onde se compraz em observar os movimentos no estúdio e o trabalho de locução e troca de músicas. Naquele cenário, Luiz parece dar materialidade ao que se apresentava como esboço de um delírio, cujo núcleo era a figura de um homenzinho que habitava a caixa de som em seu quarto.

Finalmente, gostaria de tomar em consideração o espaço mesmo do quarto como tema para uma breve reflexão. Se podemos concebê-lo como o espaço da maior intimidade, como uma extensão do eu no território da cidade, como centro de máxima proteção⁴, é preciso não perder de vista a porosidade dos seus limites, através da qual o mundo tem entrada nele, instaurando uma interação entre o dentro e o fora, entre o quarto e o mundo. O quarto é, nas palavras de Davi Arrigucci⁵, uma espécie de armazém da memória, em vinculação com o espaço urbano. A cidade, seus cheiros, ruídos, história, perpassa o quarto através das frestas das janelas (e nas telas midiáticas), por entre os poros de suas paredes, mas também, parafraseando Arrigucci, a cidade se encontra no quarto em cada coisa pequena que ele contém, em cada objeto humilde de que se faz uso nele. As possibilidades do trabalho terapêutico, nesse contexto, estão condicionadas a nossa capacidade de não tomar como banal e repetitivo esse cotidiano, sustentando, na relação a esses objetos, um campo de criação e as significações de uma cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGUCCI, Davi. Vídeo "Paisagens urbanas". In: PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: SENAC/Marca D'Água, 1996.

BOLLNOW, Friedrich. *Hombre y espacio*. Barcelona: Labor, 1969.

PALOMBINI, Analice. "O louco e a rua: a clínica em movimento mais além das fronteiras institucionais". *Educação Subjetividade & Poder*, Porto Alegre, PPG Psicologia Social e Institucional / UFRGS, n. 6, ago. 1999.

² Nome fictício.

³ Nome fictício.

⁴ Interpretação corrente no campo da psicologia, fortemente inspirada pelas idéias de Gaston Bachelard. Remetemos o leitor, em especial, à obra de Friedrich Bollnow (1969).

⁵ Cf. o vídeo "Paisagens urbanas", que acompanha o livro de mesmo título, de autoria de Nelson Brissac Peixoto (1998).

■ TEXTOS

_____. “Sobre o concreto, a céu aberto, o fora” in: www.cprs.com.br/VIFORUM, VI Fórum Brasileiro de Psicanálise, São Leopoldo/RS, 2001.

RASSIAL, Jean-Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

TEXTOS

MOMENTOS PSICÓTICOS NA ADOLESCÊNCIA*

Didier Lauru**

RESUMO

Um caso clínico de um adolescente em psicoterapia ilustra a clínica da despersonalização. Esta remete a uma determinação clínica precisa de momentos psicóticos que encarnam uma passagem tanto temporal quanto psíquica e que se situam nos confins da psicose e da neurose.

A determinação clínica desses momentos psicóticos é delicada e engaja o devir do sujeito e sua inscrição na psicose. As especificidades desses momentos são sua reversibilidade e sua fugacidade.

PALAVRAS-CHAVES: *momentos psicóticos; recalçamento; adolescência; forclusão; despersonalização*

PSYCHOTIC MOMENTS IN ADOLESCENCE

ABSTRACT

The clinical case of an adolescent in psychotherapy illustrates the depersonalization clinic. This clinic approaches to a precise clinical determination of psychotic moments that incarnate a passage as in time as psychic and that are situated in the confines of psychosis and neurosis. The clinical determination of these psychotic moments is delicate and engages the forthcoming of the subject as his inscription in psychosis. The distinctiveness of these moments is their reversibility and their fleetingness.

KEYWORDS: *psychotic moments; repression; adolescence; forclusion; depersonalization*

* Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. (UFRGS).

** Psiquiatra, psicanalista (Paris), Doutor em Psicopatologia e Psicanálise/Universidade Paris 7, membro do *Le Bachelier* – Instituto de Psicanálise da Adolescência. Autor de *Folies d'amour*. Paris: Calmann-Lévy, 2003. (no prelo) e *Adolescences en crises*. Paris: Denoël, 2003. (no prelo). E-mail: didier.lauru@noos.fr

“A psicanálise é uma prática delirante, mas é o que temos de melhor atualmente para fazer com que nos resignemos a essa situação incômoda de ser um homem.”

Lacan, *Introduction à la section clinique*.

“De cem anos para cá, a loucura (literária) é conhecida por consistir em “Eu é um outro”. A loucura é uma experiência de despersonalização”.

Roland Barthes, *Fragments d'un discours amoureux*.

Fazia semanas que Étienne não conseguia mais sair de casa. Recluso, não conseguia mais ir à escola. Uma colega analista que o recebeu em seu consultório o mandou para mim na instituição. Ela ficou com medo e recuou diante de um quadro clínico que lhe evocou a psicose, pois Étienne era esquisito, com risos injustificados à guisa de respostas. Ele infligira-se múltiplas automutilações.

Quando o encontro, Étienne encontra-se em um momento de vacilação de sua subjetividade, em um entremeio. Ele está como que desprovido por um certo tempo de seus laços significantes e encontra-se numa desarticulação da relação com o Outro simbólico.

“Não sou eu quem vive no meu corpo, não me reconheço mais.”

Esse jovem evoca a angústia intensa ligada a esse sentimento que ele tem dificuldade para descrever. “Quando não penso nisso, sou eu mesmo.” Mas ele se faz mais preciso e me dá um exemplo. “Se adormeço e sinto um peso em meus braços ou em minhas pernas, isso não é meu corpo, não sou eu.” Em um outro momento da sessão, a linguagem passa a ser a fonte de sua inquietação principal. Ele enuncia palavras, mas “que não ressoam mais como antes, não as sinto mais como antes.”

Isso nos fornece uma possível definição de despersonalização, como uma falta de articulação da linguagem com o corpo, mesmo que seja transitória, como veremos.

Essa espécie de desdobramento psíquico acompanha-se de um desdobramento do imaginário que, por vezes, confina a auto-análise.

SESSÃO

“Sinto-me mal, estou sangrando sobre uma espécie de colchão. Estou irritado, quero descarregar. Estou fechado em meu quarto, minha mãe se irrita e, então, também fico irritado. Ela tenta entrar em meu quarto e tem um ataque.”

“Como ainda estou irritado, pego uma tesoura e corto minha garganta.”

Ficamos um tempo associando em torno da garganta, de cortar a garganta. Ele evoca a passagem do ar e da voz. O analista diz “passagem da vida”. Ele responde, então, que isso é simbólico. É precisamente esse surgimento de simbólico pelo qual o sujeito não espera mais, pois resiste a ele.

Ele encontra-se efetivamente nesse tempo de incerteza, tempo lógico em que o sujeito é levado a considerar a falta que o constitui. Mas, em sua despersonalização, o sujeito situa-se exatamente no momento anterior à conclusão (Lacan, 1966), mostrando ao outro a incerteza de seus traços imaginários. Para ele, o tempo para compreender permanece um tempo suspenso, indefinido.

Retomo o que ele quis dizer à sua mãe. Ele responde “nada”. Quer simplesmente que ela o deixe em paz. O que não diz é o insuportável da excitação sexual e da proximidade dessa mãe invasiva e intrusiva. É uma superação do imaginário, mas, sobretudo, a proximidade de um gozo incestuoso que faz surgir a angústia e a vacilação subjetiva. Em seguida, ele fala de seus outros cortes.

“Eles devem ser vistos.” “É muito importante para os cortes que as pessoas os vejam.” “Eu me corto para não esquecer.” Ele lembra um corte profundo que fez em seu dedo. “Em todos os casos, é para marcar o tempo para não esquecer.” Saliento que ele se corta sempre com uma faca. Eu lhe relembro que há coisas que se esquecem e outras, não. Mas de que se tratava na verdade? “Não me lembro mais do que não era pra esquecer, mas é por isso que a marca era importante.” Aqui, o recalçamento está agindo e indica a parte neurótica que persiste em seu funcionamento sintomático. Qual era a verdadeira razão? Não há traço disso que possa nos indicar um caminho.

A busca de sentido e a busca do simbólico despertam-no subjetivamente e, nessa sessão, ele está bem presente.

OUTRA SESSÃO

“Tenho a impressão de ter mudado, mas foi o olhar sobre as pessoas e o mundo que mudou.” Ele se encontra numa busca muito precisa de sentido do que pode viver e do que poderia igualmente sentir em seu psiquismo, e é a questão do olhar que está em primeiro plano. Fica longamente em silêncio, pois não sabe me dizer o que sente com palavras. Enfim, ele diz: “Você já teve duas vezes a mesma sensação de fome?”. Sou eu, então, que fico um pouco perplexo com sua pergunta e peço-lhe que esclareça de que fome se trata. Ele sorri diante de minha resposta e esclarece que nunca tem, duas vezes seguidas, a mesma sensação de fome e que, freqüentemente, não tem essa sensação de fome. Perde-se, então, em explicações confusas sobre os órgãos que se mexem e que marcam presença.

Um tanto desarvorado, ele se cala; eu lhe proponho uma palavra – “confuso” – e ele responde “não”. Depois, como fala novamente da sensação de fome, lembro-me nesse momento de suas idéias suicidas, ainda mais que ele está usando mangas curtas e me mostra seus antebraços cobertos de cicatrizes (isso se passa no inverno e mostrar seus braços não é habitual). Arrisco, então, uma homofonia em torno do significante *faim* [fome] que remete a *fin* [fim], que têm pronúncia igual em francês.

Digo-lhe, então: “Você tem medo de seu fim?”. Seu rosto ilumina-se num sorriso, indicando que compreendeu a assonância ou o jogo de palavras. “Não quero

morrer, quero sentir meu corpo quando me corto, mas tenho medo de não sentir a fome.” Como ele retoma, sem sentir, o equívoco significante, chamo sua atenção para isso. “Como você escreve essa palavra?” Ele ri, então, e me diz que estou fazendo de propósito. Mas as associações que seguem levam-no a falar novamente de sua mãe e das expectativas ansiosas de seu retorno quando ele era criança.

Ele evoca uma perda de liberdade quando pensa. Gostaria de não pensar mais, pois, segundo ele, suas palavras são desconectadas de suas sensações, de seus afetos. Diz, então, algo que ressoa nos meus ouvidos: “Eu descí no meu corpo, mas em outros momentos eu escapo dele.” Isso me evoca, então, uma dissociação particular que o cinde entre o discurso e o afeto, privando-o de todo gozo possível. A meta do analista é, portanto, recheiar as palavras. Tentar ligar os significantes a significações que façam sentido para ele. Inserir jogo em seus significantes que poderiam, então, responder a um jogo de significações múltiplas.

De fato, a despersonalização seria um desdobramento da consistência do imaginário, entre um imaginário do corpo e um outro imaginário que subtrai o corpo aos afetos. Esse desdobramento seria uma tentativa de resposta em forma de proteção contra a angústia que cria o buraco do simbólico no real.

Isso também se produz em artistas que chegam a experimentar episódios de despersonalização e, aqui, de desrealização, como o que Giacometti – que esculpiu os corpos de modo tão singular em longos desenhos estilizados – descreveu a Leiris (1991): “Em um filme de atualidades, ele constatou que os personagens projetados não eram senão ‘vagas manchas negras que se mexiam’. Olha, então, seus vizinhos e descobre que estes lhe ofereciam um ‘espetáculo totalmente desconhecido’. Saindo da sala de cinema, a avenida mostrou-se a ele como jamais a vira: ‘A beleza das mil e uma noites numa beleza inacreditável’.” (p. 34) O interesse desse testemunho artístico é que ele tem palavras certas para descrever, com muitas imagens e de modo preciso, as sensações e as transformações sensoriais da despersonalização.

Determinamos (Lauru, 2003 b) que esses momentos de despersonalização ocorrem regularmente no declínio de fases amorosas. Seja no início, quando a hemorragia do eu efetua-se do sujeito para o objeto amado, ou durante rupturas, quando um único ser lhe falta e “tudo fica despovoado”, como diz o poeta Lamartine. Deveríamos acrescentar que também o sujeito fica despovoado, já que fica despersonalizado, literalmente ele não é mais ele mesmo.

Um adolescente em tratamento psicoterápico tinha, um dia, arranhado a pele do rosto muito gravemente e, sobre isso, ele dizia: “Eu me vi mal”. Através dessas palavras, ele tentava responder à interrogação entre ver-se (da ordem do registro visual habitual) e ver-se mal, quando uma expressão francesa diz “eu sou malvisto”. Essa expressão é sempre utilizada na forma passiva – e não reflexiva, como a que ele cria – e deve ser situada no limite do neologismo gramatical. Inventou uma expressão para tentar dizer que não se aceita. Ele queria dizer: “Eu me vi mal”, mas como se seu olhar

fosse o de um outro ou seu rosto fosse o de um outro. Esta é a ilustração da inquietante estranheza de Freud e da desrealização. É a passagem pela margem da psicose. E esse breve caso clínico ilustra, a meu ver, o que Lacan (1962-63) enuncia: “A despersonalização começa com o não-reconhecimento da imagem especular”. Um excelente exemplo literário disso é o *Retrato de Dorian Gray*. Ele permanece prisioneiro de uma relação dual com sua imagem que o fascina e o aterroriza, mas que o deixa, a todo momento, à beira da despersonalização.

ORIGEM DA PSICOSE?

Na clínica, é importante diferenciar os níveis de discurso e ver em que registro eles podem se inscrever. É nisso que se encontra a utilidade do trabalho de Lacan sobre as psicoses.

“A *Verwerfung* não é do mesmo nível que a *Verneinung*. Quando, no início da psicose, o não-simbolizado reaparece no real, há respostas que vêm do mecanismo da *Verneinung* (do recalçamento), mas elas são inadequadas. O que é o início de uma psicose? Uma psicose tem, assim como uma neurose, uma pré-história? Há ou não uma psicose infantil? Não estou dizendo que responderemos a essa pergunta, mas nós a faremos.” (Lacan, 1981, p. 100)

Ele prossegue:

“Tudo leva a pensar que a psicose não tem pré-história. Acontece que, em condições especiais, que deverão ser precisadas, algo aparece no mundo externo que não foi primitivamente simbolizado, o sujeito encontra-se absolutamente desarmado, incapaz de fazer advir a *Verneinung* acerca do acontecimento. O que se produz, então, tem o caráter de estar absolutamente excluído do acordo que simboliza a neurose e traduz-se, em um outro registro, por uma reação verdadeiramente em cadeia no nível do imaginário”. (Ibdem.)

Com efeito, é nessas circunstâncias que observamos o sujeito que tenta apoiar-se no simbólico e que desenvolve tesouros no imaginário para tentar obstar os efeitos devastadores da carência do simbólico. Uma determinação precisa dos significantes mostra-nos, então, um discurso retocado, e o importante é ver se, no real, situa-se algo que não poderia ter sido simbolizado.

OS MOMENTOS PSICÓTICOS

Os momentos psicóticos (Lauru, 2003 a) são freqüentes no adolescente e no jovem adulto. São encontrados, muitas vezes, na prática clínica sob a máscara da psicose, mas caracterizam-se por sua labilidade e suas manifestações intermitentes. Razão do interesse de uma determinação não fenomenológica da psicose, até mesmo sintomática, mas de uma determinação estrutural do discurso que, na psicose, não se

dirige verdadeiramente ao outro. O real é esburacado e o simbólico não pode vir realmente circunscrever a realidade.

É no âmago da fragilidade do sujeito, no momento de abordar a fala, que se situa a verdadeira entrada em um deslizamento crítico, o qual não marca, no entanto, a fase inaugural da psicose. Foi isso que o exemplo de Étienne tentou mostrar.

A problemática da adolescência encarna o que eu descreveria como uma passagem na estrutura, e não uma estrutura de passagem. Étienne me mostrará o que lhe permite sair de casa: é a presença em seu bolso de uma faca de combate “para se proteger”. Mais tarde, ele me contará que seu pai foi preso por tráfico de armas... de fogo!

No tumulto dos movimentos da adolescência, situam-se alguns sintomas que vêm frear, barrar o acesso a uma sexualização dos significantes do pensamento e da linguagem. Considero, então, o processo que observamos em clínica como impasses à simbolização que permitiriam que o sujeito aparentemente se construísse rumo ao sujeito adulto.

As problemáticas não se movem em uma velocidade regular e contínua, mas funcionam, intermitentemente, ao ritmo do pulsional e das solicitações que o adolescente encontra. Produzem-se, portanto, avanços, retrocessos, suspensões, interrupções provisórias e temporárias. Essas escansões são importantes para certos adolescentes que se encontram em períodos difíceis. Os processos de identificação são, às vezes, regressivos. Devemos nos perguntar se, nas circunstâncias que descrevemos, eles não o são sempre. A constituição da fantasia não pode se elaborar e se estabelecer. O sujeito vacila em falhas do simbólico, é apanhado no imaginário ao qual recorreu largamente durante todo seu período de latência.

No momento da adolescência, quando deveria confrontar-se ao simbólico e, em particular, a problemáticas de posicionamento fálico, o adolescente não pode assumir este lugar: é então a queda, espécie de destituição do sujeito provisório. É o momento em que o Outro está ausente e é o grande ausente, não somente porque é do grande Outro que se trata, mas porque ele falta enormemente ao sujeito. É o tempo da pane do Outro (Rassial, 1990), em que o sujeito é desnudado até em suas bases narcísicas e no qual ele precisaria reencontrar identificações que o fizessem agüentar. Essa queda marca sua falha simbólica, e, em minha experiência clínica, é precisamente aí que posso determinar funcionamentos psicóticos. Específico funcionamento psicótico para diferenciar bem de estrutura psicótica, pois a repercussão clínica é de monta, e a abordagem terapêutica em consultório ou em instituição não é forçosamente a mesma. Prefiro falar de momentos psicóticos, que não induzem um diagnóstico preciso e deixam aberta a questão do devir do sujeito em seu psiquismo e em sua estrutura.

Piera Aulagnier falava de potencialidades psicóticas. Quanto a mim, insistirei no aspecto episódico, seqüencial, recorrente de momentos psicóticos cuja característica seria a reversibilidade. O termo momento psicótico é o que parece corresponder

melhor ao aspecto dinâmico desses episódios. Isso também pode induzir confusões sobre as modalidades terapêuticas a implantar em instituição, tanto no que tange à transferência ao analista quanto à instituição. Só alguns pequenos indícios podem nos indicar o caminho. Em particular, o posicionamento do sujeito na linguagem e a conservação de certas capacidades psíquicas: por exemplo, no plano pedagógico, certas aptidões mantidas e também uma possibilidade de mobilidade de certos significantes que se determinam no humor conservado.

Mas, para concluir, eu gostaria de dizer algo sobre a abordagem analítica desses momentos psicóticos. É verdade que convém adotar uma escuta que não se resume ao manifesto, mas à determinação dos significantes que insistem no discurso. Se nos fecharmos, de saída, em uma tentativa de determinação nosológica, isso corta toda escuta possível. Não sei se Étienne vai instalar-se um dia na psicose. Vou continuar a escutá-lo a fim de que possa seguir seu caminho singular da subjetivação. Lá onde ele deve advir estava o sujeito.

Lacan declarou que era desagradável que fosse preciso reinventar a psicanálise a cada novo caso. A isso eu acrescentaria: é desagradável, mas é necessário para aqueles que escutamos e para o futuro da psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Le Seuil, 1977. (p. 142)

LACAN, Jacques. *Les Psychoses*, Le Séminaire, Livre III. Paris : Le Seuil, 1981.

_____. “Le temps logique et l’assertion de certitude anticipée”. In : _____. *Écrits*. Paris : Seuil, 1966, p. 197-214.

_____. *L’angoisse*, Seminário inédito, 1962-1963.

LAURU, Didier. *Adolescences en crises*, Paris, Denoël, 2003 a. (No prelo)

_____. *Folies d’amour*. Paris : Calmann-Lévy, 2003 b. (No prelo)

LEIRIS, Michel. *Pierres pour um Alberto Giacometti*. L’échoppe, 1991.

RASSIAL, Jean-Jacques. *L’adolescent et le psychanalyste*. Paris : Payot, 1990.

TEXTOS

FUNDAÇÕES SUBJETIVAS DOS LUGARES NA ADOLESCÊNCIA*

Olivier Douville**

RESUMO

A partir da experiência clínica em centros de atendimento em bairros residenciais da periferia, o autor procura pensar a fundação subjetiva do lugar na adolescência através de elementos concernente às sustentações e rupturas entre espaço da cité e espaço psíquico, tais como a errância, a pichação e o grafite.

PALAVRAS-CHAVES: *adolescência; lugar; espaço; periferia*

SUBJECTIVE FOUNDATIONS OF THE ADOLESCENCE PLACES ABSTRACT

From the clinical experience in peripheral neighborhoods care centers, the author attempts to analyze the subjective foundation of the realm in adolescence through elements concerning the supports and the ruptures between the space of the cité and the psychical space, as the wandering, the graffiti and the wall scrawl.

KEYWORDS: *adolescence; place; space; periphery*

* Traduzido por Patrícia Chittoni Ramos (UFRGS).

** Psicanalista, *Maître de conférences* em psicologia clínica na Université de Paris-10 Nanterre, Unidade de Pesquisa, Medicina, Ciências Biológicas, Psicanálise (Prof. D. Brun), Université de Paris-7 Denis Diderot. Diretor de publicação de *Psychologie Clinique*. Membro do *Le Bachelier* – Instituto de Psicanálise da Adolescência (Paris). E-mail: douvilleolivier@noos.fr

Objetivo deste artigo é preciso. Trata-se de situar o novo quadro da oferta e da procura de escuta relacionado à presença de centros de atendimento ou de equipes móveis em bairros considerados “difíceis”, bairros “problemáticos”, da periferia, da *cit *¹. Falo a partir de minha experiência profissional de psicoterapeuta, trabalhando em espaos urbanos situados nas margens dos aspectos mais convencionais das cidades. Sem *páthos*. Deixemos claro, desde já, um ponto importante: um bairro difícil não é necessariamente um bairro onde a vida   insuportável. Jean-Jacques Rassial salientava, com razão, que é em uma cidade muito burguesa, e bastante opulenta, que o  ndice de suicídio dos adolescentes encontrava-se entre os mais elevados –   a cidade de Saint Germain-en-Laye.

Mais do que ver a periferia como um lugar de confinamento e de vazio psíquico, vou basear-me em anotaes clínicas para trazer alguns elementos que concernem às sustentaes e às rupturas entre espao da *cit * e espao psíquico dos adolescentes.

A ERRÂNCIA E O PONTO FIXO: NOTAS SOBRE A PICHAC O

Certas maneiras de lidar com os espaos urbanos comuns podem nos surpreender, até nos inquietar, e elas não se resumem   violência ou   delinq ncia. Dentre os sofrimentos que podem levar um jovem a nos alarmar e, na maioria das vezes, a alarmar os outros jovens, a errância vem em primeiro plano. Ela demanda uma ateno particular, pois, ao invés de constituir um sintoma a decifrar, a errância deve, antes, ser situada como uma falta de inscrio e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrio que concerne a seu ser e também   sua filiao. Paralelamente   errância e vindo, senão enquadr -la, pelo menos baliz -la, sulcando-a para fixá-la, o que espanta nos bairros destina-se aos olhos da maioria e é percebido, com freq ncia, mais como uma provocao do que como uma criao. Falo aqui das marcaes de lugares, daquelas marcaes que chamamos de “pichaes” ou “grafites” e que consistem numa criao de pontos fixos, tornando o espao marcado no lugar onde são produzidos, como se este fosse um corpo escarificado, uma superfície sobrecarregada e cunhada. O espao   fugid o, febril e, em contraste, deve ser marcado.

Os confins desses espaos são fontes de perigos ou funcionam como restos de memórias recortados do que produziria narrativa intergeracional, transmissão. Os jovens constroem esboos de território, instalando seu local de encontro em lugares de

¹ Neste artigo, a palavra *cit * refere-se a grandes conjuntos residenciais, situados, em geral, na periferia das grandes cidades francesas, construídos para as populaes de baixa renda, e habitados, sobretudo, por imigrantes ou descendentes de imigrantes. Considerando-se que se trata de uma especificidade cultural, sem correspondente no Brasil, o vocábulo será mantido, neste texto, em francês. (N. de T.)

esquecimento, em lugares que conservam vestígios de memória repudiada, referências dos momentos passados. No lugar onde hoje vemos apenas terrenos baldios ou abandonados, edificavam-se, ontem, fábricas ou hangares, locais de produção ou de estocagem de bens e, por vezes, lugares de lutas sociais. Nesses lugares, que correm o risco de deixar a memória do bairro ou da *citê*, os jovens produzem laço e traço, talvez para salvar o imaginário e o sonho, para fazer falarem, de maneira imaginária, os vestígios reais de um exercício real e simbólico da riqueza e do poder, exercício excluído pelas crueldades econômicas contemporâneas. Ali prolifera a escritura das pichações, dos grafites. Por vezes, essa criação visa marcar este limiar tão bem designado pela expressão inglesa *the outskirts of the town*, o que há além da cortina da cidade.

Essa produção de signos, de pichações, que muitas vezes precede clinicamente a produção de sonhos no artista impenitente, é uma produção em que o sujeito retoma para si algo da língua materna. Vamos ser mais claros. A língua materna não é a língua da mamãe. A expressão “língua materna” designa uma tensão, pois o ciclo da língua e o real da mãe são topos diferentes. A mãe não é aquela que dá a língua como se dá o leite, a mãe é aquela que abre o coração de seu filho para o amor do deslocamento na língua². Assim, esse ganho de corpo, num retorno de uma língua materna, significa para o adolescente – por mais aniquilado que esteja – que, para se defender do materno e também encontrar sua mãe como um personagem em sua linhagem, nada mais há a fazer, por um certo tempo, senão produzir uma escritura do feminino.

A ERRÂNCIA, O CORPO E A INSTITUIÇÃO

Essas formas de experimentação do corpo e do espaço tendem a se generalizar a tal ponto que conviria perguntar se a experiência de um tempo e de um espaço comum é algo que, para certos adolescentes, estabelece realmente relação entre uma geração e a seguinte. O que a experiência adolescente teria, nesses casos, de atual e moderno seria o fato de a elaboração subjetiva desses adolescentes desconstruir a significação do que circula como marca do comum e do permutável de uma geração à outra, recusando até mesmo o apoio simbólico que podem oferecer os constituintes da identidade veiculada pelo nome.

As patologias da errância oferecem um exemplo bastante inquietante desta posição de um sujeito que não sabe mais onde se abrigar, que não sabe mais se estabelecer. A qualidade que reconhecemos à geração que nos precedeu – neste caso, mais um ponto de estrutura do que de história – é justamente a organização de uma relação com o simbólico passível de ser contestada, superada, prolongada ou recusada, e isso

² Não há, de um lado, a mãe, que seria o real, e papai, que seria o simbólico; esse tipo de absurdo abre o caminho para todas as barbáries.

na medida em que essa relação com o cultural nos faz sinal, oferece-se como um ideal mais ou menos invalidado, mais ou menos aceitável, mais ou menos infiltrado em nós. A adolescência que, ao contrário, faz-se rompimento, inversão da dívida, constitui um momento em que, de modo virulento, o jovem se sente como que isolado em sua subjetividade, apartado do mundo fenomenal que lhe parece bruscamente modificado, povoado de semblantes e de falsas promessas.

Os clínicos são alertados por efeitos no social. A toxicomania é um dos nomes desse alerta. O sujeito se reporta a um puro saber de seu corpo, espécie de autopropriedade que se torna a única instância apta a saber o que é bom, o que é almejavél, o que é moralmente conforme a um desejo de liberdade. Saber ao qual objetamos, na maioria das vezes e, para dizer a verdade, sem muito sucesso, por meio de uma exortação à sabedoria do corpo, este roteiro ou esta crença que supomos adotados por todo sujeito que deseja se curar.

Examinaremos mais adiante algumas das condições que ainda tornam possíveis acontecimentos de falas. Porém, precisaremos compreender, antes, como as errâncias estão ligadas não a conquistas de liberdade ou de autonomia, mas a cessações de toda articulação entre os significantes próprios ao jovem e a seu grupo familiar e à memória coletiva. O espaço em catástrofe na errância é exatamente aquele da recepção e da tradução dos traços psíquicos mnésicos nos dispositivos sociais e culturais. Constituir-se como sujeito, sujeito do desejo, é verdade – reconhecemos aqui a ortodoxia psicanalítica –, mas sujeito às voltas com a história, supõe que as capacidades para se lembrar e para esquecer, para afetar o outro e ser por ele afetado, para não se reduzir apenas aos pólos do dolo e da dívida, sejam transferíveis. O sujeito que se encontra impedido de se constituir como um ser de boa fé, um ser de credibilidade fica, por isso mesmo, impedido de se definir e de se apresentar como um sujeito para e na história. Como, então, marcar presença? Como, então, marcar um ato (e não passar ao ato)? Assim, devemos entender que certos casos de errância não são manifestações de uma recusa às imposições e aos regulamentos que dão visibilidade e viabilidade aos âmbitos da troca, mas a expressão urgente de um sujeito que não recebeu as marcas de sua pertença, que é esta figura do estrangeiro interno, um tanto inquietante, um tanto orientado, um tanto dirigido.

Compreender-se-á, então, como essa figura da errância coloca em primeiro plano um momento de desmoronamento da transicionalidade, um tempo em que se esburaca a tão tranquilizadora categoria do espaço potencial ou do “entremio”.

Refletir sobre a errância é, evidentemente, descrever itinerário, adolescência, apreender, de passagem, palavras e instantâneos de corpos, abrir, então, uma brecha em nossas certezas e em nossos territórios. O questionamento aqui não é psicopatológico ou, mais exatamente, ainda não é. Não há nada a patologizar, ou muito pouco, tanto certos rapazes e certas moças entram em errância pela impossibilidade de se fixar ao

sintoma, à doença. Com efeito, as palavras dos espaços dos errantes ainda não existem em sua vinculação ou, pelo menos, elas se prestam pouco à troca.

Se apenas uma clínica do caso a caso indica como um sujeito pode se dar conta aonde seu ato o leva e o orienta onde os significantes vêm se dissimular, a errância levanta igualmente a questão socioclínica do estado dos dispositivos comunitários, de línguas e de metáforas para dizer o sexual, a morte e o aspecto invejável da divisão das realidades.

A distinção com a fuga já se mostra aí: o impossível do retorno quando a origem tornou-se persecutória. Báscula da perseguição à melancolia. Neutralização e desvitalização experimental da língua quando nenhuma demanda é admissível, quando demandar faz correr um risco de morte. Mas retorno ao quê? Retorno à qual(s) origem(s) plausível(s)? E é preciso perguntar se, para certas errâncias, pode-se fantasiar uma “célula-de-partida”, uma “cena primitiva” que não seja diretamente mortífera. A excitação mórbida da autofundação vem preencher esse vazio de elaboração da cena primitiva, a qual é substituída, então, por uma cena pulsional diretamente injetada no corpo – é o perpétuo movimento da errância e do tóxico. A isso, correspondem bem as novas formas de toxicomania – não como provação, não há tanta crença assim em nossos errantes, em todo caso, menos do que nos discursos científicos que falam disso, mas para eleger um outro objeto substituindo a psique, a quem se confere o poder real de fazer surgir o vazio, a falta, ou ainda, e em última instância, de fazer advir este parceiro que não engana: a morte. Romper a melancolia da errância pela adição a um objeto potencialmente persecutório, enfim, eleito como um parceiro que segura as pontas.

Mas é também, para as errâncias puras, o peso obstinado da crença em negativo de que nenhum objeto poderá carregar a promessa de reencontro da experiência de satisfação. A errância assume, então, um valor radical – esta é, pelo menos, a proposta que tento desenvolver aqui –, aquele de uma dívida a pagar, de uma dívida exorbitante diante da qual a existência do sujeito não vale nada, quando se revoltar contra as leis não é possível porque suas leis autorizam tudo, inclusive o auto-sacrifício da criança; então, é toda a relação do sujeito com a função reguladora de seu gozo e de sua inscrição fálica nas epopéias e nos sítios da *cité* que vacilam. Tudo se passa ainda como se esses rapazes e moças estivessem tão presos à sua errância que recusassem qualquer atividade de contrato e de reciprocidade que pudesse garantir uma estabilidade do laço, uma contagem da dívida e da doação. Como é freqüente fazermos seus papéis de identidade e guardá-los para eles...!

O fato de que um trabalho terapêutico encontre, freqüentemente, um impasse, não é, necessariamente, um obstáculo para sempre insuperável. No que tange a esses sujeitos “livres” de todo vínculo, terá ficado claro que nada mais simples e eficaz para evitar a ruína melancólica do que não dar sua confiança senão a um deus obscuro, violento, tirânico, um Supereu arcaico, diriam alguns, Supereu obscuro, acres-

centariam outros. Um parceiro objetalizado, com freqüência, uma droga. Mas se o sujeito ainda não engrenou em outra coisa que não sua errância (delinqüência “pesada”, grupelhos fascistas e afins) é porque, no fundo, ele ainda duvida um pouco, “resta esperança”, e, mesmo em sua desorientação subjetiva, ele se pergunta se o Supereu feroz não está se enganando um pouco, se é realmente preciso dever uma vida à morte, se é preciso adotar, a esse ponto, o que, no laço social atual, leva à melancolia. Trata-se, então, de levar o sujeito de volta ao ponto em que ele não conseguiu consentir totalmente em sua morte psíquica, em que recusou se fazer um fetiche sem por isso consentir na lei do Totem. Nada é mais árduo do que retirar sua confiança nessa voz injuntiva que comanda a identificação melancólica com o sacrificado e com o errante. Nada é mais doloroso do que quebrar ídolos. Tarefa adolescente, também, a de quebrar os ídolos de seus pais e de suas mães para avançar de outro modo na busca de uma função mediadora que devolva desejo à promessa de metáfora e de achado que a palavra esperada traz consigo na força de sua insciência. Desejos inconscientes na adolescência não podem senão despertar a falha das identificações primárias.

Por um lado, certas condutas de errância produzem temporariamente a representação ideal de um si “regenerado” pela liberdade e pelo sexual, mas, por outro, essa versão de assunção, que rejeita o infantil, cai na destrutividade. Para esses adolescentes, a possibilidade de situar-se em relação à castração parental não parece ter advindo, é preciso ocupar o lugar referencial vazio. Na horizontalidade da errância, o si mantém-se a uma certa distância e isso já é escapar ao vazio. Busca de experiências limites de objetos que fetichizam a falta ou de contatos sexuais e/ou violentos, a fim de reencontrar uma evidência de corpo, para poder se sentir e se saber vivo, olhado ou comentado.

Adolescentes confusos com o tempo, a língua e o espaço acabam por encontrar instituições, homens e mulheres que nelas trabalham a fim de recriar duração, “fort-da”, mediação. Isso é coisa conhecida. Eles vão tentar dar regularidade a formas descontínuas, transgressões às vezes repetitivas, desvios de regras que não põem em perigo os interditos maiores, mas que contrariam a ordem rotineira do lugar. Pode-se compreender aqui, mesmo sem encorajar essas “pequenas digressões”, que, nessa regularidade dos afastamentos e das marginalizações, instala-se uma lógica de abordagem do outro para a qual se constituir como parceiro equivale a se apresentar, previamente, como exceção. Toda essa movimentação das belas disposições explica-se, também, pelo fato de que o sujeito que inventa, cria e experimenta com o outro um laço um pouco estável, um pouco confiável, exprime sua necessidade pessoal de que sua demanda seja levada por um terceiro, interpretada e, sobretudo, co-inventada. A crise da errância não é sem fim na medida em que há sujeitos que não se encontram mais unicamente reduzidos a um puro corte ou a uma pura expulsão. Convenientemente recebidos e ouvidos, eles vêm emergir significantes que podem tomar

gosto pela duração e acham-se, por isso, adequados a representá-los no mundo adulto e a orientá-los quanto à questão do desejo, agora aberta.

TENTATIVA DE TOPOLOGIA SUMÁRIA:
A RUA NÃO É APENAS UM ESPAÇO GEOMÉTRICO

Dois usos do espaço que parecem não se curvar ao modelo da representação geométrica, que parecem embaralhar as balizas do interior e do exterior, do íntimo e do privado, são específicos desses adolescentes que se colocam com frequência em risco. Um espaço infinito e não escandido, atravessado, todavia, por linhas de deriva, experimentado na errância, acolhe, por momentos, uma concentração topocêntrica, a qual, a partir de rupturas de espaço que, no mais das vezes, pichações ou grafites sobredeterminam, constrói sistemas bastante rígidos de laço, de afiliação, de hierarquização. Em ambos os casos, o semelhante é precário e as identificações simbólicas, incertas. Poderíamos dizê-lo de outro modo: as encarnações simbólicas dos ascendentes reduzidos a quase nada. E eclodem, então, maneiras de clivar um imaginário do corpo e do espaço, que se dilui na espacialidade onde se fixa em momentos de inscrição emblemáticos em que o autor (os autores) desses entalhes, desses grafites, dessas pichações, exatamente como o nome, às vezes, circula de contrabando. Topologia do ponto fixo e do infinito. Pois é preciso voltar à topologia.

Para muitos adolescentes, uma representação da rua – de acordo com o modelo habitual que faz dela uma passagem entre dois lugares – não existe ou, pelo menos, isso não remete ao modelo geométrico de uma delimitação espacial unindo as pontas de dois espaços heterogêneos. A rua nem sempre é um limiar, uma “passagem”, ela pode aparecer e ser vivenciada como um abismo catastrófico, o espaço não é, então, uma simples extensão, ele é feito de camadas mal ligadas entre si, unidas por espaços que são, eles próprios, não sólidos. Além da esquina da rua, está o desconhecido, às vezes, o perigo. Além do familiar, está o não-território, lá onde se vive numa ausência total de segurança e de amor. Por essa razão, a rua pode se tornar não um lugar entremeio, mas um puro “entre”, o próprio lugar, aquele que é afetado pelos objetos que ele contém e pelos objetos que o atravessam. O espaço da rua não poderia, então, ser compreendido senão pela ciência da progressão, pelo estudo da onda. A rua é o que leva a afrontar passagens, isto é, a afrontar riscos. Passagens supõem ritualizações e, portanto, também destruições. Mas elas supõem um ponto de acolhida. Do mesmo modo, o entremeio supõe o dois. Ora, não pode ser senão pela prática da aliança e pelo exercício da desapropriação que a promessa da passagem abre a um ponto de acolhida: do dois. E recompõe-se, como um ganho, o trajeto, a promessa, a abertura da fronteira, ao mesmo tempo em que a lembrança obsessiva do lugar abandonado perde sua força. Dentro e fora articulam-se e entrecruzam-se novamente sem contaminar-se. No rastro dessa aliança, sim, um entremeio é possível. Mas a adolescência que nos interessa neste artigo, aquela que parte em errância e que nela se abandona, mas que

nem por isso se faz recolher em qualquer lugar, aquela ainda que arrisca uma invenção da materialidade sonora e visual da letra (inúmeras pichações gritam no deserto dos corredores urbanos carregados de desgosto que esburacam com sua perpendicular os blocos de residências das *cités*), aquela, enfim, que conserva o limiar no temor do que, da outra borda, poderia surgir a adolescência fechada do lado de fora por excesso de abandono, está inteiramente ocupada em experimentar um puro “entre”, antes mesmo que possa acreditar na promessa de um tempo que garanta uma circulação, uma troca, uma invenção do dois. Não é insignificante a fábrica da alteridade nascitês. Alteridades de referências que poderiam ter dito o passado e, portanto, regulado e justificado uma relação pacificada com o ideal do eu, são, com frequência, socialmente desautorizadas, escondidas sob o esquecimento, até mesmo com o desdém. Falo aqui da dignidade histórica dos pais e mães frequentemente destruídos e cujos relatos singulares ainda não se articulam um relato válido para a comunidade dos cidadãos da França. Evoco precisamente o que A. Cherki chamaria de “silenciação”^{3*}, designando, por esse termo, os efeitos de eventos decisivos sobre as inscrições de numerosos homens e mulheres e de seus descendentes na história contemporânea recente, que não são relatados, memorizados ou mesmo verbalizados. Os adolescentes são filhos dessas violências e, neles, se repercutem essas falsificações da história. Em outras palavras, também é possível entender as *cités* como lugares onde os trajetos da inscrição vão assumir uma forma demonstrativa, exatamente como pode sê-lo um sinal de alerta. E entendê-las também como lugares onde efeitos de historicidade obstruídos precipitam esse vivenciamento e esse uso difícil e doloroso de um espaço, tornando-se muito coercitivo.

Sim, para compreender o uso do espaço próprio a muitos adolescentes, não podemos, senão muito parcamente, recorrer a uma topologia do interior e do exterior. Para passar do interior para o exterior, é preciso transpor um limiar, é preciso também interpretar essa passagem, colocá-la em “projeto” como se diz tanto, e orientar sua caminhada para um lugar perspectivo. E, por vezes, transpor um limiar pode ser aterrador. A rua (quer a chamemos de bulevar, de alameda, de alameda lateral...) não seria, então, uma galeria levando de um lugar a outro, ela seria, por excelência, o lugar onde se estabelece a relação do sujeito com suas marcas, com seus dizeres, com seus semelhantes. Por isso, tudo o que faz recorte, ângulo, e, do mesmo modo, todo objeto portador de uma grande linha de travessia, de um modo de recorte infinito (certas linhas de ônibus podem ser vivenciadas desse modo) são superinvestidos,

³ Remeto o leitor à conclusão de seu livro consagrado à vida e à atualidade de F. Fanon.

* Trata-se igualmente de um neologismo em francês, *silenciation*. (N. de T.).

sobrecarregados. Existem modos de uso socialmente determinados, territórios que não devem, então, ser visualizados como sub-regiões, mas como superfícies rudimentares de controle, de ritualização, como espaços onde laços sociais miméticos são exacerbados. Na maioria das vezes, não é um perímetro fixo que determina o território, o seu, ou o do outro, como o fazem as fronteiras de nossos países ou de nossos continentes; o privilégio da demarcação é sustentado por figurações e encarnações urbanas do recorte que não se ligam nem se adicionam em perímetro fechado. Assim, um cruzamento, uma encruzilhada, que incitam ao uso da terceira dimensão, fazem linha divisória entre mundo comunitário e imundo, entre este espaço do familiar, onde é permitido assumir riscos e experimentar sensações, e este espaço sempre ameaçador, que não se adivinha além das torções e dos recortes, além de certas encruzilhadas e de certos cruzamentos, este espaço da outra borda onde inúmeros adolescentes sentem-se em perigo. Somos levados a pensar as incidências psíquicas do espaço urbano das *cités* em uma espécie de topologia consistente e, ao mesmo tempo, catastrófica no sentido de R. Thom, uma topologia emborrachada, que contém pontos fixos, um vazio e uma periferia hiperdramatizada. Entre este canto de espaço e um outro canto de espaço, duas ruas a atravessar ou uma passarela, como que flutuante, entre uma laje e outra... E, repentinamente, essa rua, essa passarela evocam muito mais o abismo, o vazio, a vertigem, o desconhecido do que a passagem.

UM RECORTE NÃO RELACIONADO AOS EFEITOS “LAÇO” DO RECORTE

De ambos os lados do que se movimenta como linhas de recorte, o interno e o externo não funcionam, senão muito raramente, no registro da aliança. O território, a palavra reduzida às holofrases comunitárias, o código, a aliança endógama, tudo isso existe desde sempre. O que é atual, em contrapartida, é a criação deste mundo reduzido e invertido que são as *cités* nas periferias. Elas foram criadas sobre uma tripla redução do sujeito: a seu corpo rebaixado à sua faculdade de recuperação física, a seu puro presente apartado de suas determinações culturais e sensoriais de antes, e ao aqui e agora da geração, na medida em que ela se situaria fora da história vindoura. As *cités* são, então, laboratórios “selvagens” e incessantes, onde devem se reafirmar, experimentar-se as categorias do tempo e do espaço, as relações com os limites e as fronteiras do lícito e do ilícito, do próximo e do distante. Cadoret (1997) escreve: “Todos os questionamentos vão se localizar em uma série de binômios: esfera privada/campo social, espaço doméstico/espaço público, pertença familiar/inscrição social, estrangeiro em si/ figuras externas do estrangeiro...” (p. 100).

Representação das fronteiras, mas também descontrole dos limites: esses lugares onde o recorte é privado de seu efeito de vínculo com o *alter*, com o heterogêneo, são lugares onde, na falta de antecipação, a experiência do tempo contenta-se com

uma experiência do espaço⁴. A afiliação prima sobre a aliança e, freqüentemente, a periferia é vivenciada como um espaço fortemente centrado, fortemente captativo.

A psicossocióloga J. Bordet (2002), trabalhando com “os jovens da *cit *”, reproduzia as declarações de uma adolescente: “A *cit * é como um elástico, você parte o mais longe possível e sempre volta ao centro”.

Eu gostaria de lembrar aqui que queimar carros é queimar também o que permite se deslocar e que, para muitos sujeitos, a questão do deslocamento – questão temível – deve, antes, situar-se a partir de um ângulo de dois ângulos completamente investidos, marcados, sem dúvida, por pichações; porém, mais uma vez, a maioria dessas pichações não são esta espécie de torção do ser que vem realçar em objeto de arte ou em criação as florações leprosas dos velhos muros, como diria o outro, quer dizer, Rimbaud, mas são mais exatamente espécies de escansões, cortes, traços unários. Ora, as pichações demandam a voz. O gesto. Elas demandam uma forma de coreografia primeira da marca. Não devendo e não podendo ser lidas, elas são mais ou menos como entalhes que vêm truncar mortificações e gozos mortíferos.

CLÍNICA

Aproximando-me mais de meu trabalho clínico junto a adolescentes, vou relatar a seguinte história. Tentou-se instalar um consultório no meio de um prédio de um grande conjunto residencial. Criou-se um consultório e, portanto, há uma porta, uma campainha, uma sala de espera, consultórios com poltronas e – tranquilizem-se – divãs, bem pouco utilizados, mas que servem de argumento autolegitimando e tranquilizando nossa identidade profissional, o que não é, evidentemente, pouco coisa em certos lugares. Muitos jovens jamais entraram nesse lugar, nessa instituição, eles param no limiar da instituição, tocam a campainha, ficam diante da porta quando ela se abre e parecem ficar, nesse momento, em pane diante dessa abertura, ainda que os convidemos a transpor o limiar como se um limiar fosse algo que se transpusesse assim, facilmente. Eles ficam como que diante de uma espécie de membrana resistente, não podem entrar em um outro espaço, estão fechados dentro de seu espaço. O que eles nos mostram, o que nos pedem? E nós, o que podemos lhes significar? Poderíamos talvez segui-los lá fora. Sair com eles, andar de um lado a outro. Aqui o leitor ficará surpreso. Convoquemos a consciência pesada, que se exprimiria aqui alto e forte e falaria de transgressão e de desrespeito às diretrizes. Ela teria razão em louvar seu plano. Mas de

⁴ Este aspecto ineficaz do corte para fazer laço, do limiar para fazer passagem, acarreta como consequência uma predominância das relações espaciais, repetitivas, sobre as relações e as balizas temporais. Uma abordagem fenomenológica dessa regressão do espaço-temporal ao espacial poderia aqui ocorrer na trilha aberta por Minkowski.

que transgressão se trata quando nenhuma regra fundamental foi enunciada? Antes da transferência: o contato, eu já dissera⁵. Ir ao possível do que dá consistência à situação de fala. Falar é recortar e atar. Mas falar com sujeitos para os quais o recorte ainda está privado de seu efeito de recorte é dobrar os trajetos, as linhas, as errâncias, os passos que traçam e se fazem traços, é dobrar essa orientação do corpo no espaço, como se dobra o tecido de uma roupa.

Naquela manhã, vou então seguir esse jovem indo e vindo, caminhando com ele, afinal, essa é uma maneira de seguir as pessoas⁶. Um dia, esse jovem me empurra, não sem uma certa rudez do gesto, para um porão. Fiquei imediatamente surpreso. O que havia nesse porão? Lá, encontro outro, parecendo bem jovem e completamente destruído pela cola.

Ora, freqüentemente, é desse modo que as demandas de tratamento são dirigidas. Um sujeito que vai trazer o desamparo de um outro pede para intervir nessa montagem⁷. Nessas condições de precariedade, porque ainda existem, evidentemente, adolescentes diferentes, trabalha-se raramente com um único sujeito, trabalha-se mais com uma montagem de parceiros, entre um sujeito que vai atrair nossa atenção para algum outro, com o risco evidente de ser esquecido no meio do caminho. O jovem, o primeiro, aquele que viera me procurar, fora igualmente colocado na posição de “porta-voz” por outros jovens da *cité*. Muitas vezes, os adolescentes consumidores dessas drogas que visam aliviar a dor da vida psíquica têm um jeito muito particular de considerar os limites de periculosidade na *overdose* de tóxicos. Tomemos o exemplo, neste caso, do momento de alerta, o momento em que aquele que estava bastante destruído pela cola alertou os adolescentes do grupo, ainda que, de modo, aliás, bastante aterrador, tudo isso se passasse numa forma de indiferença. Esse alerta foi contemporâneo de sua mudança brutal de relação com a droga. Sabe-se, sem dúvida, que os adolescentes tomam drogas assim como outros menos adolescentes tomam soníferos, para provocar artificialmente a oposição da vigília e do sono. Essa oposição faz passar no corpo a oposição do dia e da noite, como se o corpo fosse o lugar onde, pela graça

⁵ Douville, 2002. Título do capítulo publicado na coleção *Le Bachelier*.

⁶ Lacan, ao ouvir uma paciente dizer “eu estou sendo seguida”, lhe respondeu: “não se preocupe, vamos encontrar alguém que vai segui-la muito bem”. Evidentemente, não se deve pensar que esta é uma fórmula mágica; não encorajarei ninguém a repetir isso sistematicamente a todos os pacientes um pouco sensitivos.

⁷ Esse modo de trazer o desamparo de um outro, como que para produzir uma parceria da demanda, como que para fazer emergir duas demandas, é, ao que parece, transcultural e relacionado à precariedade nas grandes zonas abandonadas das metrópoles. Encontrei quase igual a isso em Dakar e em Bamako, onde trabalho regularmente em um projeto de atendimento às crianças da guerra e às crianças de rua.

da intrusão de um aditivo químico, se encenasse, ao ritmo da tomada de “tóxico”, a primeira matriz dos significantes: dia/noite. Ao medicamento ou *aophármakon* “droga”, é então conferida a possibilidade de reinscrever o corpo numa escansão. Em compensação, outros jovens não suportam nem mesmo essa alternância. Suportam-na ainda menos porque são confrontados não somente a uma ruína ou uma errância do ideal do eu, mas, ainda mais, a um questionamento radical do eu ideal, isto é, da imagem de seu corpo. Sua presença não é mais sustentada pelos olhares e vozes que, normalmente, permitem a junção da experiência do corpo próprio a palavras que reconhecem sua unidade e a projetam em ideais. Esses jovens que não têm promessa comunitária, nem mesmo tribos, como se diz tão banalmente⁸, para se sentirem suficientemente amáveis, suficientemente capazes de desempenhar um papel no amanhã, encontram-se num modo de desativação pulsional. Os adolescentes não se enganam quando operam uma distinção entre uma toxicomania julgada normal por eles – a do *phármakon* que faz circular contraste, estados psíquicos opostos, mas sem articulá-los – e uma toxicomania inquietante: a da cola em altas doses, com inalações contínuas. Eles distinguem um uso que mecaniza o eu ideal, mas o conserva a esse preço, e um uso que marca a ruína do eu ideal. Neste caso, o corpo liberado, reduzido à sua inércia, dissocia palavras ou olhares, que talvez lhe tenham outrora prodigalizado amor e conferido dignidade, tornando-se um buraco onde se abisma a colagem do sujeito e do produto.

Esse adolescente, ao que parece, está em plena errância, e o momento em que ele alertou os outros foi aquele em que tomou a droga não para fabricar ritmo, mas para abolir em si toda forma de ritmo.

Até agora, ele se saiu bem, mas não foi pouca coisa. Não vou entrar em detalhes. A partir dessa aventura, como outras equipes na França ou em outros países, na periferia de Paris ou na de Bamako, no Mali, “psis” trabalham com jovens. Encontrá-los, constituir-se lentamente em parceiro de tratamento e de diálogo. Trabalha-se com os serviços sociais, trabalha-se com os jovens do bairro. E o que os jovens nos pedem também é que se possa contar algo da história do bairro, porque os bairros estão cheios de nomes de história, há avenidas Mozart, avenidas não sei o quê, tiradas de referências prestigiosas no tesouro da república das artes e das letras, mas tudo cresceu ao mesmo tempo: as ruas, as avenidas, as lajes de concreto, as passarelas, as paradas de ônibus e os nomes de homens e de mulheres célebres postos aqui e acolá. A história se conta ao mesmo tempo que se inventa, que se encontra, histórias de violência são

⁸ Como esse termo é infeliz, como é redutor falar de tribos acerca de inúmeros adolescentes das *ciés*! Que miséria da sociologia é essa estetização da miséria!

pontos de referência. O tempo é pulsional, a fala nem sempre o é, ela toma gosto pela doçura da discussão, do respeito sem drama.

CONCLUSÃO MUITO PROVISÓRIA

Penso que, com certos adolescentes, assiste-se a uma re-exploração do que Freud chamou, em 1895, de complexo de outrem, uma divisão entre o prestativo e o hostil, que acompanha uma interrogação constante sobre nossa capacidade de criar espaço, sobre nossa capacidade de encarnar pontos fixos, de voltar ao mesmo lugar. Viríamos aí, na qualidade de terapeutas, trincar essa continuidade inacessível, solidificada, que mergulha o sujeito em um tempo repetitivo, lancinante, no qual ele se anestesia. Um tempo que passaria por um eterno pesadelo. Nós agimos sobre a continuidade entre real e simbólico; nosso papel é ser, então, o ponto fixo para o qual se vem e se volta para estabelecer um contato. Esse ponto fixo contraria a fobia do espaço e pode, talvez, fixar algo de uma *mostração* do sujeito, até mesmo de uma queixa, quase de uma demanda. E, nesse momento, sim, isso nem sempre é idílico. Vê-se muito bem que pode emergir, então, uma produção de afeto: o ódio. Ora, o ódio é um tempo necessário. No que tange à sobrevivência, o ódio opera uma clivagem no outro, o outro que traiu, que é o inimigo, e o outro que consiste. A emergência do ódio na adolescência, vitória sobre a vergonha, coincide com a clivagem do imaginário, entre um uso bastante sensitivo das leis comuns e a implantação de uma alteridade ideal. Sim, o ódio faz consistir uma alteridade que garante o sujeito contra seu próprio desaparecimento a seus próprios olhos. O sujeito não garante sua permanência em seu ser se não conseguir manter um outro que resista e aí, efetivamente, a possibilidade de transmutar a vergonha de existir em ódio dá um passo rumo ao laço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Les Annales de la recherche urbaine*, 87, “Nuits et lumières” Plan Urbanisme- construction architecture, septembre 2000.
- BORDET, J. La microsociété des «jeunes de la cité» et la signification de l'économie du *deal*. *Psychologie Clinique*, 14, “Actualités des cliniques addictives”, 2002 (no prelo).
- CADORET, Michelle. La banlieue : mise en scène des frontières. *Psychologie Clinique*, 3, “Les sites de l'exil”, 1997. p. 99-106.
- CHERKI, A. Exclus de l'intérieur - Empêchement d'exil. *Psychologie Clinique*, 4, 1997. p. 109-115.
- _____. Figures de l'errance. *PTAH (Psychanalyse - Traversées - Anthropologie - Histoire)*, 5/6, Modernités, résonances psychiques, 1998. p. 67-73.
- DOUVILLE, Olivier. Corps et roman familial à l'adolescence. *Cliniques Méditerranéennes*, 39/40, 1993. p.165-182.
- _____. Des adolescents en errance de lien. *L'Information Psychiatrique*, n. 1, janvier 2000. p. 29-34.
- _____. Avant le transfert, le contact. In : LAURU, Didier (org.). *Le transfert adolescent*. Ramonville Saint Agne : Érès, 2002, col. “Le Bachelier”. p.133-143.

- GUTTON, P. *Le pubertaire*. Paris : P.U.F, 1991, col. Le fil rouge.
- GUTTON, P. & SMALA, L. Essai de psychopathologie de l'errance. *Adolescence*, 23, printemps, 1994. p. 49-72.
- KAUFMANN, P. *L'expérience émotionnelle de l'espace*. Paris : Librairie philosophique J. Vrin, 1987.
- MINKOWSKI, E. *Le temps vécu*. Imago Mundi, 1988.
- NATAHI, O. Exil et adolescence : Entre exil du Père et récit de l'exil. *Psychologie Clinique*, 3, "Les sites de l'exil", 1997. p. 73-82.
- RASSIAL, J.-J. (org.) *Ya-t-il une psychopathologie des banlieues?* Ramonville Saint Agne : Érès, 1998.
- _____. À quelle demande l'adolescent suicidaire répond-il non. *Psychologie Clinique*, 8, "Cliniques de l'acte", 1999.

GRANDE PARA ANDAR SÓ*

Siloé Rey**

RESUMO

O texto propõe-se como um ensaio clínico, a partir de um caso que ilustra a inscrição no processo adolescente de uma menina com experiência de institucionalização desde os quatro anos. Tal inscrição é viabilizada na sustentação transferencial e na exploração clínica do significante “casa”. O caso ilustra que a apropriação da dimensão de territorialidade e a conseqüente possibilidade de circulação do sujeito pelo espaço urbano, como uma questão que o sujeito é convocado a responder na adolescência, utiliza como referentes simbólicos as construções relativas à noção de casa, no que ela circunscribe de espaço-tempo onde se realiza a constituição subjetiva.

PALAVRAS-CHAVE: *constituição subjetiva; institucionalização; espaço urbano; adolescência*

BIG TO WALK ALONE

ABSTRACT

The text is proposed as a clinical essay, based on a case that illustrates the inscription at the adolescent process of a girl with the experience of being institutionalized from the age of four. Such inscription is made possible through the sustainability of transfer as well as the clinical examination of the significant home. The case illustrates that the appropriation of the territoriality dimension and the consequent possibility of circulating within the urban space, as an issue that the subject is expected to respond to in its adolescence, use as symbolic references the constructions associated with the notion of home, since this notion contains the space-time frame where the subjective constitution takes place.

KEYWORDS: *subjective constitution; institutionalization; urban space; adolescence*

* Trabalho apresentado no Colóquio “Adolescência e Construção de Fronteiras”. Porto Alegre, agosto/2002.

**Psicanalista, membro da APPOA, Professora do Departamento de Filosofia e Psicologia da UNIJUÍ e do Curso de Psicologia ULBRA, Psicóloga graduada pela UFRGS, Mestre em Psicologia Social pela PUC-RS, Especialista em Psicologia Clínica pelo CFP/CRP-07. E-mail: siloe@portoweb.com.br

*Alice! Recebe este conto de fadas
E guarda-o, com mão delicada,
Como a um sonho de primavera
Que à teia da memória se entetece,
Como a guirlanda de flores murchas que
A cabeça dos peregrinos guarnece.*

L. Carroll

A apropriação do espaço que está implicada na passagem para a dimensão pública jogada na adolescência é efeito de uma construção anterior que é a dimensão da casa. Aqui, o significante “casa” é tomado enquanto representação que articula espaço-tempo, que acolhe a constituição de um lugar na filiação e que organiza a subjetividade do sujeito. Então, vou propor que a apropriação da dimensão de territorialidade e a conseqüente possibilidade de circulação do sujeito pelo espaço urbano, como questão que o sujeito tem que “resolver” na adolescência, vai utilizar como referentes simbólicos as construções relativas à noção de casa, justamente no que ela circunscreve como espaço-tempo onde se realiza a constituição subjetiva. Idéia nada estranha para quem se referencia na psicanálise, já que a construção da relação entre o que se funda interiormente a partir de uma exterioridade já está incluída no aforisma lacaniano de que o inconsciente é o social, e que também estão implicadas nas dimensões das funções materna e paterna na constituição do psiquismo.

No entanto, penso que se trata disso mesmo, avançamos nessa teoria mexendo e remexendo sobre fragmentos de idéias teóricas que se ressignificam no que nossa prática produz, posição diferente daquela criticada por Vorcaro(1999), que toma “a clínica como instrumento de confirmação do já predito na teoria” e onde “a criança só interessa na medida em que assinala o reencontro com o já previsto na teoria”(p.11), como meio de se defender à realização do infantil que a clínica da criança nos lança transferencialmente.

Concordo com a autora sobre as armadilhas que uma produção sobre a clínica com crianças pode apresentar para quem se atreve a falar dela – ela cita Lacan: “os analistas não dizem o que a prática analítica opera, para nada quererem saber de seu ato, que lhes causa horror”(p.14) –, na medida que tal prática desvela o que é da ordem do sintoma do analista. Outra crítica da autora referente à posição do analista como “especialista em suplência” (p.14) também se apresentou como matéria de reflexão neste caso, uma vez que é um ponto nodal na clínica com crianças com experiência de abandono, relançado a cada laço transferencial, e que desdobra questões relativas às instituições que se ocupam da tarefa de substituição familiar.

A tentativa aqui, na problematização sobre os efeitos dessa prática, é compartilhar um testemunho ao qual a transferência de trabalho mobilizada pelo tema da adolescência me lançou. O que aqui vou recortar é pelo viés da construção da experiência,

a passagem, as complicações no estatuto da subjetividade do infantil ao adolecer em um sujeito, uma menina, que aqui vou chamar Alice, que vive em situação de institucionalização desde os quatro anos, hoje com 13 anos.

O que tenho tido oportunidade de testemunhar nesse trabalho é esse elemento de produção de efeito de inscrição no processo adolescente, a partir de elaborações sobre seu lugar na filiação, constituídas na análise através da sustentação transferencial. A construção dessa borda incidiu na possibilidade de circulação urbana, concretizada na possibilidade de vir sozinha ao consultório, o que também expressou o efeito de relançamento da demanda de análise, desta vez, em nome próprio. Se o que está em causa na adolescência é a reconstituição de um suporte representacional a partir da reelaboração dos processos constitutivos, conforme as concepções de diversos autores de nosso campo, este caso tem me ensinado sobre possibilidades de outros arranjos, pequenas bricolagens, nas quais a sustentação transferencial pode operar para viabilizar a passagem, lá mesmo no que esses processos constitutivos não foram suficientes.

A passagem da condição de não-falante – *infans* – para a de uma enunciação própria é o trabalho da adolescência por excelência, possível a partir da resignificação da inscrição do fantasma. Bem, mas a própria questão da inscrição do fantasma e a clínica infantil e, ainda, a clínica da criança com experiência de abandono e institucionalização não é qualquer questão. Desde a delimitação de “qual é a lógica do fantasma que sobredetermina a posição do inconsciente”(p.44), já que a transmissão do fantasma se complica pelas características estruturais do agente materno e pelo atravessamento da experiência de institucionalização, até que saber inconsciente assim constituído poderá vetorizar a direção da cura, uma vez que “a interpretação aponta na direção desse saber inconsciente, e não para uma retificação de qualquer vivência factual”(p.46), conforme nos lembra Jerusalinsky(2002), essas são questões que constantemente são relançadas no tratamento de sujeitos com esse tipo de experiência.

Trato de recortar aqui alguns elementos dessa escuta, que tem me feito trabalhar. Alice vive desde os seis anos em um abrigo da rede de atendimento vinculada à Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Estado, antes vinculado à FEBEM. Tem uma irmã, produto de uma gravidez da mãe quando Alice já estava institucionalizada, que nasce contaminada com o vírus HIV, determinando seu recolhimento a um abrigo residencial destinado a crianças portadoras. Após a negatização do vírus, dois anos depois, a irmã junta-se a Alice, passando a morar na mesma casa.

Aos nove anos, Alice é encaminhada para tratamento. Era início de setembro e a escola resolve advertir que talvez tenha que novamente repetir a 1ª série, já que não consegue aprender a ler. Além da dificuldade de aprendizagem, causa espécie à equipe da casa sua adesão ao quarto, onde gosta de ficar, mexendo em bugigangas (que os monitores referem como lixo) que junta na rua e pela casa e soca nos cantos de seu guarda-roupas ou em esconderijos no quarto. É uma dificuldade tirá-la de casa mesmo

quando é para ir a festinhas de outras crianças. Apresenta também um tique de piscar os olhos e uma lentidão e alheamento que exaspera a equipe de cuidadores.

A mãe, além de portadora do HIV, é psicótica. Nas entrevistas iniciais, discuto com a assistente social da instituição a possibilidade de escutar a mãe; sou informada sobre a firmeza da posição dessa de não abrir mão das filhas para o processo de adoção, mesmo que pareça remota a possibilidade de que venha a se organizar, de maneira a resgatar as meninas do processo de institucionalização. A mãe comparece ao consultório acompanhada de um companheiro, também morador de rua, com quem decidiu se unir após terem se conhecido em um abrigo. Sobre sua história, diz ter sido criada “nas casas” (significando casas dos outros) que sua mãe lhe deu quando era pequena, havendo fugido do interior por ser maltratada, passando a perambular pelas ruas da capital. Diz ainda que é assim por uma lesão na cabeça após um acidente e não por loucura, embora reconheça que precisa freqüentar a “psiquiatria” e tomar os remédios.

Sobre a origem de Alice, a mãe repete, na entrevista comigo, a história que já havia contado na instituição: de que conheceu o pai da menina aos 11 anos, que era cabo do exército e que Alice é fruto de um estupro. Quando ficou grávida, este homem construiu uma casa para ela, um barraco no morro Santa Tereza que, depois de algum tempo do nascimento de Alice, incendiou em decorrência de um curto-circuito. A mãe conta que o bebê nasceu de sete meses, com pouco mais de um quilo, ficando na incubadora do hospital até completar os nove meses. Desde a perda da casa, voltou a viver na rua, agora com a filha, referindo-se viciada em vinho. Disse que foi perseguida por uma conselheira tutelar que queria lhe tirar a menina, até que conseguiu, levando-a (a mãe) para uma casa de passagem e lhe encaminhando para a psiquiatria. Diz que ficou um ano internada, sem ter notícias da filha. Ainda sobre o pai da menina, a mãe conta que o mesmo foi morto por um tiro, quando Alice estava com quatro anos, e que não lhe tratava bem. Declara o seu amor pela filha, afirmando que é por ela que ainda está viva e que a menina é igual a si própria. Quando questiono em quê, diz que na lentidão e na mania de piscar os olhos.

Alice também verbaliza “fantasias” para os monitores que apresentam fragmentos do delírio da mãe, em torno da temática da reunião da mãe com as filhas em uma casa que alguém vai dar. A equipe identifica essas manifestações à influência da mãe e expressa a dúvida se Alice não seria “meio louca”, já que a mãe o é totalmente. O laço entre mãe e filha é amoroso, embora os cuidadores considerem nociva essa relação, já que a menina fica agitada e confusa após as visitas. Dizem que a mãe é “paranóica”, que acusa a monitoria de não cuidar bem das filhas e que alarma a filha com seu temor de violência sexual, contando a todos que a filha é fruto de um abuso. Aparece na casa em qualquer horário, às vezes vestida de forma inadequada em relação ao clima, ou calçando dois tipos diferentes de calçados. Enfim, as visitas da mãe são desregradadas, imprevisíveis e desestruturantes.

Quando chega a menina, mostra-se tímida e inibida, respondendo com um sorriso envergonhado ou um “não sei” a maior parte de minhas provocações. Se o que é uma dificuldade própria da clínica da infância é justamente a discriminação dos registros do real, simbólico e imaginário, o que se impõe à minha observação desde o começo é a curta extensão da dimensão imaginária, manifesta num silêncio e solidão subjetiva em que nada parecia fazer questão. A constituição do imaginário e a maneira como ele se põe a serviço dos processos de simbolização, na produção fantasística da criança institucionalizada, abre todo um campo de investigação e pesquisa que mereceria um desdobramento que não é intenção neste texto. Freud [1981 (1908)], em sua *Novela Familiar do Neurótico*, já havia nos ensinado que uma das formas da criança se vingar das punições que sofre é pela fantasia, sendo comum a fantasia de que é adotiva e que seus verdadeiros pais seriam de melhor posição social e linhagem. Ele, entretanto, toma tais fantasias menos como ingratidão e mais como expressão da nostalgia da criança de um momento primitivo quando os pais eram completamente idealizados. De qualquer maneira, o romance familiar também está para a criança institucionalizada com as complicações de sua condição, o que às vezes também se traduz num silêncio mortífero que cala fantasias de terror.

Em Alice, há pelo menos três elementos, três representações psíquicas que tentam se articular: a rua, como referência de casa; as casas institucionais, a casa de passagem – onde viveu dois anos – e o abrigo residencial; e, finalmente, a casa discursada pela mãe, cuja referência mais próxima, talvez, é o barraco incendiado. Essa luta de representações deixa como resto sua recusa em sair de casa, até do quarto, evocando, nesse sintoma de matiz fóbico, sua urgência de simbolização do que possa vir fazer um lugar – tempo/espço – para se constituir.

Quando inicia suas vindas ao consultório, dos materiais disponíveis, Alice se interessa pelas sucatas, usadas primeiramente para as representações de um jogo de cuidar/ser cuidada, onde alternamos os lugares da mulher que vai ao salão de beleza e a profissional que presta o serviço, fazendo a maquiagem e arrumando os cabelos. Suas verbalizações são tímidas, parece que tem vergonha de brincar, surpreendendo-se com minha disposição para fantasiar. Passa, então, a utilizar-se da sucata para compor primeiro montagens de formas abstratas onde junta e amontoa formas variadas. Depois trabalha, em várias sessões, a construção detalhada de dois bonecos, masculino e feminino, pedindo, no início, que eu me ocupasse do boneco homem, o que oportuniza falas a respeito do pai, de como funciona um pai, que coisas pode imaginar dele. Nessa época, consegue expressar o desejo de que o pai da irmã a acolhesse.

Ao final desse ano, a escola, instituição que de uma certa forma legitimou a demanda de tratamento, decide por uma aposta, promovendo-a para a 2ª série. Em fins de março do ano seguinte, a professora me noticia sua alfabetização.

Desde o início manifesta prazer em vir, embora eu constantemente me pergunte o que estou fazendo ali, já que não me permite falar fora da dramatização. A qual-

quer pontuação que faço responde com “vamos brincar”. Nada saber... Há que dar tempo... Poder esperar é requisito ainda mais imprescindível na clínica da infância... Nesse caso, como separar, operar o corte, se a alienação, o perder-se no outro, corpo ficcional entre mãe e bebê, foi tão precariamente inscrito? A concepção clínica de Jerusalinsky (2001) de que “o analista, o terapeuta pode ter a função de tentar contribuir a que se produza a inscrição que ainda não se produziu. Pode se ver na necessidade de estabelecer uma certa suplência, ali onde a inscrição se torna impossível ou improvável e, então, oferecer um significante, um ponto de sustentação”(p.28) me auxiliou a manter a posição. Pude situar o quanto a apropriação do processo de análise por parte de Alice articulava-se também na sustentação de uma referência espaço-temporal organizada, relativa ao encadeamento das sessões e a um tempo, fora do tempo cronológico, necessário para a reelaboração das marcas, incluindo-as em uma lógica de inscrição significativa.

Começam a ocorrer faltas às sessões, justificadas pela instituição por problemas com os “extras”, monitores que a acompanham ao consultório. Perguntam-me se não é possível que venha às consultas sozinha, já que “está grande para andar só”. Alice aceita a proposta, passando a deslocar-se até o consultório sem acompanhantes, o que começa a me deixar de “cabelos em pé”, já que passa a se atrasar: uma vez trocou o ônibus; em outra encontrou a mãe e ficou falando com ela; em outra desceu na parada errada e, finalmente, desceu em uma parada muito adiante e, ao descer, se perdeu, ficando perambulando até se animar a pedir informação. Depois desse episódio, que gera angústia em mim e na instituição, admite que ainda não consegue vir sozinha, resgatando-se o mecanismo institucional do acompanhamento pelo monitor.

Após o período da sucata, constitui um brinquedo de comércio, loja e restaurante, onde fica embretada em um canto da sala, cercada de todos os objetos do consultório – sucatas, cartelas e fichas de jogos, material gráfico, todos os brinquedos – que ficam amontoados ao seu redor. As dimensões valor-preço-dinheiro produzem complexas relações de avaliação dos objetos e de relações de comparação e equivalência entre eles, com listas de preços, o que aumentou de uma semana para outra, etc. Também faz parte desse jogo um telefonema prévio, para perguntar se tem algum produto ou qual é o prato do almoço. Uma vez, quando num desses telefonemas, pergunto qual é mesmo o endereço da loja, responde que é na “rua maluca, no fim da rua, não tem como se perder...”, ao que não perco a oportunidade de referir à mãe e sua relação com a rua, o que abre para uma longa e confusa argumentação sobre a mãe parecer louca para obter benefícios, inclusive ganhar a casa para viverem juntas.

Depois disso, me pede para chamar a mãe a uma sessão. Digo-lhe que, então, organize essa vinda no seu horário de atendimento, ao que ela mesma se encarrega de marcar com a mãe. Desenrola-se uma sessão onde ela pede que a mãe relate uma nova promessa de que alguém vai dar uma casa para que finalmente a mãe a resgate da

situação de institucionalização. A mãe, em meio a um relato delirante sobre alguém que vai lhe dar uma casa, entremeia a observação de “como é lindo o meu bebê”, olhando para Alice com ar enternecido. Ao final do encontro, pede se eu não poderia ajudá-la a construir uma casa em um terreno, esse sim que alguém, com certeza, lhe prometeu. Limito-me a pontuar que Alice há muito tempo não é mais bebê e que ali não estou para dar uma casa, mas para auxiliar Alice a construir uma noção de casa.

Segue-se a essa sessão uma extensa produção gráfica em que nos dedicamos a desenhar casas e plantas de casas sobre as quais discursamos, organizando as representações da mãe e as suas próprias em torno do significante “casa”, discriminando interpretações sobre o desejo da mãe e sobre o seu próprio desejo. Logo em seguida, me comunica que por “problemas com os extras da casa” ela passará a vir sozinha ao consultório. Não mais se perdeu, não mais faltou, passando a chegar ao consultório um pouco antes de seu horário.

Atualmente, aos 13 anos, Alice tem ocupado suas sessões em narrativas sobre sua circulação no *shopping*, sua relação com os guris, sobre as profissões que pensa seguir e no relato dos filmes que vê, embora considere que não é muito boa em invenção e imaginação, atribuindo a isso não conseguir se sair tão bem em história. Agora já sabe que poderá construir a casa tão falada, responsabilizando-se por esse desejo. Às vezes enuncia seu desejo de ter filhos, embora ainda pense que “é mais fácil pegar um bebê já pronto, de outra mulher”.

O que neste caso pode operar-se, produzindo a consistência que viabilizou a Alice inscrever-se na adolescência? Talvez pudéssemos falar em reconstituição do fantasma, em que discursar em torno da exploração do significante “casa”, em suas representações enquanto lugar no desejo da mãe, permitiu-lhe descolar-se do fantasma materno, para autorizar-lhe uma posição desejante que agora já se atreve a assumir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

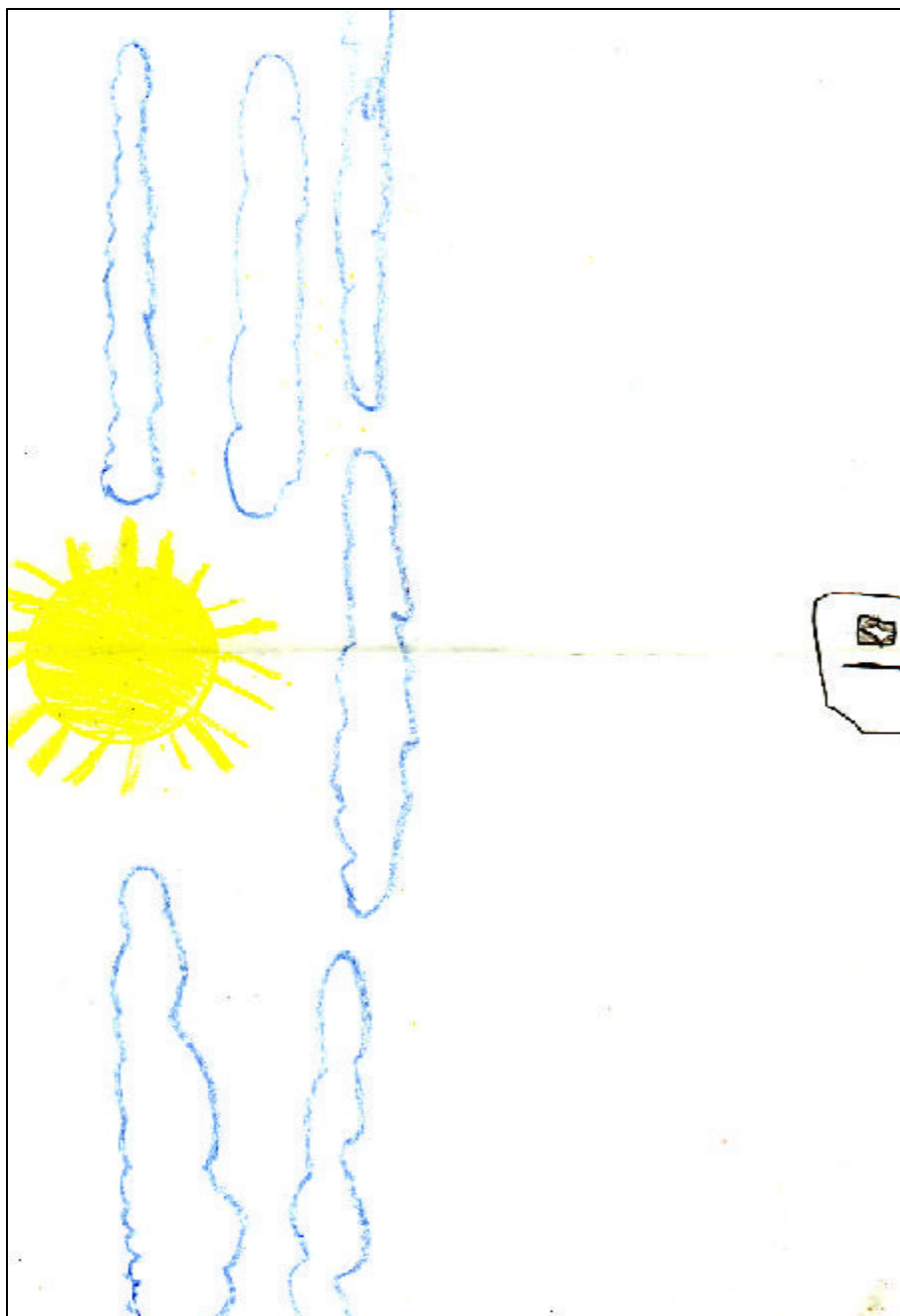
CARROLL, Lewis. *Alice: edição comentada*/Lewis Carroll; ilustrações originais, John Tenniel; introdução e notas, Martin Gardner; tradução, Maria Luiza Borges. RJ: Jorge Zahar Editores, 2002.

FREUD, Sigmund. *La Novela Familiar del Neurótico* (1908). In: *Obras Completas*, 4ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, vol.II.

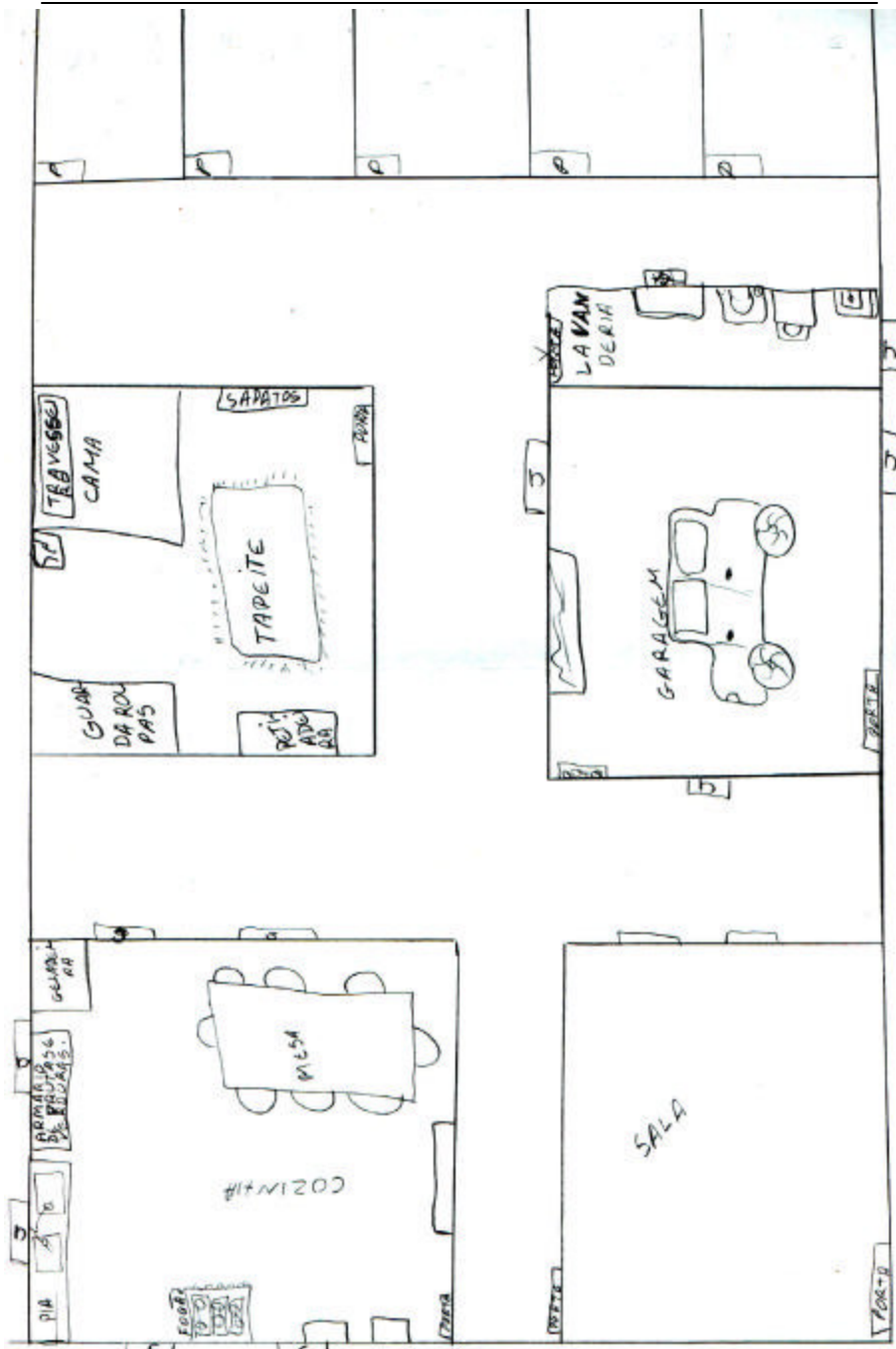
JERUSALINSKY, Alfredo. *Seminários I*. SP: Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Adolescência, o tempo do eterno retorno*. Correio da APPOA, Poa, nº 105, ano IX, agosto/2002, p. 44-47.

VORCARO, Ângela. *Crianças na Psicanálise: clínica, instituição, laço social*. RJ: Companhia de Freud, 1999.



TEXTOS



ADOLESCÊNCIA E ABRIGAGEM: tentativa de parentalidade no contexto público

Ângela Lângaro Becker*

RESUMO

Este escrito examina os processos de transmissão de uma geração à outra como modo de constituir filiação e possibilidades identificatórias. Problematiza determinadas posturas educativas que são predominantemente assistencialistas e moralizadoras. O reconhecimento coletivo de novos estilos narrativos a partir de novas imagens matrizes é o que possibilita refazer laços e sustentar a transmissão de uma lei simbólica. Uma instituição transitória de adolescentes oferece exemplos que possibilitam pensar o cotidiano das relações entre adolescência e autoridade. As possibilidades de constituir parentalidade no campo público iniciam-se por legitimar pequenos traços de narrativas criativas e singulares num espaço coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: adolescência; transmissão; instituição; parentalidade

ADOLESCENCE AND SHELTER: THE PARENTHOOD ATTEMPT IN THE PUBLIC SPHERE ABSTRACT

This writing examines the processes of transmission from one generation to another, as a way of constituting affiliation and identificatory possibilities. It discusses certain educational postures that are predominantly assistentialist and moralistic. The collective recognition of new narrative styles, departing from new source images, makes possible to remake ties and support the transmission of a symbolic law. A transitory institution for adolescents illustrates these investigations and offers examples that make possible to think the everyday life of the relations between adolescence and authority. The possibilities of constituting fatherhood in the public field begin by legitimating small traits of creative and uncommon narratives, in a collective space.

KEY-WORDS: Adolescence; transmission; institution; parenthood

*Membro praticante da APPOA, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, autora de artigos sobre adolescência, educação e sintoma social publicados em livros e revistas organizados pela APPOA. E-mail: angelalb@vant.com.br.

As instituições voltadas às crianças e aos adolescentes tiveram, desde o seu aparecimento, o objetivo comum de transmitir às novas gerações, dependendo do contexto histórico na qual cada uma estava inserida, os valores e habilidades considerados importantes para prepará-los para o mundo adulto. Através de vários modos de conceber o exercício de uma parentalidade, as instituições foram surgindo com diferentes objetivos. Desde o interesse predominante por uma transmissão religiosa, passando pelo papel de mero complemento à formação que ocorria no seio familiar, até a quase superação deste meio como único responsável pela transmissão de modelos, conhecimentos e valores às novas gerações, as instituições educativas foram expressando o que cada época e contexto socioeconômico entendiam como parentalidade, fosse no campo público ou no privado. O que vemos contemporaneamente são instituições que praticamente substituem a função familiar. Isto porque o cuidado propriamente dos filhos parece ter cada vez menor implicação com a original união de seus pais.

A parentalidade cada vez mais distanciada de uma conjugalidade, como refere Julien (2000), relaciona cada vez menos o desejo entre um homem e uma mulher com o nascimento e o cuidado das crianças. A conjugalidade pode estar em qualquer dois que se considere masculino ou feminino, não importa o sexo biológico a que pertençam. Um bebê pode ser considerado fruto do desejo de um casal que não pode ter filhos e, por isso mesmo, o adota. Também pode haver conjugalidade na união de um casal de homossexuais que, ao desejarem um filho dessa união, busquem outros meios. Mas o cuidar desse bebê levará sempre a reafirmar o desejo que resultou no seu surgimento. O cuidado, a paciência, o nível de tolerância à frustração com relação aos sonhos que idealizam o surgimento desta criança, a responsabilidade por continuar sustentando o que foi “iniciado” (já que nem sempre foi gerado) pelo desejo de um casal, mesmo quando a relação tenha seus períodos de declínio, é algo com que, desde o nascimento da modernidade, homens e mulheres têm se deparado com grandes dificuldades. Poderíamos supor como uma das principais causas a dificuldade em confiar no que é possível ser transmitido. Será que teríamos algo a transmitir que não fosse a repetição dos erros de nossos pais? Erros de violência e autoritarismo que nos fizeram querer esquecer o passado e planejarmos um futuro bem diferente para nossos filhos? A confiança e a valorização no que pode ser passado de pai para filho ficaram perdidas. Apesar disso, nenhum saber pode substituir aquele que surge a partir do desejo de ser pai e mãe de uma criança, no sentido de que este é fundamental para dar-lhe possibilidades para suportar as perdas necessárias ao seu crescimento, até tornar-se um adulto e também poder constituir sua própria família.

Considerando, então, que as funções paterna e materna são simbólicas e que não dependem do biológico, entendemos que elas podem ser esperadas em estilos diferentes, conforme o contexto em que são estruturadas. Com a modernidade, o patriarca, que determinava o lugar das diferentes funções, declinou de sua função

pública. No lugar dele, foram surgindo as instituições na tentativa de sustentar o valor do pai no social.

Mais recentemente, instituições, como abrigos para crianças e adolescentes, são os lugares sociais onde se tenta refazer o tecido filiatório e a inserção desses jovens no laço social. A instituição de abrigagem é o lugar onde o adolescente vai reivindicar o que falhou amorosamente na sua família de origem, ao mesmo tempo em que vai fazer movimentos no sentido de ver repetida essa falha nas próprias relações institucionais. As dificuldades de filiação e parentalidade tem como tema principal uma questão amorosa, por isso mesmo é freqüente, dentro das instituições, que haja, por parte dos abrigados e também da monitoria, a projeção de laços representativamente familiares. Nas famílias originais, o que se repete na sintomática dessas histórias e, portanto, também como dificuldades de convívio no abrigo, é a não- diferença entre o laço amoroso e o erótico. Portanto, algo novo a esses adolescentes é oferecer-lhes um grupo social reduzido – nem a rua nem a intimidade – que garanta um código estável. Para isso, a convivência necessita deslizar de um modelo de vigilância constante como é próprio de um código jurídico, sem estar à mercê de uma instabilidade emotiva, que é própria da tirania da intimidade. A familiaridade dentro de uma instituição que se ocupa com o parental é como “de primos”: alguma intimidade é roubada, mas não necessariamente permitida.

O que está em questão, no caso de uma parentalidade pública, é o pai transmissor e não propriamente o pai fundador. Isso nos remete ao que Freud tomava como a condição de “pai morto”. Podemos compreender melhor se ousarmos a comparação de que o pai fundador para o adolescente institucionalizado é “demasiadamente real”, enquanto o pai que transmite é “demasiadamente simbólico”. Este último constitui-se de pedaços significantes que as passagens institucionais vão possibilitando na formação de um quase sobrenome. Ainda, por outro lado, as relações que permeiam essas passagens, por estarem dentro de uma lógica educativa ou jurídica, estabelecem modelos “demasiadamente imaginários” de figuras paternas, o que não possibilita o reconhecimento de caminhos singulares e a legitimação necessária para que a independência se inicie.

Os abrigos de adolescentes que se propõem a uma tarefa temporária apresentam dificuldades peculiares, em relação àquelas de abrigos permanentes. Apesar de serem lugares de passagem, o adolescente fará o movimento de conservar as referências filiatórias institucionais e as levará consigo ao sair. Esse processo exige que haja uma sustentação de traços identificatórios por parte dessa instituição provisória, o que inclui as próprias pessoas implicadas nesse cuidado. O adolescente, caso sua passagem pela abrigagem temporária seja bem-sucedida, terá, muito provavelmente na figura daqueles que acreditaram nele e a quem ele acreditou (outros adolescentes, monitores e técnicos), os principais referentes identificatórios para sustentá-lo no laço social. As dificuldades aparecem quando no lugar do sujeito precipitam-se as

regras burocráticas e/ou jurídicas, sobrepondo-se ao processo singular de cada adolescente.

Carlos, depois de fugir do abrigo e lançar-se ao espaço urbano num movimento de tentar encontrar-se nos pedaços conhecidos que ia deixando por onde passava, foi viver a aventura adolescente de correr o mundo com seu amigo João, com quem fez viagens não só pelo espaço geográfico, mas também pelo espaço psíquico, através das drogas. Quando retorna, o vazio de referências também retorna e ele reinicia a busca das pessoas cujos traços já estão incorporados na sua história. Nessas tentativas de ajuda, foi passando por internações, por lares provisórios e por fortes medicamentos antidepressivos. Em cada lugar, deixava amigos, se fazia ajudar, se fazia adotar de uma certa forma. Última internação, no Hospital São Pedro, degradação humana, pacientes morrendo fazem Carlos escutar que “morrem de tanta injeção que tomaram”. Ele conclui, revoltado, que é mil vezes mais seguro na rua do que dentro de uma instituição. Apesar disso, seu sonho é achar uma família. Não quer simplesmente um teto. Quer a quem possa chamar de pai, mãe e irmãos. Busca novamente a psicóloga e o assistente social do abrigo onde esteve e que representaram possibilidades filiatórias para ele. Quer sair dali e que lhe arrumem uma família. E como? Carlos já tem 18 anos, não é aceito mais em nenhuma instituição e perde todas as possibilidades de proteção do Estado. Muitas tentativas de contatos com algumas famílias para adoção foram feitas, mas completamente fracassadas. Também o hospital pressionava para que o tirássemos de lá. Carlos tinha feito alguns amigos lá dentro, entre pacientes e enfermeiros. A estes últimos, ajudava-os a “amarrar” os que estavam em crise e a monitorar o jogo de futebol dos pacientes, paixão antiga sua. Num dia de visitas, conquistou o coração de uma senhora cujo marido tinha sido internado por depressão. Ligou aos técnicos do abrigo. Tinha achado uma família. Ela queria adotá-lo e o marido, que já estava melhor, também queria. Ficamos preocupados com este milagre. Marcamos entrevista com a senhora e surpreendeu-nos sua certeza em querer ter um filho adolescente em casa e, ainda mais, com suas intensas expectativas em relação ao futuro de C. Projeto arriscado, mas nada tínhamos a lhe oferecer e talvez fosse a hora de apostar nas conquistas que fazia. Era preciso sustentar essa escolha e responsabilizar-se coletivamente por esse novo enredo que iniciava. Combinações apressadas: ele deveria fazer contatos telefônicos diários com o assistente social e ir ao consultório da psicóloga duas vezes por semana. De resto, que a esperança crie a nova ficção.

Abriço temporário foi por onde Carlos passou um tempo da sua vida. Não foi só isso. Foi onde encontrou lugar de transmissão, onde, por processos identificatórios, levou consigo pedaços que o sustentaram; olhares, cores, gestos, palavras, nomes. Ao que tudo indica, deparou-se com a alteridade necessária que lhe permitiu enxergar-se em outra versão, o que possibilitou sua aposta na criação de uma nova origem.

No consultório, Carlos pergunta por que a gente acaba se separando das pessoas que a gente gosta e por que a gente não esquece quem a gente quer esquecer. Com

essas questões, lançou a abertura para trabalhar a separação da mãe biológica que o deixou e viver a atualidade de uma proposta em ganhar um outro sobrenome. Fala da pressa que tem em voltar a estudar; quer escrever a história da sua vida

No mesmo abrigo temporário para adolescentes, Jane, 16 anos, vivia antes com a mãe. Esta quase não trabalhava. Era mais de distribuir panfletos e vender Avon. Provavelmente se prostituía. É o que todos diziam. Jane é a mais velha de três irmãos. Muito agressiva na escola e em casa. Tinha surtos de exigência: muito ciúmes dos irmãos e dos namorados da mãe. Na escola, foi encaminhada para encontros socializantes, “psicossociais” e ainda era atendida clinicamente numa instituição. Um dia, num desses encontros falou de um homem com quem estava se encontrando, um homem com a idade para ser seu pai. Seu relato foi interpretado como um pedido de ajuda, no sentido de livrar-se desse homem “abusador de menores” e ainda de impedi-la de cair na mesma condição de sua mãe, corpo objetalizado diante do gozo masculino. A suspeita foi de que Jane já estivesse se prostituindo, o que fez com que as técnicas que a escutavam fizessem uma denúncia “sigilosa” ao Conselho Tutelar. A mãe foi chamada e sua atitude foi considerada irresponsável diante do perigo que a filha corria, já que parecia preocupada por um lado, mas incentivadora, por outro. Por essa atitude e pelo fato de ter entrado em competição com as conselheiras que queriam ajudá-la, foi considerada uma mulher sem condições de ficar com seus filhos, já que sua atitude diante da figura masculina era de abertura ao perigo diante de possíveis abusos sexuais. Embora essa mulher tivesse uma casa organizada, com filhos frequentando a escola, passou a fugir dos Conselhos Tutelares, já que não concordava em afastar-se dos filhos. Mas perdeu a batalha e seus três filhos foram institucionalizados. Um pouco antes do Natal, como a idéia “solidária” da instituição de abrigagem era de que nenhum adolescente passasse as festas de fim de ano dentro de uma instituição, iniciou-se uma busca entre as tias para ver quem poderia acolhê-los no Natal. Jane fez um surto agressivo dentro do abrigo. As possibilidades de acalmá-la ficaram reduzidas a duas: o seu encaminhamento a uma internação psiquiátrica ou a sua devolução para a casa da mãe. Jane conseguiu seu objetivo. Passou o Natal com sua mãe, mulher que gostava de estar com os homens, sem temer estar na condição de objeto diante deles ou de fazê-los como tais. Certamente Jane pede ajuda, mas será preciso, antes de mais nada, escutá-la na sua singular versão feminina e respeitar sua relação filial, que supõe um saber à mãe em organizar a casa e cuidar dos estudos dos filhos. É só diante de uma certa valorização de sua herança que Jane poderá construir seu caminho como mulher e mãe de seus filhos.

O funcionamento institucional torna-se totalitário quando não pode considerar as respostas singulares. Assim como alguns espaços urbanos, o interinstitucional é também o lugar de engajamento social, onde se aprende a arte da convivência com todas as regras que ela supõe. Aquelas que tratam do que convém ou não nas relações com o social, determinando pactos de conveniência. Esta se encontra no lugar da lei

que heterogeneiza o campo social, exercendo a repressão do que não convém e promulgando as regras do social, num gerenciamento simbólico. Esta função da conveniência é regulada pela convivência com vizinhos, passageiros de ônibus, transeuntes, etc. Trata-se da construção das bordas necessárias entre a tirania da intimidade, no espaço privado e o vazio do anonimato no espaço público.

Fafá percorre o caminho entre três bairros, no espaço de um dia, desde que foi desabrigada. Pela manhã trabalha na zona sul, à tarde vai para a escola na zona norte e, à noite, retorna para casa, perto do centro. Nesse percurso, fez conhecidos: os cobradores, as vizinhas da escola, o porteiro da instituição onde tem atendimento psicológico. O abrigo, onde esteve por quase um ano, fica perto da escola. Passa por lá todos os dias, para rever as amigas do abrigo. Está morando com uma tia, mas a intimidade da casa é para ela uma ameaça, sente-se invadida. Seus vínculos são os do caminho, esses são viáveis para ela, meio conhecidos, meio anônimos. Espalhou sua história por vários lugares, fazendo com que muitos se interessassem em ajudá-la. A presença desses semiconhecidos que transitam no seu cotidiano possibilitam a ela a “boa convivência”, um movimento de equilíbrio que o coletivo tende a construir, quando já não representa o vazio do anonimato. A tendência do grupo é o da neutralidade social, isto é, ficam abolidas ao máximo as diferenças, há um movimento de uniformização dos comportamentos. A aparência, através do vestuário e das atitudes é o que possibilita aparentemente uma certa integridade simbólica. É através de determinados protótipos identificáveis que os transeuntes se tornam legíveis aos outros. Os adolescentes aprendem que é através desses estereótipos que o mundo adulto apóia o reconhecimento quanto à adequação ou não de quem transita. Aprende que as imagens, por mais enganadoras que possam ser, são as que determinam a inserção na vida coletiva. Tudo o que não se apresenta com a clareza de um estereótipo fica subtraído ao seu reconhecimento. E aí está a função simbólica importante: “Esta é sua face positiva, se ela (a conveniência) impõe a sua coerção, o faz em vista de um benefício simbólico que se há de adquirir ou preservar” (Mayol, 2000, p.51).

A saída de casa do adolescente cuja família não pôde exercer minimamente as funções parentais representa muitas vezes o encontro verdadeiro com uma possibilidade de construção imaginária. É num encontro dialético entre ser ou não adequado que o mundo simbólico pode fazer inaugurar a questão: “O que o Outro quer de mim?” Os limites espaciais e as regras de conveniência funcionam como delimitadores do corpo materno, numa diferenciação necessária, que permite ao adolescente não entrar em posições fóbicas. A função paterna, sustentadora do simbólico, acaba fazendo-se no convívio de grupos e lugares e no trânsito entre eles. O adolescente, dentro e fora de seu grupo de convivência aprende que há uma ordem de equivalência com o outro, no sentido de que aquilo que se recebe é proporcional àquilo que se dá. Além disso o costume determina o que cada qual pode pedir ou dar ao outro para melhorar a qualidade das relações. Estas, no âmbito social, são diferentes das de

amizade ou mesmo das amorosas. Elas interessam no efeito de reconhecimento e de consideração que podem obter do coletivo. É o momento do encontro com a dívida no sentido de “qual é meu valor aos olhos do outro?”

Por isso que perder tempo com o espaço ou perder espaço para sonhar no tempo faz parte da deambulação que permite a apropriação de segmentos de sentido ao longo de uma trajetória não planejada. Tornar a cidade um poema é refabricá-la para seu próprio consumo. No trabalho com os adolescentes é preciso “pagar o preço” dessa circulação necessária pelo espaço urbano, sem perder de vista os limites necessários para construir uma relação interessada e responsável. As instituições que se propõem a essa função de parentalidade estão no desafio de sustentar esta dialética presente em toda intenção educativa. No lugar de ser uma relação que apresenta ao adolescente o que ele deve ser, essa parentalidade pública deve oferecer a ele um lugar de reconhecimento.

Nas trajetórias que percorrem os adolescentes nas suas saídas e entradas cotidianas, há o aspecto formal dos caminhos que levam aos compromissos, como ir ao colégio, ao curso de informática, a visita aos parentes, a consulta médica e há o aspecto aleatório dos encontros que surgem e dos desvios provocados no espaço e no tempo. Os encontros que vão desde a vizinhança até o “matar” a aula para ficar com os colegas compõem os ensaios de um convívio comunitário e a aprendizagem da proximidade e a distância necessária para salvaguardar a vida privada. E é com relação a essa “boa distância” que os adolescentes viveram conflitos nas suas relações familiares. Para que, dentro das instituições de abrigo, possa se constituir essa “boa distância” é necessário também haver respeito, limite e reconhecimento pelo que é privado. Isso equivale ao adolescente poder apropriar-se de um canto seu com seus segredos, mistérios e mitos. Estruturar-se dentro de uma lei que organize sua vida é cuidar de sua inserção num contrato mútuo cujos pontos principais são a convivência e o reconhecimento.

A apropriação de uma territorialidade, que conjuga espaço e tempo, é a trajetória das tentativas de tornar singular o espaço público ou de coletivizar o que foi, durante muito tempo, restrito ao plano privado. Nessa relação entre o privado e o público, entre o íntimo e o desconhecido, há, por parte da maioria desses adolescentes institucionalizados, a experiência inversa do que é comum aos que possuem famílias mais estruturadas. É dentro de casa que, em muitos casos, se tem a vivência do mais desconhecido e anônimo, o mais invasivo, sem delimitação de funções e de lugares privados. Acaba que é freqüente ser na rua que o adolescente encontra as delimitações necessárias para experienciar intimidade com alguém e diferenciá-la do domínio coletivo. Nas famílias com sintomáticas de abusos e violências, o espaço privado está completamente desprotegido, sendo invadido freqüentemente. Essa invasão não é apenas intrafamiliar, mas também pela vizinhança e, muitas vezes, pelos próprios conselhos tutelares que acabam provocando rupturas em elos familiares que foram amarrados com muito custo na história de determinada família.

Voltando ao caso de Fafá: Quando entra no abrigo tem 15 anos. Sua fala é como uma descarga. Diz tudo e nada ao mesmo tempo num único tom. É um tom de criança que se queixa e não se consegue saber bem do quê. Os monitores levantam a hipótese de ela ter uma deficiência mental, mas se trata de uma fixação nesse lugar infantil, lugar de uma confusão subjetiva tão grande que quase não se consegue diferenciar nas suas frases quem é o sujeito, quem é o objeto. Sua aparência é de muito desleixo, seus cabelos curtos e seu gestual caracterizam mais a figura de um menino do que a de uma menina. Sua queixa é com as mulheres, fala de muitas delas. Os nomes e apelidos desfilam, sem que se possa saber quem é quem. A queixa é de que não a querem, a abandonam, a perseguem, a maltratam. A única história que tem algum nexa é a história da mãe, que morava com o padrasto, mas ficou doente de AIDS. Ela bebia e se drogava; batia em todos. A queixa é que não diziam para ela o que a mãe tinha, nem deixaram que ela a visitasse no dia em que morreu. Fafá briga com todas as meninas do abrigo, mas respeita o monitor Edu, um ex-brigadiano, corpulento e de cor negra, como ela. Ela justifica: “É porque ele diz o motivo do castigo, por isso eu obedeço.”

Um dia, chorou muito no abrigo, depois de chegar de visita aos tios. Contou que seu avô “emprestado” tinha morrido e ela se lembrou da mãe. Mas chorou mais é de raiva porque os colegas do abrigo disseram que ela tinha trazido Exu do cemitério. Ela me explica que é o demônio e começa a falar do medo que sente de fantasmas desde que a mãe morreu. Depois de algumas entrevistas, Fafá se queixa da tia, dizendo que ela lhe acusa da morte da mãe, por ter dado tanto trabalho a ela. Aí pude compreender que o demônio que ela trouxera do cemitério era ela mesma, que se sentia culpada pelo desaparecimento da mãe. Fafá foi encaminhada para a casa desta tia, casada com o irmão da mãe. Esta família só aceitou ficar com ela na condição de que o Conselho “arrumasse tratamento” para a menina, já que ela era intratável. E também porque a família poderia entrar num programa de apoio financeiro da prefeitura, já que Fafá tinha estado num abrigo. Condições que já determinavam o fracasso dessa filiação.

A diferença entre o fracasso e o sucesso da integração dos adolescentes em algum ambiente familiar é a mesma entre “arrumar um lugar para morar” ou “desejá-la como mais um membro da família”. Um contexto familiar não pode servir de albergue a não ser de forma muito provisória, pois logo a diferença entre estar ou não num laço filiatório mostra seus efeitos. A eficiência no cumprimento do dever, no sentido de esgotar sempre antes as chances de integração nas casas dos consangüíneos e, além disso, fazer com que o adolescente saia da abrigagem temporária o mais rápido possível tem, muitas vezes, ao contrário da intenção explícita de toda proteção à criança e ao adolescente, um efeito autoritário. As saídas encontradas, nesses casos, sustentam muito mais o automatismo e a intenção de continuidade do que a inclusão do sujeito.

Fafá foi desabrigada, pois agora “tinha retornado à família. Mas quem era a família para ela? A mãe, que bêbada, doente de AIDS e violenta com os filhos, tinha

ficado na sua lembrança como único modelo de mulher. Porque era totalitária, tornou-se a única e insubstituível para Fafá. Separar-se dela era ficar sem referências. O tamanho da falta que a mãe lhe fazia era o tamanho da sua agressividade em relação às mulheres que se aproximavam dela. Era preciso confrontar Fafá com sua tristeza para que ela fizesse o luto da mãe e pudesse ter substitutas. A assistente social do abrigo foi a que mais cumpriu essa tarefa, na sua persistência em não permitir a Fafá bater-se com as brigas que arrumava na casa da tia, com as drogas que experimentava na rua, com as noites que dormia na praça. Alba, a assistente social, empenhou-se em buscá-la onde estivesse, oferecendo sempre um determinado horário e lugar para conversarem, movimento necessário para remetê-la ao seu desejo. Depois de tantas tentativas de Fafá de que desistíssemos dela, como a mãe havia feito, acaba se dando conta de que Alba “não é a mãe”, portanto há algo novo na sua história, o que a implica em uma nova narrativa. Fafá pede para sair da casa desta tia e ir morar com uma irmã casada, que foi quem viveu com ela nos últimos anos na casa da mãe, enquanto ela estava doente. Era um sinal de que Fafá iniciava o luto da mãe.

O que significaria esse momento criativo que muda o sujeito de posição em relação à sua história? É a criação de um processo, não de uma solução acabada, mas da sustentação de uma busca que tem a abertura para reinventar e pode encontrar neste caminho quem reconheça o valor da invenção.

Ser autor da própria vida talvez seja o sonho de todo homem contemporâneo. Poder fabricar o enredo da própria história, escolher o cenário e colocar-se no lugar do herói, romântico ou terrorífico, não importa, mas o personagem principal. Talvez seja essa a direção na qual se desenrolam as narrativas das vidas destes jovens, cujo cenário mais freqüente é o espaço urbano e o interior/exterior das instituições. Embora a busca, nesta mistura entre realidade e ficção, seja a de recortar algum lugar de reconhecimento no coletivo, a diferença é de que algumas narrativas são, mais do que outras, resultados de verdadeira autoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARIÉS, Philippe. *A História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BENJAMIN, Walter. *A Criança, o Brinquedo e a Educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- _____. Experiência e Pobreza. In *Obras Escolhidas*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. 1.
- _____. O Narrador. In *Obras Escolhidas*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. 1.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1 e 2.
- JULIEN, Philippe. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2000.
- KEHL, Maria Rita. *Função Fraternal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- _____. Lugares do feminino e do masculino na família. In: COMPARATO & MONTEIRO. *A Criança na Contemporaneidade e a Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. v. 1.

■ TEXTOS

- _____. *Deslocamento do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- LACAN, Jacques. *O Seminário*. Livro 1. Os Escritos Técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. *Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- MAYOL, Pierre. “Morar” – A Conveniência. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 2.
- MEES, Lúcia Alves. *Abuso Sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.
- RASSIAL, Jean Jacques. *A Passagem Adolescente*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- _____. *O sujeito em estado limite*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2000.
- _____. *O Adolescente e o Psicanalista*. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 1999.
- SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Roberto da. *Os filhos do Governo*. São Paulo: Ática, 1998.

**RECORDAR,
REPETIR,
ELABORAR**

A NOÇÃO DO TEMPO EM PSICOPATOLOGIA*

E. Minkowski**

O ensaio de E. Minkowski é um dos textos clássicos da história da psicopatologia. Algumas idéias aqui apresentadas estão presentes no ensaio de Roger Caillois, “O Mimetismo e a psicastenia legendária”, que, como sabemos, inspirou Jacques Lacan na construção de seu argumento sobre a etapa do espelho. Minkowski revela-nos a potência de um pensamento sobre a clínica, pois, ao discorrer sobre algumas categorias psiquiátricas, não perde de vista a problematização desses diagnósticos. Seu texto funciona como uma espécie de sintonia fina, estabelecendo diferenças onde atualmente, no campo das abordagens diagnósticas psiquiátricas, cada vez mais se buscam categorias tão genéricas que impossibilitam o encontro do singular. Recuperar este texto tem, portanto, a função de problematizar a direção que o discurso de uma certa psicopatologia tem dado em nosso tempo. É surpreendente e recompensador poder perceber a riqueza de reflexão que uma abordagem rigorosa da psicopatologia nos abre. São inúmeros os exemplos clínicos que Minkowski apresenta, mostrando os tempos diferentes do sofrimento psíquico, permitindo, inclusive, que um exame detalhado dos pacientes em suas vivências subjetivas do tempo e do espaço possam abrir caminhos para um rico debate sobre as categorias/lentes utilizadas para compreendê-los.

* Conferência feita no *Institut de Psychiatrie et de Prophylaxie Mentale*, em 26 de abril de 1929.

** Traduzido por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS).

Prezados Senhores:

Aqueles de vocês que trabalham em psiquiatria certamente já experimentaram, mais de uma vez, um sentimento particular de mal-estar quando, após ter examinado a fundo um paciente, tentavam precisar, descrever o que haviam visto. Esse sentimento provém do fato de que as noções que a psicopatologia corrente coloca à nossa disposição não servem para traduzir senão uma ínfima parte dos gestos, das falas, de todo o modo de ser do paciente. É claro que, quando se trata de redigir um certificado de internação ou de ensinar os elementos da psiquiatria ao médico clínico, bastam amplamente as alucinações, as idéias delirantes, os impulsos, as reações anti-sociais, a agitação, a depressão. O mesmo não acontece quando, na qualidade de psicólogos, tentamos compreender o fundo mental que condiciona todos os distúrbios que acabo de citar e que já são muito complexos devido à sua natureza. Nesse caso, nós nos sentimos freqüentemente desprovidos de noções apropriadas, o que origina o desejo de ampliar as concepções e até mesmo de considerar os problemas mentais sob um ângulo bem diferente daquele com o qual estamos habituados. Esse desejo, evidentemente, tem algo de revolucionário. Isso, entretanto, não deve nos fazer recuar. Aliás, ele não é tão revolucionário quanto parece, pois, no fundo, apenas buscamos o que buscaram desde sempre nossos predecessores, isto é, compreender melhor o encaideamento dos fenômenos que compõem as diversas formas da alienação mental. Por essa razão, creio que, às vezes, é útil falar de noções que são muito novas ainda, que são inacabadas, que talvez sejam até mesmo falsas, mas que são suscetíveis de estimular nosso pensamento e nossas pesquisas.

Assim, quando M. Toulouse me propôs fazer uma conferência aqui, escolhi um tema que me é particularmente caro: a noção do tempo em psicologia e em psicopatologia. Ao escolher esse tema, sou obrigado a me afastar em parte do programa destas conferências, organizadas, sobretudo, para apresentar as pesquisas feitas nos laboratórios, assim como as aplicações das ciências biológicas em psiquiatria. Falarei muito pouco de pesquisas experimentais, menos ainda de biologia. Porém, conhecendo o interesse que M. Toulouse dedica a todo esforço científico de seus colaboradores, creio que nem ele, nem os senhores me recriminarão por isso. Estou, de resto, convencido de que as noções que vamos estudar hoje terão, mais cedo ou mais tarde, influência tanto sobre a psicologia experimental quanto sobre as ciências biológicas.

O problema do tempo está atualmente na ordem do dia. Quase não é necessário lembrar, desse ponto de vista, as apaixonadas discussões suscitadas no mundo dos físicos e dos filósofos pelas teorias de Einstein. Mas trata-se, nesse caso, de uma concepção muito abstrata do tempo, e não vamos nos ocupar dela aqui, já que tomamos, ao contrário, como ponto de partida os dados imediatos da consciência antes de tudo. Mais próximas de nossa área são as pesquisas em fisiologia nervosa, nas quais o tem-

po começa a desempenhar um papel cada vez maior. Basta lembrar as modificações sofridas pela localização cerebral, de ordem puramente espacial no início, sob a influência do estudo do aspecto temporal das diversas funções. Lembro-lhes também, e sobretudo, as pesquisas de M. Bourguignon sobre a cronaxia, as quais modificaram profundamente as concepções da fisiologia e da patologia nervosa. É com prazer que cito, a esse propósito, um trabalho recente publicado por Mayer-Gross e Stein¹ e consagrado ao estudo dos problemas da percepção; nele, um amplo espaço é dado às pesquisas de M. Bourguignon, e vemos que toda uma série de fenômenos no campo sensorial, até então considerados unicamente como fenômenos subjetivos, deixam-se agora reduzir muito bem a dados fisiológicos, graças, justamente, às pesquisas de M. Bourguignon. Mas isso ainda é fisiologia; no entanto, é da psicologia e da psicopatologia do tempo que eu gostaria de lhes falar hoje.

Desse ponto de vista, é muito importante ter em mente que, em psicologia, o fenômeno do tempo apresenta-se sob diferentes aspectos. É preciso, então, primeiramente diferenciar esses diversos aspectos, e é a isso que consagrarei a primeira parte de minha conferência; na segunda parte, falarei de algumas aplicações das idéias bergsonianas à psicopatologia do tempo.

Como abordar o problema do tempo? Voltamo-nos, inicialmente, a uma noção clínica corrente, a da desorientação no tempo. Perguntamos a nossos pacientes em que dia estamos, desde quando estão internados, qual a data de nascimento, as datas de outros acontecimentos importantes de suas vidas e, se não conseguirem responder de uma maneira correta, dizemos que estão desorientados no tempo. Porém, a questão que surge, primeiramente, é saber qual é, no fundo, a função que examinamos a partir dessas questões e, em segundo lugar, se realmente esgotamos desse modo o fenômeno do tempo. Para responder a essa questão, acredito que o melhor é analisar justamente os indivíduos que consideramos como estando desorientados no tempo e ver se neles encontramos manifestações relativas ao tempo. Cito aqui um exemplo que me parece particularmente demonstrativo e que é extraído da psicologia infantil. Quando meu filho tinha seis anos, eu tinha o hábito de acompanhá-lo todas as manhãs à escola; nós tomávamos juntos o café da manhã, depois eu fumava um cigarro, e partíamos em seguida para a escola. Um dia, tendo-me levantado mais tarde do que de hábito, digo a meu filho, tomando meu café: “Filhinho, te apressa, porque estamos atrasados”. Meu filho, sem a menor hesitação, me respondeu: “Papai, não podemos estar atrasados, tu ainda não fumaste teu cigarro”. É verdade que ele não estava orientado no

¹ W. Mayer-Gross und Johannes Stein. “Pathologie der Wahrnehmung” in *Handbuch der Geisteskrankheiten*, herausgegeben von O. Bumke.

tempo como nós estamos, mas ainda assim não estava totalmente desprovido da noção de tempo, pois registrou muito bem a sucessão cronológica de certos acontecimentos; em contrapartida, ainda não tinha a faculdade de correlacionar essas noções a uma idéia abstrata de um tempo objetivo, escoando-se independentemente desses acontecimentos.

Do mesmo modo, constatamos freqüentemente que os paralíticos gerais, no início, são capazes de nos contar, por ordem cronológica, o que fizeram durante a Guerra, mas não sabem mais nem quando a Guerra começou, nem quando terminou. Se voltarmos-nos, por outro lado, para os dementes senis, neles podemos igualmente observar particularidades muito interessantes desse ponto de vista. Citarei um único exemplo: trata-se de uma demente senil, com 78 anos, que, tendo sido internada na véspera, acredita estar no hospital há três ou quatro semanas, pretende ter visto recentemente sua avó, morta evidentemente há muito, não sabe mais sua idade, em suma, está totalmente desorientada no tempo. Pois bem, essa paciente, todas as manhãs, na hora da visita, lamenta-se e queixa-se; ela queixa-se de estar separada dos seus. Tomei nota de suas queixas, dia após dia, e lhes dou uma amostra: “Minha mãe (sua mãe também morreu) veio *todos estes dias*, mas *hoje* ela não veio; ela vinha *todos os dias*, acho que ela não veio *ontem*; mas ela vinha *sempre* trabalhar perto de mim. Até agora meus filhos *sempre* vinham dormir aqui, *agora* não vejo mais meus netos como os via *antes*. Quando penso nos meus, acho que faz *um século* que não os vejo. Se ao menos eu pudesse vê-los *duas ou três vezes por semana*, para poder me dizer que os vi *recentemente* e que os reverei *logo...*”. Por mais paradoxal que isso possa parecer, constatamos, no fundo, que o pensamento dessa paciente, totalmente desorientada no tempo, desenvolve-se, por assim dizer, unicamente no tempo. Ela não procura absolutamente, por exemplo, saber por que seus filhos não vêm vê-la; tampouco diz, como teria feito alguém com idéias de perseguição, que é por maldade que são impedidos de vir vê-la. Na realidade, o mesmo *leitmotiv*, o da separação, volta sob diversas variantes, sempre as mesmas, nas quais o agora e o antes são opostos um ao outro, e o todo se conclui pelo desejo de ver seus filhos de tempos em tempos, para poder se dizer que os viu recentemente e que os reverá em breve.

É verdade que a data de nascimento desempenha um papel muito importante em nossa vida social, mas ela está longe de poder esgotar o problema psicológico do tempo, assim como, aliás, qualquer outra data ou todas as datas tomadas em conjunto. O problema do tempo está em outro lugar. No fundo, quando falamos de desorientação no tempo, temos unicamente em vista uma função de abstração e de memória. E, nessa função, o tempo é assimilado ao espaço, o que é confirmado, de resto, pela circunstância de que a desorientação no tempo se acompanha quase sempre de uma desorientação mais ou menos completa no espaço.

É muito natural, então, que psicólogos tenham tentado abordar o problema do tempo de uma maneira bem diferente. Cito aqui, em primeiro lugar, a obra de Pierre

Janet, que fez uma série de conferências sobre a evolução da noção do tempo e da memória no *Collège de France* em 1927 e 1928². Convém, precisar, inicialmente, o ângulo sob o qual Pierre Janet considera os fatos psicológicos. Para ele, o fato psicológico essencial não reside nem na percepção, menos ainda na sensação, nem na memória, nem na inteligência, nem no raciocínio, nem mesmo na consciência, mas, antes de tudo, no *ato* e na *conduta* do homem e dos seres vivos. Ao mesmo tempo, Janet aplica o ponto de vista *genético*, isto é, ele estuda a evolução desses atos de suas origens mais humildes até as formas mais elevadas. Nessas condições, a psicologia do tempo somente pode ser o estudo da *evolução das condutas temporais*. Sob esse ponto de vista, Janet, mais uma vez, vê o fato essencial no fenômeno da *duração*. O ato primitivo, no fundo, não é organizado senão no espaço. A partir do momento em que o ser vivo encontrou o meio de se deslocar e de se mover, ele começou a lutar contra o espaço; aprendeu a vencer a distância. Mas esse ato primitivo ainda não tem nenhuma organização no tempo. É uma agitação psicomotora que se esgota num único jorro; aliás, encontramos em psicopatologia agitações psicomotoras dessa ordem: são certos atos de epiléticos, as passagens ao ato melancólicas, os impulsos. Somente aos poucos o ato começa a se organizar no tempo e, aí, o primeiro esforço a despender, a primeira conduta a estabelecer é aquela da *continuidade*; é necessário aprender a continuar, a perpetuar o ato, a dar-lhe, em suma, uma certa *duração*. Quase ao mesmo tempo, estabelecem-se as condutas de começo e de término, que servem para facilitar a partida no início e a parada no final do ato começado, as quais, como descreve Janet, culminam em seguida em formas muito complexas. Exemplo disso são as frases que pronuncia o Presidente no início e no final de uma sessão – “A sessão está aberta”, “A sessão está encerrada” –, frases que, no fundo, nada têm a ver com o assunto que será tratado no decorrer da sessão e que só servem para marcar e facilitar o início e o fim de uma ação coletiva.

Ressalto, nessa concepção de Janet – e isso é um ponto muito importante – que a memória que se considera habitualmente, quando se trata da gênese da noção do tempo, como a função mais essencial e a mais elementar, é colocada em segundo plano. Aliás, em Janet, a memória apresenta-se, conforme o ângulo adotado, não como lembrança, nem como hábito, mas antes de tudo como *ato diferido*, isto é, como um ato preparado cuja execução é, por uma razão ou outra, adiada. E, servindo-me de uma expressão um tanto paradoxal, eu diria que esta é, antes de tudo, uma *memória prospectiva*, pois voltada para o futuro, e não uma memória retrospectiva voltada para o passado, como geralmente consideramos. Desse ponto de vista, o presente, que é

² Pierre Janet. «L'évolution de la mémoire et de la notion du temps». A. Chahine, Paris.

considerado como uma noção corrente e primitiva, torna-se, em Janet, uma conduta igualmente muito complexa: é um ato que se desenvolve progressivamente e que constitui uma das partes da função do real. Ele pode, aliás, vir a faltar e determina, então, a ilusão do “*déjà vu*”. Segundo Janet, esse problema particular não repousa numa vaga semelhança do fenômeno presente com um fenômeno passado real e não passa de uma mera conseqüência do fato de que o ato de presentificação não se faz mais de uma maneira correta, de modo que o acontecimento que se produz no presente é rejeitado para um passado mais ou menos vago e distante.

Examinemos agora mais de perto o fenômeno da duração. No fundo, é um fenômeno corrente, muito fácil de realizar; basta marcar um começo e um fim, e temos imediatamente o fenômeno da duração diante dos olhos. Esse fenômeno tem, aliás, uma propriedade muito interessante: ele é *mesurável* e, por isso, acessível às pesquisas experimentais. Pesquisas desse gênero foram feitas em diversas ocasiões. Ressalto a tese de Bouchard, publicada em 1926³. Os resultados obtidos não são, de resto, muito concludentes; é que, já no indivíduo normal, as oscilações na apreciação da duração são tão grandes que é difícil aplicar esses dados à psicopatologia. Mais interessantes são, desse ponto de vista, as modificações da apreciação da duração que se produzem em certos estados de embriaguez, mais particularmente na embriaguez pelo haxixe, já descritos por Moreau de Tours. Nesses estados, a avaliação da duração é perturbada, pois os indivíduos, uma vez passada essa embriaguez, que, às vezes, durou apenas dez minutos, falam de uma duração de uma centena de anos. Em outros casos, vemos o inverso: por exemplo, na embriaguez provocada pela mesalina, alcalóide do peiote, tem-se, ao contrário, a impressão de uma velocidade extrema; o indivíduo é levado com o agora rumo ao futuro, é uma fuga desvairada no tempo, por assim dizer. Mas esses fenômenos são freqüentemente acompanhados, nessas condições, de macro e de micropsia, de distúrbios da apreciação das distâncias, de sinestésias, de um aumento ou de uma diminuição da luminosidade dos objetos percebidos; enfim, com freqüência, de um sentimento de fusão extraordinária com os objetos ambientes, de modo que se trata provavelmente de uma perturbação muito profunda da noção do eu, da qual os distúrbios da avaliação da duração não passam de uma das manifestações.

E agora, para aprofundar o problema da duração, elevemo-nos, por assim dizer, acima do experimentador e do paciente em teste e examinemos mais de perto os fatos. Vemos que, acerca da duração, o experimentador e o paciente têm atitudes bastante diferentes. Lembro que um dos meios mais simples para estudar a avaliação do

³ R. Bouchard, “Sur l'évaluation du temps nas certains troubles mentaux”. Vigot frères, Paris, 1926.

tempo é a prova do minuto, que consiste em marcar um começo e pedir ao sujeito que diga quando, segundo ele, o minuto tiver passado (evidentemente, ele está sem relógio). O que faz o experimentador? Fica apenas olhando seu relógio. O que faz, em compensação, o paciente? Ele tem, em si, um sentimento de escoamento do tempo, um sentimento de penetração de estados internos mais ou menos distintos e, em seguida, tenta estabelecer uma relação entre esse sentimento interno de escoamento do tempo e a medida do tempo (o minuto), adquirida pela experiência. Se abstrairmos agora essa última parte do ato do paciente, aproximar-nos-emos cada vez mais do que Bergson chamou de “duração vivenciada”, que é justamente esse sentimento interno de escoamento do tempo, esse sentimento primitivo de interpenetração dos estados de consciência, que não se deixa mais dividir, que não se deixa mais medir, que forma um todo indivisível, que forma a tela de fundo de nossa vida.

Para esclarecer meu pensamento, darei mais um exemplo: se eu decidir ir à praça *Concorde* para ver o Obelisco e, se executar esse ato, vou percorrer evidentemente um certo número de quilômetros que me separam da praça; caminharei com uma certa velocidade, poderei medir o tempo que empregarei para ir até o Obelisco e o exprimirei em horas e minutos. Mas isso é tudo? E se eu parar na metade do caminho, terei atingido a metade do objetivo? Não, nada disso, pois, no fundo, durante o ato em execução, há algo mais; acima dos quilômetros que percorro, acima do número de minutos que gasto para fazê-lo, estende-se, como um arco, o sentimento da ação em vias de execução. Esse sentimento, que em um todo reúne todas as partes sucessivas de que se compõe essa ação, não se deixa mais dividir, nem separar em fragmentos que se justapõem; ele forma um todo indivisível, do momento em que comecei o ato até o momento em que, por um sentimento particular de conclusão, tomar conhecimento do término do ato que estou executando.

Para resumir, podemos dizer que, fundamentalmente, em psicologia e em psicopatologia, o tempo apresenta-se sob três aspectos diferentes: há o tempo da física e da memória, é o *tempo assimilado ao espaço*, é o *tempo-espaço*; há o tempo no qual há *tempo e espaço*, é a duração mensurável; há, enfim, o tempo em que *não há senão tempo*, é a duração vivenciada de Bergson, é o *tempo-tempo*. Podemos também dizer que há o *tempo-quantidade*, o *tempo quantidade e qualidade* e, enfim, o *tempo-qualidade*.

Se, agora, vocês me perguntarem qual é, desses três tempos, aquele que tomo por ponto de partida de meus estudos, responderei: o *tempo-qualidade*. Evidentemente, há nessa escolha um fator de afinidade pessoal, pois, desde sempre, fui atraído pela obra de Bergson. Porém, além disso, creio que interessa, estudando o tempo, examiná-lo antes de tudo em sua pureza, por assim dizer, em toda sua originalidade e, sobretudo, em toda sua especificidade em relação ao espaço. Ao mesmo tempo, e aqui retorno à obra de Janet, antes de aplicarmos o método genético, isto é, a noção da evolução, como princípio explicativo, devemos dizer que, na própria idéia de evolução, já existe

tempo; por isso talvez seja preferível, quando se trata de estudar o tempo, tomar como ponto de partida o que chamamos de consciência do homem culto e adulto, sem nos preocuparmos se houve uma evolução anterior dessa consciência, e estudar como os diversos elementos de que se compõe o fenômeno do tempo nela se encadeiam.

Será então a duração vivenciada de Bergson que nos servirá de ponto de partida. Não preciso expor aqui a obra de Bergson; suas idéias já penetraram em todos os meios cultos e são suficientemente conhecidas. Lembrarei simplesmente que a intuição e a inteligência, a vida e a morte, a fluência e a imobilidade, o devir e o ser, o tempo vivido e o espaço, são os diversos aspectos dos dois princípios fundamentais que governam nossa vida e nossa atividade. Aliás, deixando pairar aqui o pensamento de Bergson, citarei duas ou três frases dele:

“Enquanto o instinto molda-se sobre as próprias formas da vida, a inteligência caracteriza-se, ao contrário, por uma incompreensão natural desta. A inteligência, tal como a natureza nos deu, tem por objeto principal o sólido desorganizado, ela não se representa claramente senão o descontínuo e o imóvel, e não está à vontade senão no inerte. Ela se comporta invariavelmente como se fosse fascinada pela contemplação da matéria inanimada, o porquê de seu espanto quando se volta para a vida e se encontra diante da organização. A inteligência rejeita toda criação, ela repugna o fluente e solidifica tudo que tocar. Concentrada no que se repete, unicamente preocupada em unir o mesmo ao mesmo, ela se desvia da visão do tempo, pois não pensamos o tempo real, nós o vivemos”.

Na vida, os dois princípios de que acabo de tratar formam, no fundo, um todo indivisível e harmonioso. A inteligência une-se à intuição, em busca de um objetivo comum, o devir desenvolve-se sem choques no ser, e o ser suporta sem ser reduzido a cinzas o contato do devir; foi necessária a intuição genial de um filósofo para separar esses dois princípios. Mas, em patologia, dá-se o mesmo? Nesse caso, é bem possível que fatores mórbidos venham a atingir de uma maneira eletiva os dois princípios de que falamos, e chegamos assim a supor a possibilidade de dois grandes grupos de distúrbios mentais: um deles caracterizado, antes de tudo, por uma falência da intuição e do tempo e por uma hipertrofia consecutiva da inteligência e dos critérios de ordem espacial, o outro no qual encontraríamos, no fundo, um estado de coisas diametralmente oposto ao primeiro.

O primeiro desses dois grupos deixa-se constituir sem muita dificuldade. Ele nos leva ao que chamamos de *pensamento espacial e racionalismo mórbido* no campo da esquizofrenia. Cito um exemplo que é particularmente demonstrativo para as duas séries de fatos, que andam juntos nesses casos e que são, na realidade, apenas dois aspectos do mesmo distúrbio essencial: por um lado, o doente sente-se à vontade e é atraído por tudo o que é espaço, fugindo e evitando, ao contrário, tudo o que é devir, tudo o que é tempo. Por exemplo, um de nossos pacientes nos dizia, quando lhe falávamos das flutuações que estava sofrendo naquele momento o câmbio do franco: “Isso

não me interessa absolutamente, há *movimento* demais nisso. Em compensação, acrescentava, leio com o maior interesse o projeto do *aumento* da estação *Gare de l'Est*". Do mesmo modo, ele declarava que dava pouca importância ao dinheiro porque, no fundo, o dinheiro não ocupa senão muito *pouco lugar*. Esse paciente apresentava, de resto, outros distúrbios, bem mais graves do que esses; durante muito tempo, ele se preocupava com o seguinte problema: qual é a diferença de impressão quando se colocam as mãos em bolsos retos ou em bolsos enviesados num casacão. Refletia longamente sobre isso e chegava à conclusão de que a diferença repousava, no fundo, sobre o fato de que, quando se colocam as mãos em bolsos retos, estabelece-se uma relação de paralelismo entre os braços e as pernas. Do mesmo modo, acontecia-lhe, às vezes, de ficar impressionado por uma mulher na rua. O que fazia então? Voltava para casa, sentava numa cadeira, tentava assumir uma posição o mais simétrica possível e refletia. Ele se perguntava por que, na verdade, a mulher produz uma impressão no homem. "Mas, dizia, eu procurava numa direção bem determinada, porque estou convencido de que tudo na vida, até as sensações sexuais, deixa-se reduzir à matemática; isso me leva a fórmulas matemáticas e geométricas; há geometria em nosso corpo e cabe perguntar, desse ponto de vista, se a forma perfeita para o corpo humano não seria a forma esférica", forma que, evidentemente, do ponto de vista espacial, realiza um grau elevado de simetria e de harmonia. Ele procurava igualmente imobilizar o tempo e, para isso, tentava intercalar um dia amortecedor, como dizia, entre o passado e o futuro, e durante esse dia não fazia nada, nem mesmo urinava durante 24 horas. Cito mais algumas frases extraídas de sua observação. Eis o que ele diz:

"Busco a imobilidade, tendo ao repouso e à imobilização; tenho também em mim a tendência a imobilizar a vida em torno de mim. A pedra é imóvel, a Terra, em compensação, gira, ela não me inspira nenhuma confiança. Dou importância somente à solidez; o trem passa sobre um aterro, o trem não existe para mim; quero somente construir o aterro. Trazer de volta minhas impressões de quinze anos atrás; fazer refluir o tempo, morrer com as mesmas impressões com as quais se nasceu, fazer movimentos em círculo para não se afastar da base, para não se desenraizar, eis o que eu desejaria".

Encontramos os mesmos fenômenos, apenas em escala menor, em indivíduos que beiram a normalidade. Essa é uma maneira de considerar as coisas que se deve conhecer. A esse propósito, lembro-me de um jovem paciente que viera me consultar devido a preocupações de ordem hipocondríaca, mas que, a par disso, tinha uma atitude bastante particular. Esse jovem tinha uma caderneta e nela registrava tudo; registrava seu peso e traçava uma curva; registrava o número de cigarros que fumava e traçava mais uma curva; sua caderneta estava cheia de curvas desse tipo. Quando foi o caso de mudar alguns maus hábitos, por exemplo, parar de fumar, ele estabeleceu um programa de antemão: diminuindo, digamos, dois cigarros por semana, ele chegara a dez, oito, seis e assim por diante. E, então, ele me dizia: "Na realidade, agora, eu poderia

parar de fumar, mas a curva que tenho aqui exige que eu continue da mesma maneira”, e fumava quatro, depois dois cigarros por semana e a curva continuava regular. De uma viagem, enviou-me um cartão postal; nele, mesmo sabendo que eu não tinha nenhum motivo para esperá-lo na estação, indicava-me exatamente a hora de partida do trem e a hora de sua chegada. Ele não conseguia, assim, subtrair-se à influência da cifra, nem àquela de critérios de ordem espacial. Paralelamente a isso, quando viajava, queixava-se de que o trem andava depressa demais, porque não conseguia registrar todas as estações diante das quais ele passava, nem todos os objetos que se encontravam no trajeto, o que lhe teria justamente permitido, em sua idéia, assimilar o movimento ao espaço e reduzi-lo a objetos que se podem justapor uns em relação aos outros. Um dia, queixava-se também de estar se sentindo muito bem quando, segundo seus cálculos, deveria estar cansado. “Não é lógico”, dizia. Na vida prática, é importante conhecer essas coisas, porque se pode dar uma certa direção a esses pacientes; não estou dizendo que se consegue lhes devolver a espontaneidade e a intuição que lhes faltam, mas ainda assim se pode corrigir muita coisa e impedi-los de afundar num racionalismo e num geometrismo mórbidos.

Acabo de falar de racionalismo mórbido, que consiste numa exageração das funções racionais em detrimento dos fatores intuitivos ou fatores do tempo. Citarei mais alguns exemplos disso. Um dia, uma paciente do Dr. Borel deixa cair sua sombrinha na rua. O que ela faz? Continua seu caminho, sem se preocupar com a sombrinha. Interrogada sobre as razões desse comportamento esquisito, ela responde: “Não me ocupo de futilidades”. É evidente que uma sombrinha significa muito pouco em relação a um sentimento religioso ou a um problema científico, mas na vida há lugar para tudo, e não nos causa incômodo o fato de que um acadêmico ou um arcebispo cuidem um pouco de sua toalete ou de seu guarda-chuva.

Em outros casos, esse racionalismo mórbido assume formas ainda mais graves. Lembra aqui o caso que descrevi com Rogues de Fursac, e que foi, se não me engano, o primeiro analisado desse ponto de vista. Esse paciente decidira que somente as coisas espirituais contavam na vida. Essa opinião é perfeitamente defensável, mas não podemos mais absolutamente concordar com nosso paciente quando, em nome desse princípio, ele acredita não poder mais cuidar de seu colmeal, ao qual consagrava antes seu lazer, devendo rotulá-lo agora como “trabalho manual ou material”. Do mesmo modo, quando é obrigado a fazer pequenos trabalhos no jardim para auxiliar seus pais, sente isso como um ataque aos seus princípios. O mesmo paciente, antes de sentar à mesa, estabelece de antemão os assuntos que devem ocupá-lo durante a refeição, para não perder seu tempo inutilmente, como diz; além disso, ele passa “no crivo de seus princípios”, cada palavra que deve pronunciar, para dizer apenas aquelas que podem ser interessantes e ter uma certa utilidade. Esse paciente era professor primário; e eis como nos descreve a maneira como se comportava em relação a seus alunos:

“Depois da Guerra, assumo meu cargo como determinista convicto e aplico a meus alunos, em razão de sua total irresponsabilidade, o princípio da indulgência absoluta. Mas as crianças não compreendem esse princípio liberal de doçura e, então, apaixonado por lógica, calo durante um ano minhas tendências idealistas, aplicando uma disciplina militar, que me parece um dever profissional e consiste na imposição de sanções severas”.

É evidente que bem depressa teve de abandonar seu cargo “por razões de saúde”. Esse paciente também nos fala da necessidade que sente de isolar-se; esse também é um sentimento que todos nós conhecemos, já que é no isolamento, na reflexão que encontramos a verdadeira fonte de todo esforço pessoal. Ele, porém, isola-se então de uma maneira absoluta; não lê mais nada para não ser perturbado em suas reflexões e foge do mundo. Não será surpresa tomarmos conhecimento de que esse isolamento culmina numa teoria filosófica que faz com que a alma humana decorra de uma ação dos ácidos sobre o cérebro, teoria que, evidentemente, não corresponde a nada e que está totalmente fora da realidade.

Também lembro um paciente descrito pelo Dr. Robin, que dava tiros de revólver em seu relógio para matar, como dizia, o tempo.

Acredito, aliás, que essa deficiência da intuição está na base de todas as manifestações de ordem esquizofrênica, como a ambivalência, por exemplo, que consiste em querer e em não querer ao mesmo tempo a mesma coisa. A ambivalência foi muitas vezes confundida com fenômenos de outra ordem. No entanto, trata-se de um fenômeno bem característico. No indivíduo normal, também há evidentemente na decisão pró ou contra, sim e não, mas, no final, esses dois fatores se interpenetram no tempo e, em um dado momento, tomamos uma decisão. Se não conseguimos tomar uma decisão precisa, hesitamos, duvidamos, e essa hesitação e essa dúvida podem até mesmo assumir proporções mórbidas. Mas nesse caso o indivíduo ainda assim consegue chegar a uma certa organização no tempo do sim e do não, pois nos fala justamente de hesitação e de dúvida; ele nos pergunta o que deve fazer, busca um conselho, quer sair dessa situação penosa. No esquizofrênico, não há nem mesmo hesitação; no fundo, o sim e o não se imobilizam no mesmo plano, isto é, não se organizam mais, não se interpenetram mais no tempo e, então, escutamos pacientes nos dizendo simultaneamente: quero e não quero, amo e não amo, etc.; os dois contrários permanecem presentes, um ao lado do outro, sem nenhuma organização, e a antítese manifesta-se como tal, tanto no pensamento quanto na atividade do sujeito.

Falei, até agora, do primeiro grupo de fenômenos psicopatológicos, caracterizado, como eu dizia no início, por uma hipertrofia dos fatores racionais e por uma falência dos fatores intuitivos. Deveríamos examinar agora o segundo grupo, em princípio, diametralmente oposto ao primeiro; mas esse grupo não se deixa constituir tão facilmente. Nele, encontramos muitas dificuldades: aliás, na realidade, isso é compreensível, pois, se podemos facilmente pensar que a razão é cercada, como se fosse uma

franja, de fatores intuitivos que tornam nosso pensamento e nossa atividade infinitamente flexíveis, infinitamente maleáveis, infinitamente humanos, e que a falência dessa franja leva ao racionalismo mórbido, é difícil se representar uma vida humana pecando por excesso de intuição. De resto, por que buscar por toda a natureza uma simetria absoluta? Isso não seria uma tendência, agora nossa, a cair no geometrismo mórbido?

As comparações são, no entanto, úteis, e assim fui levado, primeiramente, a comparar os esquizofrênicos com os pacientes que sofrem de enfraquecimento intelectual e, mais particularmente, com os paralíticos gerais. Tomei como ponto de partida um fenômeno corrente, o da orientação no espaço. Perguntamos a um paralítico geral: “Onde você está?”. Ele não sabe onde está, é incapaz de nomear o lugar em que se encontra, mas responde: “Estou aqui”. Poderia tratar-se de uma reação puramente verbal; logo, insistimos; o paciente parece contrariado; sua resposta lhe parece muito natural; “estou aqui”, repete, e mostra com o dedo o lugar em que está. O esquizofrênico, ao contrário, freqüentemente dirá: “eu sei onde estou, mas não me sinto no lugar em que me encontro, a expressão ‘eu existo’ não tem sentido preciso para mim”. Também aqui, vemos fatores de duas ordens diferentes intervindo em nossa orientação do espaço; um deles, de natureza dinâmica, relaciona-se mais com o tempo, é a noção do “eu-aqui-agora”, noção irreduzível e que forma, por assim dizer, um centro absoluto do mundo para o indivíduo que age; é em torno dessa noção fundamental que vêm se agrupar a seguir as imagens de ordem estática que nos permitem dizer, conforme as circunstâncias: atualmente, estou no Hospital Henri Rousselle, ou na França, ou na Europa. Do mesmo modo, quando se pergunta aos paralíticos gerais “De onde você vem?”, freqüentemente a resposta é a seguinte: “Venho de lá onde eu estava antes”. Também aqui, o arcabouço dinâmico da mudança de lugar é conservado, ao passo que os conhecimentos que vêm geralmente se agrupar em torno desse arcabouço desaparecem e fazem falta. Comparem essa atitude do paralítico geral com a do esquizofrênico – que foge do movimento, que é incapaz de assimilá-lo, que busca reduzir tudo ao espaço e a justapor as coisas – e vocês verão a enorme diferença que existe entre o comportamento desses dois doentes. Do mesmo modo, os esquizofrênicos – e, nesse caso, foram Dide e Guiraud⁴ que chamaram mais particularmente a atenção para essa circunstância – substituem com freqüência as preposições de natureza cronológica por termos de natureza topográfica como, por exemplo, “eu partirei na hora *onde* é preciso sair”, ou então, “fiquei muito sensível *onde* fiquei tentado há quatro dias pelo destino do defunto Homero”. Nos dementes senis, encontramos o oposto; dir-se-ia que eles tentam, ao contrário, se situar constantemente no tempo. Quando lhes perguntamos

⁴ Dide e Guiraud. «Psychiatrie du médecin praticien». Masson et Cie, Paris, 1922.

“Onde você está?”, eles não sabem nomear o lugar, mas respondem: “Estou aqui *desde hoje de manhã*, ou “estou aqui *esperando*”; assim, poder-se-ia dizer que neles sempre há um fator temporal que vem se somar a questões que, à primeira vista, não têm nada a ver com o tempo. Enfim, examinem as idéias delirantes, os projetos fantásticos dos paralíticos gerais. São projetos que se sucedem sem trégua nem fim. Um paralítico geral propõe-se a ir às corridas do hipódromo de Longchamp, depois, dará a volta ao mundo, em seguida, buscará a lua para colocá-la num copo, explodirá também todas as ilhas do oceano, em seguida, irá a Roma para pedir uma licença de casamento para todos os párocos e assim por diante; é um dinamismo desenfreado que, evidentemente, é estúpido, mas cujo arcabouço é constituído unicamente pela noção de sucessão imediata, noção evitada justamente pelo esquizofrênico, que, como já vimos, está ocupado em justapor as coisas no espaço.

Eu resumia, então, os resultados dessa comparação, dizendo que eram os elementos de ordem estática que faltavam aos paralíticos gerais, aos pacientes com enfraquecimento intelectual, ao passo que, nos esquizofrênicos – ao contrário – era o dinamismo vital que cedia inteiramente. Entretanto, convém formular aqui algumas objeções que fui obrigado a fazer a mim mesmo. Primeiramente, o fundo mental dos paralíticos gerais não é constituído simplesmente por uma perda de fatores racionais, mas pela perda da memória. Em seguida, em nossas comparações, recorremos a noções relativas ao tempo como “agora”, “antes e depois”, “estes dias”, “em breve”, “ultimamente”, que não se encontram exatamente no mesmo plano que o fenômeno fundamental da duração vivenciada de Bergson. Enfim, a clínica opõe à esquizofrenia, do ponto de vista do comportamento do indivíduo em relação ao ambiente, não o enfraquecimento intelectual, mas a loucura maníaco-depressiva.

Fui levado, assim, a estudar o aspecto temporal da loucura maníaco-depressiva. Para tanto, era necessário introduzir duas novas noções: *desdobramento no tempo* e *sincronismo vivenciado*.

Vocês conhecem o papel desempenhado, no diagnóstico diferencial da esquizofrenia e da loucura maníaco-depressiva, pela noção do contato vital com a realidade; o esquizofrênico excitado busca em si mesmo, por assim dizer, a fonte de sua excitação, ele não se dirige a ninguém, desinteressa-se da realidade, está dissociado, diz coisas incompreensíveis; o maníaco excitado, em contrapartida, permanece em contato permanente com o ambiente; responde a cada apelo que vem de fora. Era isso que levava Bleuler a dizer que o maníaco absorvia com avidez a realidade. Porém, suponhamos agora o indivíduo normal entre o esquizofrênico, de um lado, e o maníaco excitado, do outro. Poderemos dizer, e evidentemente diremos, que o esquizofrênico perde cada vez mais o contato com a realidade; mas poderemos dizer, de modo análogo, que o maníaco excitado tem mais contato com a realidade do que o indivíduo normal? Claro que não. Não vamos esquecer que não assistimos, no maníaco excitado, unicamente a uma atividade bem mais rápida do que a nossa, o que, em nossos dias

– quando medimos os progressos da civilização pela velocidade com a qual giram as hélices de nossos aviões –, constituiria certamente uma vantagem apreciável; não, no maníaco excitado, encontramos-nos em presença de uma atividade profundamente modificada, patológica, degradada. Devemos, então, nos perguntar: o que determina essa degradação? Creio que podemos responder a essa pergunta, do ponto de vista que nos interessa aqui, dizendo que o maníaco excitado perdeu a *função de desdobramento no tempo*, isto é, ele não consegue mais constituir *um presente*, não consegue mais constituir, em suas relações com a realidade ambiente, uma *duração*; por isso, quando Bleuler diz que ele absorve a realidade com avidez, eu gostaria de acrescentar: “sim, ele o faz, mas o faz com uma tal avidez que ela não penetra mais nele”. O que isso quer dizer?

De acordo com as concepções correntes, primeiro se reduz a noção do tempo a um *agora* muito estrito, fugidio e inapreensível, o qual deve, no entanto, reivindicar sozinho, de uma maneira exclusiva, o atributo de realidade e, depois, se correlaciona a esse agora, apelando para a memória, tudo o que parece minimamente ultrapassá-lo. Porém, se nos voltarmos aos dados imediatos da consciência, vemos que não é nada disso, pois o agora não intervém na realidade, senão em poucas coisas em nossa vida; no máximo, ele serve para marcar o começo ou o fim de uma ação (“agora”, “acabo de fazer”, “agora vou fazer”)⁵. Contudo, mesmo nesses casos, ele imerge em algo bem mais vasto, em um *presente* de contornos extensíveis, que vai de um presente mais ou menos limitado, além do hoje, até a época presente, capaz até de ultrapassar uma vida individual. Essa passagem constante do agora ao presente desempenha um papel muito importante em nossa vida e é, ao mesmo tempo, sumamente útil, já que constitui a base indispensável do contato vital com a realidade. Se tomarmos como fenômeno representativo desse contato a simpatia (no sentido etimológico da palavra), isto é, esse dom maravilhoso que possuímos de fazer nossa a alegria ou a dor do outro, de nos apropriarmos dela de um modo tão íntimo que essa apropriação se torne quase uma verdadeira fusão, se, além disso, examinarmos fenômenos tais como a contemplação, na qual também nos apropriamos da tonalidade afetiva do ambiente, não teremos dificuldade em ver que, nesses fenômenos, a duração tem um papel essencial; esses fenômenos não poderiam ser instantâneos.

Se voltarmos, agora, aos maníacos excitados, podemos dizer que eles realizam um contato com o ambiente *unicamente no agora*; neles, não há mais presente, e essa é a razão pela qual os maníacos respondem com essa rapidez a todos os apelos vindos de fora. Acredito, aliás, que podemos tornar mais clara essa maneira de ser do maníaco

⁵ Essas considerações inspiram-se, em parte, nos estudos de Damourette e Pichon sobre as origens inconscientes da linguagem.

excitado, estudando seu comportamento fora dos sinais clínicos habituais. Cito um exemplo: trata-se de uma paciente excitada. Entretanto, em um determinado momento, consigo fixar sua atenção, e ela fica mais calma; aproveito para indagar sobre seu passado; ela me responde de uma maneira coerente e me conta que seu marido deixou o norte da França há dez anos para instalar-se no sul, que o início foi difícil, mas que depois as coisas se arranjaram. “Ele está contente?”, perguntamos, e é evidente que o presente que empregamos assim visa à síntese de todos os esforços despendidos por seu marido no passado e do sentimento de satisfação que devia resultar disso em caso de sucesso. A paciente nos responde: “Quando? Neste momento? Não tenho idéia”, e opõe assim ao nosso presente um agora bem limitado. Poderia ser um jogo de palavras, e essa objeção me foi feita. Mas, naquele momento, a paciente estava calma. Aliás, mesmo que fosse um jogo de palavras, é preciso levar em conta que nem todos os jogos de palavras são iguais; cada um deles tem um certo arcabouço; aqui, teria sido um jogo de palavras temporal, já que, com uma facilidade extraordinária, nossa paciente opõe a nosso presente uma recusa. Essas respostas são encontradas com relativa freqüência nos maníacos excitados e, por isso, revelam, em minha opinião, uma particularidade de seu psiquismo.

Retomemos mais uma vez o sentimento de simpatia, sempre no sentido etimológico da palavra, e o fenômeno de contemplação; neles encontramos, além da duração, um outro caráter relativo ao tempo, é o sentimento de *sincronismo vivenciado*. Apropriando-nos de uma tonalidade afetiva estranha ao eu, sentimos que nos tornamos um só com o *devir ambiente*. Esse sincronismo vivenciado ultrapassa, de resto, os fenômenos de que acabo de falar; ele é uma das coisas mais essenciais da vida em geral, pois visa à certeza de que o mesmo devir nos envolve tanto quanto envolve o resto do mundo, que somos solidários desse devir, que o somos não somente no espaço, mas também no que concerne à sua evolução e a seu progresso no tempo.

O alcance desse sentimento de sincronismo vivenciado torna-se claro, sobretudo, se considerarmos os fenômenos que traduzem sua falência. Desse ponto de vista, conhecemos um fenômeno particularmente demonstrativo, o *sentimento de envelhecer*. Esse sentimento não deve, em nenhum caso, ser confundido com o cálculo que às vezes fazemos, dizendo que, tendo esta ou aquela idade, e que sendo a média da vida humana de tantos anos, resta-nos ainda tanto tempo a viver; tampouco é idêntico ao quadro psicoorgânico da velhice, ao qual chegamos empiricamente, e que se compõe de cabelos grisalhos, de mudança de caráter, de rugas, etc. Na realidade, ele é bem mais primitivo do que esse cálculo e do que esse quadro: ele penetra em nós em uma certa época de nossa vida; sabemos, então, o que quer dizer “envelhecer”. Sentimos, então, descompassados em relação ao devir ambiente, pois, enquanto este continua a avançar, a progredir, nós, ao contrário, sentimos a proximidade do fim. No espaço, evidentemente, afastar-se do começo e aproximar-se do fim é, no fundo, a mesma coisa. Mas no tempo é bem diferente. Na vida, quando somos jovens e cheios

de força e projetos, temos apenas o sentimento de que nos afastamos do começo, nos desenvolvemos, progredimos com o mundo; o sentimento de envelhecer, ao contrário, é determinado pelo descompasso em relação ao tempo e pela impressão penosa da aproximação do fim, ao passo que o devir ambiente continua sua caminhada triunfal para frente.

Esse mesmo sentimento de descompasso encontra-se, em psicopatologia, na base dos estados de depressão melancólica; essa questão foi estudada detalhadamente pelo Dr. Straus, de Berlim, e eu mesmo também tentei analisar o psiquismo desses pacientes desse ponto de vista⁶. Não posso me deter muito nessa questão, mas, se examinarmos o delírio melancólico clássico, vemos sem dificuldade que nele tudo se passa no tempo. Dir-se-ia que o tempo fica suspenso. O passado encontra-se imobilizado sob forma de idéias delirantes de culpabilidade; o futuro é riscado pela expectativa de um castigo atroz; o presente atual é negado sob a forma de idéias de ruína e de negação. Esse é um quadro do tempo bem diferente do nosso, já que nosso impulso vital nos faz sempre avançar para frente e nos leva, em nossos projetos, para além da própria morte. Se compararmos, desse ponto de vista, a estrutura do delírio melancólico com a da síndrome de automatismo mental de De Clérambault, constatamos imediatamente a diferença enorme que existe entre elas; nesta, contrariamente ao delírio melancólico, tudo se passa no espaço; o pensamento é repetido, é roubado, vai e vem, o paciente se diz influenciado à distância, etc.

Consegui dar-me conta dessa suspensão particular no tempo que se produz nos deprimidos melancólicos de uma maneira particularmente surpreendente quando, mais jovem, tive a oportunidade de conviver com um paciente e de passar dias inteiros com ele. Esse paciente tinha um delírio muito complexo, mas, entre outros, ele tinha a idéia de que seria martirizado e executado incessantemente. Eu tentava tranquilizá-lo, dizendo-lhe que nada disso aconteceria; ele respondia: “Vamos ver”. Ao final do primeiro dia, eu lhe dizia: “Viu, você continua vivo”. “Sim, objetava, mas será amanhã”. Depois de três ou quatro dias, eu sabia o que esperar: eu tinha tirado uma conclusão daquela experiência, sabia que nada do que eu lhe dissesse serviria; ele, ao contrário, mantinha sua maneira de ver e me repetia sempre: “Sim, está certo, até agora você teve razão, mas quem me prova que amanhã continuará tendo?” E, realmente, como prová-lo? Seu tempo é um tempo suspenso, fragmentado, muito diferente do nosso, e não há mais meios de se entender com ele.

⁶ E. Minkowski. «Etude psychologique et analyse phénoménologique d'un cas de mélancolie schizophrénique». *Journal de Psychologie*, juin 1923.

O mesmo sentimento de descompasso em relação ao devir ambiente encontra-se, sob uma forma um pouco particular, na base de certos distúrbios que se produzem em melancolias pré-senis. Nesse caso, o sentimento parece concretizar-se e determinar, assim, o ângulo sob o qual esses pacientes interpretam os acontecimentos da vida ambiente. Assim, alegam ter a impressão de que todos em torno deles se preparam para partir, para se mudar, para tomar o trem, que eles ficam sozinhos, que a casa onde se encontram está inteiramente vazia, evacuada; do mesmo modo, com freqüência, assim que terminam a refeição do meio-dia, já se preocupam com a da noite, temendo não estar lá há tempo quando o jantar for servido; enfim, às vezes, acreditam que é mais tarde na casa dos outros do que na sua e parecem concretizar, assim, de uma maneira muito clara, o sentimento de descompasso que carregam dentro de si. Desse modo, eles constituem o que propus chamar, com M. Tison, de “síndrome centrífuga”⁷.

Ainda estamos longe de ter esgotado o problema de tempo; expus aqui apenas uma parte desse problema. Nada foi dito, por exemplo, nem sobre o modo como se constituía, na vida, a noção do passado, nem a do futuro, e, no entanto, são fatores essenciais do fenômeno do tempo. Mas, agora, entrevemos toda a complexidade do problema, pois não se trata mais nem do passado, nem do futuro, tais como apresentados por nossa razão espacializante, que os situa lado a lado numa linha reta. O que foi dito acima já mostra que temos, do ponto de vista qualitativo, ao menos dois tipos de passado: o passado imediato, (ou o passado do presente) e o passado longínquo. Esses dois passados são bem diferentes, assim como nossas atitudes em relação a eles, e é de se supor que as funções mentais que lhes dizem respeito também sejam diferentes nos dois casos.

Lembro aqui que o falecido Mignard entrevira muito bem esse ângulo do problema, falando, por um lado, do passado imediato no sentido bergsoniano da palavra e, por outro, da “massa do esquecido”, como ele dizia, para designar o passado longínquo.

Da mesma maneira, o futuro não é unicamente o futuro de nossas previsões, é também o futuro vivenciado, o futuro de nossa atividade, o futuro de nossos desejos, o futuro de nossas esperanças, até mesmo o futuro de nossa fé num futuro melhor, isto é, o futuro de nosso Ideal. Mas, aqui, creio que começo a entrar num caminho perigoso, que leva à filosofia. Pessoalmente, não temo esse caminho, pois estou persuadido de que toda filosofia verdadeira é rica em ensinamento psicológico, assim como toda psicologia deve dar um amplo espaço aos problemas filosóficos. Mas não quero chocar aqui os espíritos positivos demais.

⁷ E. Minkowski e M. Tison. «Essai sur la structure des états de dépression presbyphrénique». *Journal de Psychologie*, octobre, 1928.

■ RECORDAR, REPETIR, ELABORAR

O que eu disse pode parecer esquemático e fragmentário, e o é; mas eu comecei declarando que as noções que eu queria estudar hoje eram noções muito novas, inacabadas, talvez até falsas; acrescentei, entretanto, que elas podiam estimular nosso pensamento e nossas pesquisas. Espero tê-los convencido disso. E se, um dia ou outro, ao estudar seus pacientes, vocês trouxerem dados novos sobre esse problema, certamente contribuirão para o avanço desse novo ramo de nosso saber que, creio, está se constituindo e que receberá um dia, como merece, o nome de “cronologia”, no sentido próprio e verdadeiro da palavra.

ENTREVISTA

OS NÓS ADOLESCENTES*

Eric Bidaud**

Jean Jacques Rassial***

Olivier Douville****

Agosto/2002, Porto Alegre. Intervalo de almoço do Colóquio “Adolescência e construção de fronteiras”. Em volta da mesa, após algumas taças de vinho ou de caipirinha, a discussão gira solta. O sol radiante de verão em pleno inverno, a confusão de línguas e as diferenças de apetite atualizavam as fronteiras. A ocasião era propícia para convidar nossos hóspedes – integrantes da equipe do Le Bachelier – a falar sobre seus avanços em relação à psicanálise da adolescência.

Bem que o gravador resistiu mas acabou curvando-se à nossa vontade de que a entrevista se tornasse pública. Como resultado, temos uma excelente síntese do estado atual da questão adolescência, e os impasses teórico-clínicos que restam a resolver: Como se termina a adolescência? Quais os efeitos do encontro com o enigma do Outro sexo? A clínica com adolescentes pode nos ajudar a pensar a relação entre história e estrutura? Haveria uma clivagem do imaginário específica à adolescência? Qual é o tempo em causa e o que faz sintoma na adolescência?

A todos os interessados nessas questões temos aqui algumas preciosas indicações de por onde prosseguir o trabalho. Boa leitura!

Maria Cristina Poli Felippi

* Tradução de Patrícia Chittoni Ramos.

** Jean-Jacques Rassial – Psicanalista (Fr.), membro do *Le Bachelier* – Instituto de Psicanálise da Adolescência, Doutor em Psicopatologia clínica/Universidade de Provence (Fr.). Autor de vários livros sobre o tema da adolescência, dentre eles: *A passagem adolescente – da família ao laço social*, Porto Alegre, ed. Artes e Ofícios, 1997; *O adolescente e o psicanalista*, RJ., ed. Cia. de Freud, 1999; e *O sujeito em estado limite*, RJ., ed. Cia de Freud, 2000. E-mail: jrassial@wanadoo.fr

*** Eric Bidaud – Psicanalista (Fr.), membro do *Le Bachelier* – Instituto de Psicanálise da Adolescência, Mestre de Conferência na Universidade Paris 13. E-mail: eric.bidaud@wanadoo.fr

**** Olivier Douville – Psicanalista (Fr.), membro do *Le Bachelier* – Instituto de Psicanálise da Adolescência, Mestre de Conferência em Psicologia clínica na Universidade Paris 10 e Paris 7. Diretor de publicação de *Psychologie Clinique*. E-mail: douvilleolivier@noos.fr

ENTREVISTA

APPOA: *O que apontaria, na visão de vocês, o marco de final, se é que há um, da adolescência?*

JEAN-JACQUES RASSIAL: Na maioria das vezes, a adolescência acaba mal. Porque, na maior parte do tempo, um adolescente se torna um adulto comum. Portanto, a questão que se pode realmente levantar é: será que a psicanálise, por exemplo, ou uma intervenção qualquer, vai permitir que essa adolescência se termine de outro modo que não pela produção desse adulto comum que, conforme sabemos, é uma figura cada vez menos simpática?

APPOA: *Sabe-se que o conceito adolescência nem sempre é bem recebido na psicanálise. (Rassial desenvolveu a noção de sujeito em estado-limite no seu último livro, “O sujeito em estado-limite” como uma maneira de falar desta crise adolescente com conceitos psicanalíticos.) Eu gostaria de saber se o senhor está de acordo e se pode desenvolver um pouco esse tema.*

RASSIAL: Creio que a noção de estado-limite, efetivamente, pode ser alçada a um conceito – acredito que isso seja hoje cada vez mais aceito – basta considerar que não se trata de uma operação de adaptação imaginária do eu, mas que é uma operação que tem repercussões simbólicas e reais propriamente falando. No que diz respeito à idéia de sujeito em estado-limite, a articulação que eu faria seria considerar que a adolescência é um estado-limite comum. Quer dizer, é um momento em que o sintoma ainda não está constituído, firmado, e é um momento de elaboração desse sintoma em suas novas qualidades em relação ao que se poderia chamar mais de criança-sintoma, no sentido de Maud Mannoni, do que de sintoma da criança. Suas qualidades, nesse momento, tornam-se qualidades não mais de laços com as imagens parentais, mas qualidades, propriamente falando, de laços com o enigma do Outro sexo, isto é, de entrada no sexual com sua vertente fundamentalmente traumática, e de laços com o social no sentido em que temos um conceito metapsicológico para falar do social, o de cultura tal como elaborado por Freud. Creio que, aí, há um ponto de articulação possível. Agora, não tenho certeza de que a questão da adolescência possa ser totalmente integrada ou compreendida pela noção de limite. Acredito que existem muitas outras dimensões da operação adolescente além dessa, que está inclusa, mas que não é exclusiva.

OLIVIER DOUVILLE: Quanto a mim, vou retomar as coisas de um modo um pouco diferente. E talvez partir dessa questão de estado-limite. Há, efetivamente, uma possível confusão. Quando trabalho no hospital e vejo relatórios de psicólogos ou de psiquiatras que, para falarem de um sujeito, falam de estado-limite, é porque eles têm, no fundo, dificuldade para falar de modo estrutural da psicose. Em certos momentos, a noção de estado-limite passou a ser um verdadeiro “saco de gatos”, isto é, a partir do

momento em que não se sabia falar da psicopatologia de um sujeito, falava-se de estado-limite. Então, quando se trata de estado-limite, é algo diferente de uma indecisão diagnóstica. Trata-se de uma construção subjetiva, na adolescência, de uma nova relação com a alteridade. Ou seja, de uma nova relação com o real do sexo e com o real da morte. Muito provavelmente porque a adolescência é o momento em que o sujeito deve decidir sobre sua origem de outro modo que não pelas teorias sexuais infantis e pelo romance familiar. Ele deve decidir sobre sua origem de outra maneira. E decidir sobre sua origem de outra maneira é encontrar uma solução quanto a *ele* ou *ela*, o que inclui que ele é o produto não apenas de uma manifestação pulsional – geralmente era isso o que diziam as teorias sexuais infantis, a criança é um corpo produzido por uma descarga pulsional –, mas que pode se perguntar de que desejo ele é produzido. O que significa dizer que a adolescência é o momento em que a sexualidade se recobre de enigmas. A sexualidade não é enigmática, o desejo é que o é. Não há nada menos enigmático do que a sexualidade. Então, é efetivamente nesse momento que o adolescente é confrontado com o enigma do desejo. E ele não estanca, quer dizer, ele não soluciona esse confronto pela repetição da fantasia infantil. Isto é, ele multiplica, finalmente, as linhas de força de seu imaginário. E é esse tempo que nos parece muito fecundo do ponto de vista clínico. Porque, na adolescência, o real faz barulho, o real surge, o real se manifesta, o real se mostra. E como ele não pode ser recoberto pelo imaginário da infância, o imaginário que situa nessa junção entre a teoria sexual infantil e o romance familiar, pois bem, o sujeito se confronta com o barulho do real, ele tenta revesti-lo com essa solução que se pode chamar de solução do sintoma. E é por isso que a questão da adolescência é certamente transpor limiares e inscrever limites, mas é também a questão de poder, de um certo modo, fazer-se ouvir como sujeito da fala no momento em que são reconsideradas também suas dependências imaginárias. E é por isso que nossa abordagem – tributária daqueles que abriram a questão da adolescência, Philippe Gutton, sem dúvida, entre os primeiros – é uma abordagem que considera precisamente que essa espécie de clivagem do imaginário no adolescente não vai ser recoberta imediatamente por ideais educativos ou normopáticos. Isso significa que nós nos colocamos à prova dessa clivagem do imaginário. E, para se colocar à prova disso, precisa-se, no entanto, de referências. Ocorre que é na teoria lacaniana que encontramos essas referências da maneira mais clara. Mas que teoria lacaniana? Não é tanto a teoria do primado do imaginário, ou seja, do espelho; não é tanto a teoria do primado do simbólico, é essa teoria que tenta dar conta de como se fabrica o simbólico com pedaços de real. E é por isso que nossa abordagem só pode ser uma abordagem tributária da topologia e, nesse momento, a questão do limite é uma questão fundamental da topologia, que se inscreve em um referente bem diferente daquele de uma nosologia vaga, molenga, que fala de estado-limite porque não se sabe falar mais de neurose ou de psicose. O que isso nos mostra, em contrapartida, para falar da questão do adulto, é que não é porque se fala do adolescente que, de repente, o adulto não

■ ENTREVISTA

tem mais interesse. Mas falar disso rigorosamente é compreender que nem toda neurose segue tão facilmente assim os padrões das operações de recalçamento e desse laço consolador entre o supereu e o ideal. Então, eu diria hoje – porque isso me vem à mente falando com vocês – que, no fundo, a adolescência nos permite colocar os últimos textos de Freud sobre a clivagem em ressonância com as últimas elaborações de Lacan sobre a topologia e a passagem do nome-do-pai aos nomes-do-pai.

JEAN-JACQUES RASSIAL: Posso continuar porque elaboramos essas questões de maneira muito coletiva. Então, vou dar continuidade ao que diz Olivier e a uma palavra que ele empregou, algo que me interessa muito. Lembrávamos isso ontem, entre nós, quando discutíamos diversas comunicações, a de Didier em particular. Didier evocou a questão de uma clivagem do imaginário. E esta questão é central para nós hoje em dia: a idéia de que haveria, neste momento lógico que a adolescência constitui, uma nova clivagem do imaginário. O que quer dizer a clivagem do imaginário? Quer dizer que o imaginário vem se constituir em dois campos que se vão revelar distintos. O campo da realidade, e vai ser preciso à adolescência reconsiderar, refundar a constituição dos dois pólos da realidade: a imagem do corpo e o mundo externo. Porém, vamos colocá-los do mesmo lado, essa imagem do corpo e o mundo externo, essa imagem do corpo no mundo externo, não é num limite entre o interno e o externo que isso se dá, contrariamente ao que pensa Philippe Jammet, por exemplo. Vai-se distinguir isso do que vai ser totalmente clivado e que é a parcela de imaginário que virá revestir a fantasia, que virá formular, permitir uma nova formulação da fantasia. E, portanto, há essa clivagem à qual é confrontado o adolescente, que estabelece essa dimensão imaginária do interdito, isto é, essa parcela do imaginário que vai servir para repovoar a realidade, aqui também com pedaços de real, mais ou menos bem simbolizados. E, de outro lado, esses pedaços de real que vão, na verdade, servir para reformular a fantasia com esta modificação radical de que a relação com o Outro sexo não se inscreve mais numa lógica – a qual tendemos a considerar simples, já que funciona unicamente com um princípio de negação que chamamos de castração –, essa lógica infantil que é a fálica, mas será preciso introduzir na fantasia, dar à fantasia uma forma que deve incluir essa modificação radical que é a genitalidade, sabendo que a genitalidade não pode se inscrever sob o registro do que se delineou na lógica fálica. No *Le Bachelier*, trabalhamos sobre isso em um livro sobre a questão do feminino. Ora, o que se passa na adolescência é que o feminino - que é designado, para o menino ou para a menina, como um puro negativo, *o que ele não tem* - vem, devido à genitalidade, definir agora uma posição positiva, dá até vontade de dizer a definição positiva. Em francês, quando se diz *o sexo*, quando se fala *do sexo*, fala-se da mulher. As pessoas do sexo são as pessoas que estão do lado feminino. E, portanto, há algo da ordem de uma transformação que as referências infantis, inclusive edipianas, não permitem dar conta. Portanto, tem-se novamente nesse momento, e afetando de maneira

radical esse imaginário que vai impor uma clivagem (eu disse clivagem, não conflito), uma operação particularmente difícil que coloca, nesse momento, um certo número de adolescentes em perigo psíquico. É isso.

APPOA: Muito Bem. As apresentações de vocês me interessaram muito, mas também tenho muitas perguntas. Vocês falaram sobre a questão da clivagem associada à topologia. Ontem, fiz uma intervenção na comunicação de Didier. Perguntei sobre a questão da relação do tempo com a questão da topologia. Rassial disse que a adolescência permite uma ligação da estrutura com a história. Portanto, como podemos pensar a questão da clivagem associada a esse momento de reversão e de ligação entre construções do mito individual para a saída social?

JEAN-JACQUES RASSIAL: Só um ponto, talvez, e deixo a palavra a Olivier. Creio que não é um acaso se o último Seminário de Lacan, que não aconteceu, se intitulava “A topologia e o tempo”. Isso quer dizer que a teoria do sintoma, devido ao caráter paradoxal do sintoma de estar na estrutura e ser, ao mesmo tempo, secundário, reintroduz uma temporalidade que não é compreensível simplesmente com a temporalidade lógica da asserção de certezas antecipadas. E penso, efetivamente, que gostaria que Olivier continuasse porque ele produziu coisas novas, isso é bom, creio que isso vem introduzir a questão da história, mas justamente com uma definição muito particular dessa história nesse momento. Considerando que, ontem, eu evocava o fato que as coisas dão voltas e que a temporalidade que podemos inscrever a partir da psicanálise, em todo caso a partir de Lacan, é uma temporalidade mais nitzscheana do que hegeliana, ou seja, aquela do “eterno retorno” que se inscreve bastante perfeitamente sobre algo que seria topologicamente coordenado.

Uma observação talvez: publiquei, há alguns anos, um volume de uma revista que se chamava *Midi*, que se chamava “O ato histórico e seu sujeito”, e onde havia justamente uma intervenção notável de Charles Melman sobre essa história do tempo nitzscheano; aliás, ele não deu continuidade a isso. Talvez fosse interessante passar o texto para vocês publicarem.

OLIVIER DOUVILLE: Bom, é muito difícil essa questão: quando se fala de história, para um sujeito que se constitui como sujeito de uma história... Lacan, em um primeiro momento, faz referências a Hegel – bem, quanto a isso estamos de acordo – que lhe vêm de Kojève. (E essas referências hegelianas levantam uma questão importante, que se resolve em Hegel pela metáfora do Estado, não do estado-limite, do Estado prussiano. Enfim, isso não é absolutamente um estado-limite, felizmente é um estado que encontrou seus limites, mas isso é outra coisa.) Como pôr fim a uma tensão imaginária pela mediação da fala? O que fazemos na clínica, o que recebemos, o que induzimos, aquilo pelo qual tentamos ser responsáveis é que, precisamente, quando

■ ENTREVISTA

um sujeito se define como um sujeito da história em uma temporalidade “linear”, pois bem, começou mal. Isso quer dizer que tudo poderia ser retomado. Bem... O trabalho do adolescente é justamente isolar o significante das pessoas que ele representa, é desfazer o significante pai do papai, isso é bem banal. A operação que lhe permite desfazer isso não é a teoria, porque a teoria sexual infantil coloca no lugar de agente algo da ordem do pai real. A operação que permite dizer isso também não é o romance, que privilegia a negação. É ou “minha família”, ou “não minha família”. A operação que permite dizer isso talvez seja o que, no romance familiar tal como isolado por Freud na primeira vez em que fala dele – ou seja, se bem me lembro, numa nota do Rascunho M, de 1895 – é o que tem a ver com a sexualidade da mãe. Uma jovem, uma adolescente – visto que Freud fala do romance familiar a partir da adolescência, 25 anos antes de escrever o prefácio de Rank –, uma jovem não quer sair na rua por temer encontrar sua mãe que se prostitui. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que há uma elaboração que vai ser, sem dúvida, aquilo sobre o qual o adolescente vai-se apoiar para se pôr à prova do feminino. Há uma elaboração que visa multiplicar o gozo da mãe. E é nessa operação que a metáfora do pai aparece como salvando o sujeito. Essa operação de multiplicação do gozo do Outro não é absorvida, não pode se absorver de modo hegeliano. Ela continua sendo a grande alteridade que sidera o sujeito. E, no fim, a relação do adolescente com a história, isto é, com seu mito individual, é uma relação que vai, de um certo modo, tentar ... – o que é o mito individual? – é uma construção em relação à qual o sujeito tenta se posicionar entre o impossível e o interdito. E... é isso o adolescente. O adolescente é alguém que vai encher nossa paciência, de um certo modo, se adotarmos com ele um procedimento educativo, que é necessário ter, salvo quando se é psicanalista...

Encher nossa paciência entre o impossível e o interdito.

JEAN-JACQUES RASSIAL: Posso acrescentar algo? O impossível real, o interdito simbólico e a impotência imaginária. Porque há essa dimensão de confusão, mantida pelos adultos e, eu diria, principalmente pelo pai real, já que se poderia dizer que é sua função, a de confusão entre essas dimensões de impossível, de interdito e de impotência. E justamente esse ponto vem ser questionado pelo adolescente tanto no domínio familiar quanto no domínio cultural. Esse domínio da impotência, agora imaginária.

OLIVIER DOUVILLE: É isso, exatamente isso. A relação do adolescente com a cultura significa tentar localizar onde está o impossível, onde está o interdito, onde está a impotência. Localizar isso já que, no fundo, foste tu que disseste isso, se ele se baseara no fato de lhe terem dito, na adolescência, “é muito simples”, tudo o que ele podia considerar pela lógica infantil fálica vai, enfim, *re-ser* realizado. Bom, se ele se baseou nisso, isso não lhe serve de suporte. De onde um cruzamento de questões. Será

que o impossível vem do interdito, será que o interdito vem do impossível, onde está a impotência, etc.? E esse cruzamento de questões, ele o faz à cultura, isto é, ao que circula como efeito de fala de uma geração a outra. Ele próprio o faz também como criador de laço social e como criador de cultura, com o que pode ter de angustiante o fato de ser forçado ao trabalho de sublimação. De muito angustiante. A angústia adolescente é precisamente algo que pode ser margeado, ouvido, que deve ser ouvido, mas que não deve ser necessariamente rotulado de imediato. Considero um estranho paradoxo os clínicos que se alarmam, algumas vezes com razão e outras não, com a toxicomania e que são farmacólogos a todo vapor. Há nisso um estranho paradoxo. Se não se ouve a necessidade do adolescente de passar pela angústia nesse momento, esse adolescente sempre fará o vaivém entre a angústia e a depressão, defendendo-se incessantemente de uma com a outra. Então, o que isso quer dizer para o psicanalista? Isso quer dizer que o psicanalista deve tomar a fala com o adolescente, e deve salientar, e de um modo resolutamente engajado em seu próprio sintoma, a posição “ele” ou “ela”, deve salientar o que é novo no que o adolescente traz, algo que deve ser ressaltado. Isso significa que, se pensarmos, se imaginarmos as produções do adolescente como uma pura e simples repetição, pois bem, algo no sujeito não será, então, ouvido. Logo, isso significa que não se devem ouvir as produções do sujeito unicamente como uma repetição, e é com essa condição que possibilitamos que ele volte atrás. Ou seja, é ouvindo o surgimento do novo que permitimos ao sujeito produzir, enfim, os desfiles de sua própria repetição.

APPOA: Penso a questão da intervenção clínica sobre o real da adolescência e a questão da temporalidade. Mas uma temporalidade sem representação, como a música que faz batida, marcada nos compassos com velocidade variável, que faz repetição, em que há lugar para o surpreendente também, e que nos toca no real. Como vocês pensam essa questão na adolescência?

ERIC BIDAUD: Bem, eu teria várias coisas a dizer sobre a questão do tempo. Trabalhei muito em torno da clínica. Então, a clínica da anorexia seria uma clínica adolescente? Aliás, no início, não me questionei sobre isso. Hoje, porém, me questiono sobre a temporalidade a partir da clínica da anorexia, no sentido de que a anorexia é uma patologia que subverte a questão do tempo justamente. Não comer mais – e a anorexia está longe de ser só isso –, enfim, recusar-se a comer é uma maneira de abolir, de suprimir os ritmos e as escansões. Ou seja, os ritmos do comer, os tempos. Trata-se, sobretudo, disso: suprimir o tempo na medida em que o corpo sexuado é um corpo que funciona com ritmos, intervalos, presenças e ausências.

O que é muito importante, efetivamente, em relação ao que eu próprio conhecia dessa clínica particular da anorexia, algo então que fracassa mas, seja como for, algo que se constrói em torno da recusa do ritmo e da escansão. E não apenas no âmbito alimentar.

ENTREVISTA

O distúrbio alimentar na anorexia é um manifesto no qual não devemos nos perder, é uma coisa diferente que se passa. Suprimir o tempo, abolir o tempo, dormir o mínimo possível ou, em todo caso, dormir em horas diferentes dos outros. Sim, mas é possível ser anorético até comendo normalmente. Pois é algo muito diferente que se passa aí.

Talvez eu não tenha respondido exatamente à sua questão...

APPOA: Eu me lembro da afirmação de Lacan acerca de Hamlet e de que Hamlet está no tempo do Outro, e a impossibilidade de produzir um ato porque há uma impossibilidade na medida em que Hamlet tem o tempo do Outro.

JEAN-JACQUES RASSIAL: Trata-se de um Outro designado, é o Outro paterno. Para Lacan, parece-me que há justamente muito mais coisas em Hamlet, inclusive em relação ao que acaba de ser dito sobre o ritmo. Há três fenômenos em Hamlet, na peça: o primeiro é o assassinato de Polonius. “Céus, um rato!”. O que me marcara muito pessoalmente como significante pelas razões que vocês imaginam. “Céus, um rato!”. E, por detrás da cortina, aquele personagem totalmente enigmático porque está ali como um espião. Ele espiona o que se passa. Por que Hamlet o mata? Porque crê matar o marido de sua mãe; ora, ele mata o pai de sua noiva. O segundo episódio, que é essencial e que Lacan evidentemente evoca, é que o tempo de Hamlet é o tempo teatral. Ou seja, o da repetição, é Guildenstern e Rozencrants, é essa montagem da representação de uma cena que houve e cuja solução eles dão. E, por último, a terceira coisa, que é ainda mais importante para nós, é que essa operação de Hamlet é uma operação fundamentalmente antilinguagem, não é? “The rest is silence” é a queda, a última palavra de Hamlet, “O resto é silêncio”. Dever-se-ia quase ouvi-lo na polissemia desse resto. Não é “tudo o que resta é o silêncio”, é realmente “o que faz resto é o silêncio”. E, em relação ao que dizia Eric, que, na minha opinião, focalizou bem as coisas no que tange à anorexia na vertente certa, isto é, a vertente da relação com a posição mística. Estamos numa operação que é a tentação adolescente, no que concerne à temporalidade, e não somente dos anoréticos, que é a tentação mística. E a tentação mística não é algo que nos faça entrar no tempo do Outro, que seria então uma espécie de Outro divino e paterno. É, muito mais, estar numa relação com o Outro que não é temporalizada como na religião, essa religião fundamentalmente ritmada, que sabemos ser uma solução evidentemente adequada ao obsessivo. Não nos encontramos nesse tempo, estamos em algo que é uma tentativa de supressão da temporalidade na relação com o Outro. Isto é, como vamos tratar com um Outro que se vai definir, que se vai estritamente colocar num lugar intemporal. E penso que aqui há algo que é efetivamente uma operação em que a anorexia mostraria a verdade de uma posição adolescente, que se encontraria bem além dessa quebra dos ritmos alimentares. Sobre a anorexia, conheço, por exemplo, a história de uma jovem... frequentemente a anorexia começa em relação à genitalidade, diretamente. O caso dessa jovem era muito mais

interessante porque ela formulava as coisas deste modo: “Parei de comer porque queriam absolutamente que eu comesse à mesa com todo mundo e eu não suportava ver meu pai comer, porque ele comia de uma maneira porca” – evidentemente, porque ele comia como um homem, ora! – e ela me diz na verdade: “Parei de comer porque... eu não podia comer fora das refeições porque me proibiam e eu não queria comer ao mesmo tempo que meu pai”. Portanto, algo que, para ela, estava centrado na questão do momento de comer, fora isso que a levava à anorexia. Com frequência, isso vai levar a algo diferente de uma manifestação anorética. Mas, neste caso, temos algo exemplar. Muito mais do que uma tomada no tempo do Outro, é justamente uma tentativa de evitar tudo o que introduz uma temporalidade do outro, porque a temporalidade do outro, o que ela diz? Ela mostra a mortalidade do outro. É o que é insuportável. E, para Hamlet, é isso que é insuportável: que esse pai tenha morrido uma vez. Aliás, ele não está morto, já que aparece sob uma forma fantasmática e fantasista.

ERIC BIDAUD: Vou fazer apenas um pequeno comentário sobre o que disse Jean-Jacques. Sim, eu me interessei pela mística em relação à anorexia, e o que é interessante – também retomo o que Olivier dizia agora há pouco – é sobre essa questão do impossível, que é uma noção completamente essencial. Não faz muito, falou-se de Nietzsche. Chamo atenção, contudo, para o fato de que essa noção de impossível é uma categoria, digamos, filosófica, desenvolvida por Georges Bataille. Falo, frequentemente, de Georges Bataille no que eu elaboro porque foi alguém que leu toda a obra de Lacan, aliás, sem o citar muito, como todos sabem. Mas, então, é preciso resgatar essa noção, o impossível tal como Bataille falou dele, tentando relacionar essa noção ao místico, mas ao místico ateológico, isto é, não se trata de algo religioso, é justamente anti-religioso. Então, ele diz “e eu mantenho”; diz ele “essa palavra”, porque ela mantém a ambigüidade. Por que manter a noção de místico quando se está no profano? Porque se está nessa dimensão, que eu trabalhei em relação ao gozo; no fim, o gozo também é uma categoria religiosa. Enfim, religiosa, sim, é preciso dizer as coisas assim. Mas, portanto, existe realmente todo um monte de pistas quanto à impossibilidade e, para falar da adolescência...

OLIVIER DOUVILLE: Que o gozo seja uma categoria religiosa, é verdade, mas o mais-de-gozar também é uma categoria religiosa. Porque São Francisco de Sales fala do gozo a mais, que consiste em poder olhar de frente, enfim, o rosto de Deus. Foi o irmão de Lacan que fez sua tese sobre São Francisco de Sales. E a noção de gozo acrescentado, de gozo a mais, é, verdadeiramente, poder olhar de frente o espelho, que não tem correspondência no espelho.

APPOA: *Como poderíamos articular a divisão, a clivagem do imaginário com a teoria do sintoma e, principalmente, do quarto nó?*

JEAN-JACQUES RASSIAL: Não é fácil responder essa pergunta rapidamente e, também, tenho vontade de dizer, imaginariamente. Seria preciso poder trabalhar isso com material. A questão que se levanta, e que era essencial e muito enigmática em Lacan, é a qualidade, a *matéria*, poderíamos dizer, a matéria de nó do sintoma. Quer dizer que esse nó do sintoma é, de um lado, evidentemente simbólico, já que é sobre esse nó que Lacan vai inscrever em seguida os nomes-do-pai. Ao mesmo tempo, ele é algo que remete ao que nós temos de mais real, isto é, o sintoma. E, depois, ele nos remete a esse enigma que é a mulher, na medida em que seria, eu diria, um dos nomes-do-pai que se inscreveria no sintoma. Mas há uma outra nomeação que Lacan dá para esse nó do sintoma e que, na minha opinião, é muito interessante porque se trata de uma noção enigmática em Freud e que Lacan deixa de lado por muito tempo, retomando-a a propósito do sintoma: é a realidade psíquica. E acredito que este é um fio muito interessante, pois se vê muito bem como, de um certo modo, a psicanálise se articula com a psicologia para pensar que haveria realidade psíquica. O que faz com que possamos, ainda assim, de vez em quando – é o caso de nós quatro – atuar na Universidade em departamentos de psicologia; mas essa realidade psíquica é efetivamente enigmática porque ela não é do registro de um real psíquico. Ela pertence ao registro de uma construção secundária, cujo estatuto é imaginário. Dizendo isso, devemos considerar, então, que há, de fato e não de direito, uma clivagem do imaginário. Por quê? Porque o imaginário vai ser clivado, dividido em um certo número de partes. Vejo essencialmente duas partes, mas pode ser que haja mais. Eu diria uma parte que vai ser – para retomar a *spaltung* – aceita e uma parte que vai ser recusada. E, parece-me, há essa operação na infância. Uma das grandes manifestações disso é a relação com o jogo. As crianças sabem muito bem quando o jogo termina e quando ele começa. E sabemos que o que é muito interessante é a hora em que elas não sabem mais que momentos estão jogando. Há uma historinha que gosto muito e que me parece dar conta muito bem da clivagem do imaginário na criança, é uma história talmúdica. Isso remete à questão da religião de modo muito justo. Está no Talmude, trata-se do menino que está brincando de esconde-esconde, esconde-esconde objeto, esconde-esconde sujeito, com outras crianças e, em um dado momento, volta-se, chorando, para seu avô, um rabino que está estudando o *Talmude*, a *Torá*. Este, então, lhe diz: “Mas por que tu estás chorando?”, ao que o menino responde: “Estou chorando porque estávamos brincando de esconde-esconde e eu me escondi tão bem que, depois de um tempo, eles pararam de me procurar e foram brincar em outro lugar”. E, nesse momento, o avô começa a chorar. Ele lhe diz: “Escuta!”. Então, a criança pára de chorar – isso também é muito terapêutico, é um método diferente do “dodói” – e pergunta ao seu avô: “Mas por que tu estás chorando, vovô?” Ele responde: “Estou chorando porque o que tu estás dizendo é exatamente o que diz Deus – ‘ Eu me escondi tão bem escondido que os homens não me procuram mais ’ ”. Essa é a história, que me parece descrever bem o que é uma operação psíquica fundamental que vem manifestar essa clivagem

do imaginário na criança entre o que faz jogo, o que faz efeito de verdade do jogo, etc. Poderíamos remeter a tudo o que diz Winnicott de claro, de preciso sobre isso. No adolescente, a problemática é diferente. Também nesse caso, pode-se retomar Winnicott. O que se passava na relação com o jogo para a criança se passa na relação com a cultura para o adolescente. E, efetivamente, vai haver na cultura duas partes. Uma parte de que ele vai se apropriar, aceitar; poderemos chamar isso, eu diria, de objetos culturais do adolescente, para retomar uma questão de Anne Biraud, mesmo que sua produção não tenha dado continuidade ao que ela teorizou sobre isso. E há uma outra parte que vai ser expulsa. E a parte que é expulsa é o quê? Ela é designada muito simplesmente por nossos adolescentes, por aqueles que encontramos: é a sociedade. É a sociedade na medida em que eles se sentem excluídos dela e, ao mesmo tempo, mantêm eventualmente – com razão – uma relação paranóica com essa sociedade. E temos essa clivagem, e também aqui eu diria que poderíamos, nós nos servimos disso com Lacan, voltar a ser kleinianos para tentar pensar que ocorre, nesse momento da adolescência, uma nova clivagem do objeto, do bom e do mau objeto, que agora não é mais redutível ao objeto materno. E que não é mais remediado por esta reconciliação paradoxal da posição depressiva, que reconcilia os dois objetos, produzindo uma depressão, mas, ao mesmo tempo, a mãe total. Não vai haver mais produção de totalidade. Está acabado. Não há mais essa remediação kleiniana. Mas poderíamos, seguindo o que se passa com a criança, ver como há, novamente, uma clivagem que se opera, a clivagem do bom e do mau objeto é uma clivagem imaginária. É uma clivagem em Melanie Klein, e penso que ela não teria rejeitado isso se tivesse conhecido as categorias lacanianas. É uma clivagem que se dá aí. Salvo que não é por ser imaginário que isso não tem peso. Frequentemente, se tratou a categoria do imaginário em Lacan como se esse imaginário não contasse. Digo, com frequência, que basta reler Engels; como vocês sabem, numa carta a um tal de Bloch, que fala da infra-estrutura-superestrutura, Engels responde, como bom marxista não-hegeliano: “Não é porque a superestrutura é secundária à infra-estrutura que as modificações da superestrutura não têm efeitos sobre a infra-estrutura”. Pois bem, não é porque o imaginário é uma produção secundária, porque é um modo sobre o qual se vai poder coordenar produzindo a realidade a partir de referências simbólicas (esta parte do real que vai poder ser reduzida), não é porque o imaginário se reduz a isso que as modificações, os efeitos sobre o imaginário, em particular as clivagens do imaginário, não têm efeitos sobre o que tange – volto a isso – à realidade psíquica.

VARIAÇÕES

LUNARES LUGARES DE ANTÔNIO*

Márcio Mariath Belloc **

A noite já ia alta e Antônio vislumbra pensativo da janela de sua casa – o cafofo, como gostava de chamar – a vizinhança iluminada pelo luar. Era uma madrugada quente, abafada, o ar parecia grudar no corpo de tão úmido. Das águas da semana passada ainda se viam as marcas nas casas destelhadas, no lixo que o arroio transbordado depositou pelas calçadas, se é que se podia chamar de calçada aquela areia vermelha perto das paredes, agora uma lama meio seca que lhe parecia escorrer como sangue das paredes.

As horas passavam devagar. Na verdade há muito não sabia o que era relógio, seu horário era contado pelos intervalos entre uma dose e outra, as fissuras, ou o tempo cada vez menor que levava para prepará-las. A última foi ao pôr do sol, mas ainda não sentia vontade para a próxima. Simplesmente deixava-se ficar ali olhando ao longe,

* O contexto que deu origem ao conto *Lugares Lunares de Antônio* era o de uma ação educativa em saúde coletiva. Inicialmente, foi escrito para ser trabalhado como um caso clínico em uma Capacitação para o Tratamento ao Uso Indevido de Drogas, dirigida a profissionais da saúde pública, promovida pelo Centro de Referência em Redução de Danos da Escola de Saúde Pública – SES/RS. O objetivo de usar um texto de ficção, um conto, tratando o tema de uma forma mais literária, era o de relativizar o lugar da verdade sobre o usuário, produzida por uma sociedade exclusora, bem como por uma cultura da abstinência. Ao mesmo tempo, trabalhar essa noção de verdade sobre o próprio tratamento, pois mesmo que fosse uma narrativa produzida a partir de uma experiência clínica, também teria o caráter de uma construção, de uma ficção. Da mesma maneira, buscávamos escapar das respostas padronizadas do discurso sobre a clínica das toxicomanias, respostas usadas até como recurso de defesa, quando trabalhamos com a construção e transmissão de novos paradigmas de atenção em saúde, como é a Redução de Danos.

** Márcio Mariath Belloc é psicólogo e escritor. E-mail: mmbelloc@hotmail.com

para o bairro e para a vida, absorvendo ainda as mudanças que se procederam nestes últimos dias, saboreando alguns momentos tranqüilos com um gozo que se assemelhava ao sentido no momento em que a agulha expelia o jato de prazer químico em suas veias.

Lembrava-se de seu pai falando sobre o fato de todo o prazer ser químico, pois, segundo ele, eram apenas substâncias agindo no cérebro. Recordava também que começava a dizer essas coisas lá pelo quarto martelinho, sorvido com avidez, como sempre. Então pareceu ouvir uma música: *?...São demais os perigos desta vida pra quem tem paixão...?*

Era uma música de Toquinho e Vinícius de Moraes que seu pai gostava de cantar. Isso antes de perder o braço e não poder mais tocar violão. Nessa época, ainda era pequeno, não entendia muito bem o que tinha acontecido, era uma parte de sua vida que permanecia nebulosa. Foi algo como uma gangrena, parece que por causa da bebida, parece que por causa da diabetes, parece até que por seu desejo. Acontece que a mesma mão que acariciava o violão nas intermináveis noites de trabalho do pai músico, em casa desferiam bofetadas na mãe, nas irmãs e nele. Noites em claro, como a de agora, pedindo a Deus que lhe arrancasse os braços, como uma vingança, como garantia de fugir das surras intermináveis, regadas a urros de raiva e aquele nauseante bafo de cachaça.

Mas de dia adorava-o, era um homem sereno, amável e arrependido. Brincava com os filhos, contava histórias de tempos passados com um olhar perdido, melancólico. Antônio até hoje sente um desconforto quando lembra da volta de seu pai do hospital, quando foi tomado pelo desespero, um misto de pavor e culpa, de constatar que tanto o pai do dia quanto o da noite estavam agora amputados, castigados. Por muito tempo essa imagem perseguia-o na escuridão de seu quarto, até transformar-se em um sentimento profundo de incômodo que, sem aviso, aparecia e, sem aviso, ia embora.

?...Principalmente quando uma lua chega de repente e se deixa no céu como esquecida. E se ao luar que atua desvairado vem se unir uma música qualquer, aí então é preciso ter cuidado, porque deve andar perto uma mulher...? A música continuava. Na verdade, começou a duvidar se realmente ouvia ou se tocava apenas para si, consigo e seus botões. Mesmo assim, a mulher da música trouxe as mulheres de sua vida, principalmente a mãe de seu filho que deixou no Rio de Janeiro numa de suas andanças, numa de suas buscas pelo errar das estradas de encontrar algo que nem ele mesmo sabia. Nessa associação de idéias, fez força para lembrar de sua mãe, contudo, parecia estar tão apagada de sua memória que mal formava a imagem do seu rosto cansado, também apagado de expressão. Mas deu-se conta da semelhança que tinha sua médica com a imagem que fazia da mulher da música quando o pai cantava. Desde a primeira vez que, cheio de vergonha, foi para a primeira consulta depois de saber o resultado dos exames. Vergonha que veio depois do desespero, depois de muitos dias

■ VARIÇÕES

de doses ininterruptas, de sentir o peso da finitude nos seus ombros, quando sentia todos os olhares na rua desnudarem suas culpas, descobrindo mais do que o HIV positivo, enxergando a sua alma.

É bem verdade que poucas vezes viu tal médica, duas ou três no máximo. Mas parecia que, a cada vez que era atendido no posto de saúde para o qual havia sido por ela encaminhado, era ela que o atendia: o mesmo conforto que o sorriso brando dela transmitia, conseguia buscar naquelas pessoas que agora lhe cuidavam.

?...Deve andar perto uma mulher que é feita de música luar e sofrimento. E que a vida não quer de tão perfeita. Uma mulher que é como a própria lua. Tão linda que só espalha sofrimento, tão cheia de pudor que vive nua...?

Essa mulher da música sempre o acompanhava, mas só neste momento, de frente à janela, deu-se conta. Era uma presença latente, pulsante. Muitas vezes acreditou encontrá-la nas tantas namoradas que teve, por outras até na substância branca que embalava as suas noites de vigília, noites de orgias, noites solitárias, noites suaves, noites cruéis, essas noites ambivalentes onde as idiossincrasias eram uma materialização incômoda.

E, nesse ir e vir do pensamento, Paulo torna-se tão presente, como se acabasse de falar com ele. Para Antônio, Paulo foi também, por muito tempo, uma materialização incômoda. Chamava-o de caixeiro-viajante, sempre com aquela caixa de redução de danos e aquele papo viajante, aporrinhador, enchedor-de-saco. Quantas vezes Antônio agredia-o com palavras, com tentativas de ridicularizá-lo e até uma vez jogou a tal caixa barranco abaixo depois de arrancá-la de suas mãos. Nesta época, o que mais o irritava era que Paulo parecia aceitar as possibilidades de não ser gostado por ele e até objeto de sua agressividade. Ultimamente tem andado muito com Paulo, não o tem propriamente como amigo, mas agora a sua presença transmite segurança.

Nesse instante dois conhecidos passam pela rua.

– E aí Antônio, quantas vai!?

– Tô devagar...

Saíram dando risada, pensa Antônio, não estão acreditando. Contudo, o desprezo dos passantes, suas risadas, trouxeram uma situação que achou por demais engraçada nesses dias. Acontece que se encontrou na situação de dar segurança a Paulo. Achou isso hilário, sentia como uma inversão de papéis. Isso foi quando participou de uma reunião cheia de gente no posto, quando Paulo foi convidado a transmitir a sua experiência numa tal de capacitação. Viu seu atual companheiro de andanças ficar com medo, sentir-se inseguro, não preparado. Era exatamente como Antônio se enxergava, a imagem do espelho. Passou até a começar a pensar em ser amigo de Paulo.

Nisso pensava em quantas voltas, quantas caminhadas, em quantas portas bateu, com quantas pessoas falou, com quantas tristezas alheias sofreu, com quantas conquistas anônimas vibrou, nesse dia-a-dia quase itinerante junto com Paulo. Ficava admirado com sua perseverança, ainda mais por sentir que Paulo tirava força exata-

mente de suas fragilidades, era aí que se identificava. Quanta coisa via conseguir a partir do contato pessoal que fazia tanto com o pessoal do pico quanto com a turma de branco. Às vezes até acreditava que o verdadeiro trabalho do Paulo era fazer contatos, criar amizades, articular com Fulano de Tal, viabilizar com Sicrano outras. Era como se fora uma teia de contatos.

É... mancomunava Antônio, acendendo um cigarro. A música não tocava mais, mas de uma maneira estranha estava presente, mais perto do que quando a ouvia, guardada com carinho em lunares lugares só seus.

De repente um bocejo.

Sono.

Antônio fecha, então, a janela e tenta dormir.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I APRECIACÃO PELO CONSELHO EDITORIAL

Os textos enviados para publicação serão apreciados pela comissão editorial da Revista e consultores *ad hoc*, quando se fizer necessário.

Os autores serão notificados da aceitação ou não dos textos. Caso sejam necessárias modificações, o autor será comunicado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o texto no prazo estipulado na ocasião.

Aprovado o artigo, o mesmo deverá ser enviado para a APPOA, aos cuidados da Revista, em disquete, acompanhado por uma cópia impressa e assinada pelo autor, ou por e-mail.

II DIREITOS AUTORAIS

A aprovação dos textos implica a permissão de publicação, sem ônus, nesta Revista. O autor continuará a deter os direitos autorais para futuras publicações.

III APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Os textos devem ser apresentados em três vias, contendo:

– Folha de rosto: título, nome e créditos do autor (em nota de rodapé), contendo títulos acadêmicos, publicações de livros, formação profissional, inserção institucional, endereço postal, e-mail, fone/fax; resumo (até 90 palavras); palavras-chaves (de 3 a 5 substantivos separados por ;); abstract (versão em inglês do resumo); Keywords (versão em inglês das palavras-chaves).

– Corpo do texto: deverá conter título e ter no máximo 15 laudas (70 toques/ 25 linhas); usar itálico para as palavras e/ou expressões em destaque e para os títulos de obras referidas.

– Notas de rodapé: as notas referentes ao título e créditos do autor serão indicadas por * e **, respectivamente; as demais, por algarismos arábicos ao longo do texto.

IV REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

A referência a autores deverá ser feita no corpo do texto somente mencionando o sobrenome (em caixa baixa), acrescido do ano da obra. No caso de autores cujo ano do texto é relevante, colocá-lo antes do ano da edição utilizada.

Ex: Freud [(1914) 1981].

As citações textuais serão indicadas pelo uso de aspas duplas. As que possuírem menos de 5 linhas, deverão ser mantidas no corpo do texto. A partir de 5 linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado e separado, acrescidas do (autor, ano da edição, página).

V REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lista das obras referidas ou citadas no texto. Deve vir no final, em ordem alfabética pelo último nome do autor, conforme os modelos abaixo:

OBRA NA TOTALIDADE

BLEICHMAR, Hugo. *Onarcisismo*; estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LACAN, Jacques. *O seminário. Livro 20*. Mais ainda. Rio de Janeiro: J. Zahar, [s. d.].

PARTE DE OBRA

CALLIGARIS, Contardo. O grande casamenteiro. In: CALLIGARIS, C. et al. *Olaço conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p. 11-24.

CHAUI, Marilena. Laços do desejo. In: NOVAES, Adauto (Org). *O desejo*. São Paulo: Comp. das Letras, 1993. p. 21-9.

FREUD, S. Teorias sexuais infantis (1908) In: _____. *Obras completas*. 4. ed. Madri: Biblioteca Nueva, 1981. v. 2.

ARTIGO DE PERIÓDICO

CHEMAMA, Roland. Onde se inventa o Brasil? *C. da APPOA*, Porto Alegre, n. 71, p. 12-20, ago. 1999.

HASSOUN, J. Os três tempos da constituição do inconsciente. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, n. 14, p. 43-53, mar. 1998.

ARTIGO DE JORNAL

CARLE, Ricardo. O homem inventou a identidade feminina. Entrevista com Maria Rita Kehl. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 05 dez. 1998. Caderno Cultura, p. 4-5.

NESTROVSKI, Authur. Uma vida copiada: prensa internacional reavalía memórias fictícias de Bejamin Wilkomirski. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1999. Caderno Mais, p. 9.

**ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA
DE PORTO ALEGRE**

MESA DIRETIVA

(GESTÃO 2001/2002)

Presidência: Maria Ângela C. Brasil

1ª Vice-Presidência: Lucia Serrano Pereira

2ª Vice-Presidência: Jaime Alberto Betts

Secretaria: Carmen Backes

Gerson Smiech Pinho

Tesouraria: Grasiela Kraemer

Simone Moschen Rickes

Alfredo Néstor Jerusalinsky, Analice Palombini, Ana Maria Gageiro, Ana Maria Medeiros da Costa, Ângela Lângaro Becker, Edson Luiz André de Sousa, Gladys Wechsler Carnos, Ieda Prates da Silva, Ligia Gomes Víctora, Liliâne Seide Fröemming, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack, Marta Pedó e Robson de Freitas Pereira

COMISSÕES

Comissão de Acolhimento

Diana Myrian Liechtenstein Corso, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack

Comissão de Analistas-Membros

Coordenação: Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack

Alfredo Néstor Jerusalinsky, Ana Maria Medeiros da Costa, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Robson de Freitas Pereira

Comissão de Biblioteca

Coordenação: Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack

Ana Marta Goelzer Meira, Luciane Loss Jardim, Gladys Wechsler Carnos, Maria N. Folberg, Maria Rosane Pereira Pinto, Mercês S. Ghazzi

Comissão de Ensino

Coordenação: Ligia Gomes Víctora, Liz Nunes Ramos e Mário Corso

Alfredo Néstor Jerusalinsky, Ana Maria Medeiros da Costa, Eda E. Tavares, Liliâne Seide Fröemming, Lúcia Alves

Mees, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack, Robson de Freitas Pereira, Rosane Monteiro Ramalho

Comissão de Eventos

Coordenação: Ana Maria Gageiro e Maria Elisabeth Tubino

Grasiela Kraemer, Ligia Gomes Víctora, Maria Beatriz de A. Kallfelz, Regina de Souza Silva

Serviço de Atendimento Clínico

Coordenação: Ângela Lângaro Becker e Liz Nunes Ramos

Alfredo Néstor Jerusalinsky, Carlos Henrique Kessler, Grasiela Kraemer, Luciane Loss Jardim, Maria Cristina Petrucci Solé, Otávio Augusto W. Nunes, Rossana Oliva

Comissão de Publicações

Coordenação: Edson Luiz André de Sousa e Valéria Machado Rilho

Comissão de Aperiódicos

Coordenação: Ieda Prates da Silva e Luís Fernando Lofrano de Oliveira
Liz Nunes Ramos, Lucy Linhares da Fontoura, Ubirajara Cardoso de Cardoso

Comissão do Correio

Coordenação: Maria Ângela C. Brasil e Robson de Freitas Pereira

Ana Laura Giongo Vaccaro, Fernanda Breda, Gerson Smiech Pinho, Henriete Karam, Liz Nunes Ramos, Marcia Helena de Menezes Ribeiro, Maria Lúcia Müller Stein, Rossana Stella Oliva

Comissão da Home-Page

Coordenação: Robson de Freitas Pereira
Charles Lang, Gerson Smiech Pinho, Henriete Karam, Marta Pedó

Comissão da Revista

Coordenação: Marieta Rodrigues
Analice Palombini, Edson Luiz André de Sousa, Lúcia Alves Mees, Marianne Stolzmann, Otávio Augusto W. Nunes, Valéria Machado Rilho